

Revista

Socialismo & Liberdade

Edição Abril/Maio 2025

Dossiê
**TECNOLOGIA
DIGITAL**



O METEORO DONALD TRUMP

Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco Abril de 2025

Presidenta
Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico
Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres Feveiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracianice Barbosa Gonçalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos
Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etienne Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.
Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Revista Socialismo e Liberdade

Edição
Joselicio Junior
Ana Cristina Carvalhaes

Apoio Editorial
Ewerson Cláudio

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Diagramação
WHIZZ (Wendell Cristiano e Igor Gelati) e HPDesign

Revisão
Dafne Melo

Capa

Ilustração Cássia Roriz

SUMÁRIO

Partido	PSOL: 20 anos de luta, resistência e esperança Paula Coradi	04
Brasil	Enfrentando a extrema direita: para além das palavras de ordem Erika Hilton	06
Brasil	O tempo é agora: mobilização e ruptura como resposta às ameaças da extrema direita Sâmia Bomfim	08
Brasil	Desmilitarizar as polícias é a tarefa de nossa geração Almir Felitte	10
Brasil	Por uma vida além do trabalho Redação	14
Mundo	Trump 2.0 redesenha o imperialismo estadunidense Carlos Eduardo Martins	16
Mundo	Fúria anti-imigrante causa medo e problemas para os EUA Dianne Feeley	20
Mundo Debate	Capitalismo chinês é o desespero de Trump Renildo Souza	24
Mundo Debate	A forma histórica socialista que emerge na China Elias Jabbour	30
Mundo	A luta revolucionária anti-imperialista no Sahel Edson Pereira	34
Mundo	O "antissemitismo" como arma de guerra contra a Palestina Ualid Rabah	38
Dossiê	Por uma soberania popular de dados Alexandre Zago Boava	44
Dossiê	IA, geopolítica mundial e a ascensão do Deepseek Quenia Gouveia	50
Dossiê	Por soberania, enfrentar as Big Techs Helena Martins	54
Entrevista	"O capitalismo de dados amplia a exploração da vida" Deivison Faustino	58
Cultura	Da lei da vadiagem à lei Anti-Oruam Joselicio Junior	68
Cultura	Dicas de Livros e Filme	72

Editorial

O mundo entrou em 2025 em uma overdose de guerras, genocídios, disputas econômicas acirradas e mudanças geopolíticas, como não se via nos últimos 80 anos. De volta ao poder do país militar e financeiramente mais poderoso do globo, reforçado pela vitória nas urnas, o milionário corretor de imóveis Donald Trump mostra que veio para tentar mudar a ordem mundial vigente desde o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945). Mudar para bem pior.

Trump 2.0 e seu governo de bilionários representam a saída de extrema direita radical que uma grande parte dos capitalistas do planeta decidiu adotar em busca de superar a crise econômica aberta em 2008. Assim, tentam “reinventar” com desfaçatez o imperialismo agressivo, expansionista, invasor de territórios e depredador da natureza, que caracterizou o modelo capitalista “adolescente” de fins do século XIX e começo do XX. Não é casual seu apoio incondicional à chacina sionista de Netanyahu em Gaza e Cisjordânia, contra a qual não cansamos de levantar vozes e punhos.

Este cenário político global desconhecido tem repercussões diretas sobre nosso país e toda nossa região. A vitória e o acionar de Trump reforçam as extremas direitas. Torna-se mais complicado e desafiador enfrentar as novas caras do fascismo. Mas nenhuma das mudanças que o novo “comandante em chefe” do capitalismo quer impor à humanidade vai passar sem contradições e resistências de grandes proporções. E como para agir é preciso antes compreender o que acontece, traçar objetivos e formas de ação, preparamos uma edição que trata de muitos temas fundamentais nestes tempos.



© Fernando Gomes/ALRS

Contamos com luxuosas colaborações – a cujos autores, do PSOL ou de fora dele, agradecemos – para falar do impacto da vitória de um neofascista nos EUA, do doloroso tema do trato de Trump aos imigrantes – entre os quais milhares de brasileiros radicados na América do Norte –, da disputa do imperialismo estadunidense com a emergente China, e da até agora “invisível” nova onda panafricanista na imensa e estratégica região do Sahel.

Damos espaço ao debate crucial sobre como enfrentar a extrema direita em nosso país, nas palavras de nossas deputadas federais Érika Hilton e Sâmia Bonfim. Mesmo em tempos de unidades de todo tipo para enfrentar a extrema direita, registramos que os explorados têm – e não podem deixar de ter – suas próprias reivindicações: a luta pelo fim da jornada 6 x 1, por uma vida além do trabalho, chuta as portas da política institucional e lança jovens trabalhadores do comércio e do serviço ao centro da cena brasileira. O PSOL tem orgulho de ter acolhido dirigentes desse movimento.

Em tempos de implantação da Inteligência Artificial e de agressividade redobrada das Big Techs, temos um

“Os explorados não podem deixar de ter suas próprias reivindicações: a luta por uma vida além do trabalho chutou as portas das instituições. O PSOL tem orgulho de ter acolhido dirigentes desse movimento”

dossiê especial, a partir da página 42, onde o leitor encontrará vozes que discutem os desafios colocados aos movimentos populares e à esquerda pelo uso capitalista das novas tecnologias de comunicação e informação.

Deixo meu abraço a todas as lutas e lutadores contra a extrema direita, contra os genocidas e tiranos, aos que se erguem contra as mazelas do capitalismo neoliberal, por um mundo novo sem explorados nem exploradores, em equilíbrio com a natureza. Um abraço mais apertado ainda às mulheres e homens trans, alvos prioritários de Trump, do bolsonarismo (com ou sem o inegável) e da ultradireita conservadora global. Estamos juntas! ■

Luciana Genro
Presidenta da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

Nota dos editores: A Revista Socialismo e Liberdade busca ser também uma tribuna de debates sobre os grandes temas da atualidade nacional e global. As opiniões aqui expressas não refletem necessariamente a visão dos editores, nem os acúmulos do PSOL.

PSOL: 20 ANOS DE LUTA, RESISTÊNCIA E ESPERANÇA



Paula Coradi

Presidenta nacional do PSOL,
professora e historiadora

Este ano, o PSOL completa 20 anos de sua legalização. Nesse período, nos consolidamos como uma alternativa democrática à esquerda no Brasil. Estivemos à frente das principais lutas e nos conectamos com lutadoras e lutadores sociais de todo o país. Somos o partido que nunca recuou em suas bandeiras históricas e que soube incorporar novas pautas urgentes, sintonizadas com nosso tempo. Somos o partido de Marielle Franco, que semeou mudanças na política não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Ao longo dessas duas décadas, o PSOL demonstrou capacidade para acompanhar as profundas transformações globais — mudanças que alteraram a forma de funcionamento do capitalismo e nos lançaram em um período de incertezas e disputas que vão além da ordem econômica: estamos diante de uma crise civilizatória.

Paula Coradi aponta para a urgência dos tempos em que vivemos: “As saídas não estão claras. Se queremos seguir como alternativa política, é essencial e nos conectar com as mudanças e formular as perguntas certas”

Vivemos um tempo marcado pela crise econômica de 2008, que colocou em xeque a própria capacidade de acumulação do capitalismo. O neoliberalismo falhou em suas promessas de melhorar a vida da po-



© Thales Antonio/shutterstock

pulação por meio do encolhimento do Estado e, ao mesmo tempo, não foi suficientemente radical para atender aos interesses do capital. O resultado é uma geração de ressentidos, que sofre diariamente com a deterioração das condições de vida impostas por esse sistema, além da adesão de parte da burguesia, sem constrangimento, a saídas autoritárias para impor uma agenda ultraliberal — inviável em democracias estáveis. São tempos de incertezas, marcados pelo avanço da ultradireita, que se espalha não só no Brasil, mas globalmente.

Essas transformações atingem profundamente o mundo do trabalho e questionam não apenas a democracia liberal, mas também os instrumentos de organização política e a própria visão de mundo da sociedade. Nesse contexto, impulsionada pela revolução tecnológica e pelas redes sociais — hoje palco também da disputa pela hegemonia da Inteligência Artificial —, a geração de ressentidos, influenciada pelo discurso da extrema-direita, elegeu

como inimigos mulheres, negras e negros, a comunidade LGBTQ+, indígenas e imigrantes. O autoritarismo, a intolerância, o medo, a frustração, a mentira e o negacionismo são as chaves que a ultradireita usa para mobilizar e se conectar com a frustração e o mal-estar que persistem na sociedade.

Vivemos tempos urgentes, em que as saídas não estão claras. Se queremos seguir como alternativa política para o presente e o futuro, é essencial compreender e nos conectar com as mudanças dessa nova etapa histórica. Para isso, precisamos formular as perguntas certas — e é essa a proposta do PSOL em seu processo de reformulação programática. Também reconhecemos que o partido ocupa hoje espaço relevante na sociedade porque soube se conectar com um novo ciclo aberto pela crise de 2008. Nos últimos 20 anos, abraçamos as pautas do nosso tempo: somos o partido do feminismo, da luta antirracista, indígena, ambiental e anti-LGBTfóbica e esse nosso acúmulo histórico precisa também

se traduzir em nosso programa. E sabemos que é preciso ir além. Para responder às maiorias sociais, precisamos reconquistar corações e mentes, afirmando a luta por justiça social e o socialismo. É hora disputar a sociedade com nossas ideias, sem abrir mão de nossas bandeiras.

Se são tempos difíceis, também são tempos de oportunidade para nos reinventarmos e buscar saídas criativas, apresentando um caminho para a esquerda necessário para o século XXI que combata o medo e a frustração com mais direitos sociais, uma esquerda que reconheça a diversidade das condições materiais, objetivas e subjetivas de cada setor da classe trabalhadora e que não deixe ninguém para trás. E mais do que isso, uma esquerda que mobilize a esperança. Sabemos que não temos como responder todos esses desafios sozinhos e por isso, mais do que nunca, seguimos com coragem e ousadia, semeando o presente e construindo o futuro, fazendo do PSOL um instrumento necessário para a esquerda brasileira. ■



ENFRENTANDO A EXTREMA DIREITA: para além das palavras de ordem

Nos últimos anos, assistimos a uma escalada alarmante da extrema direita no Brasil e no mundo. O bolsonarismo, que muitos acreditaram ser um fenômeno passageiro, segue se reorganizando e testando os limites da democracia. Essa ascensão não é um caso isolado, mas parte de um movimento global que tem Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França, Javier Milei na Argentina e Viktor Orbán na Hungria como referências.

O avanço dessas forças não se dá apenas no campo eleitoral. Ele ocorre na cultura, nas redes sociais, na disputa pelo imaginário popular e na captura de instituições estratégicas. Enquanto a extrema direita avança com organização e coesão, a esquerda muitas vezes se perde em palavras de ordem que, embora fundamentais para a mobilização, não são suficientes para mudar a correlação de forças.

Se queremos barrar essa ameaça, não basta resistir: precisamos sair da defensiva e assumir uma postura ofensiva, disputando o futuro do Brasil com um programa transformador. A criação de um cordão sanitário democrático contra a extrema direita não pode ser um pacto frouxo, mas sim um movimento político estruturado, capaz de isolar o autoritarismo e apontar soluções concretas para os problemas do país. Isso passa, necessariamente, por reconhecer a importância da defesa do governo Lula nesse processo, sem deixar de cobrar avanços nas pautas populares.



Erika Hilton

Deputada federal pelo PSOL São Paulo e eleita a melhor deputada do Brasil em 2024 no prêmio *Congresso em Foco*

A esquerda precisa sair da defensiva

Desde o golpe de 2016, a esquerda tem sido forçada a atuar na defensiva, tentando impedir retrocessos. A eleição de Lula representou uma vitória fundamental, mas não definitiva. O bolsonarismo segue vivo, entrincheirado em setores estratégicos, das Forças Armadas ao Judiciário, passando pelas redes sociais e pelos templos neopentecostais.

A defesa do governo Lula deve ser compreendida como parte essencial da estratégia para barrar a extrema direita. Não significa abrir mão das críticas e da pressão por avanços, mas reconhecer que, neste momento, Lula representa o principal escudo institucional e “cordão sanitário” contra o retorno do autoritarismo. A extrema direita quer desgastar seu governo para abrir caminho a um novo projeto neofascista. Nossa tarefa é impedir que isso aconteça, ao mesmo tempo que empurramos o governo para posições mais ousadas em temas centrais.

Mas para além da defesa institucional, precisamos recuperar a capacidade de pautar o debate público. Se a extrema direita cresce explorando

o medo e a frustração popular, nossa resposta precisa ser um projeto político que toque diretamente na vida das pessoas. Isso passa por um conjunto de propostas que reorganizem a economia, o trabalho, os direitos sociais e o papel do Estado.

Uma agenda transformadora para virar o jogo

O combate à extrema direita exige ações concretas que alterem a correlação de forças. O PSOL e os setores progressistas devem pautar medidas que enfrentem as raízes da crise social, econômica e ambiental que vivemos. Entre essas medidas, destacamos:

Barrar a anistia aos crimes contra a democracia

O Brasil já errou no passado ao permitir que os crimes da ditadura militar ficassem impunes. Isso alimentou uma cultura de golpismo que desembocou nos ataques de 8 de janeiro. Garantir que todos os responsáveis sejam punidos, sem acordos espúrios, é essencial para consolidar nossa democracia. A impunidade fortalece a extrema direita, que segue ameaçando o país com novas investidas autoritárias.



Redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1

Enquanto banqueiros e empresários concentram fortunas, trabalhadores são submetidos a jornadas exaustivas e precarização. Reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial é uma medida essencial para distribuir empregos, melhorar a qualidade de vida e fortalecer a economia. Em países como França e Alemanha, já se discute jornadas de 32 horas semanais. No Brasil, ainda estamos presos a um modelo que explora ao limite a força de trabalho.

Comida saudável e barata: reforma agrária e combate à especulação alimentar

O preço dos alimentos disparou enquanto o agronegócio segue lucrando como nunca. Precisamos fortalecer a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, mas recebe apenas 15% do crédito rural. Além disso, combater os monopólios do setor e regular estoques de alimentos são medidas fundamentais para garantir que o povo tenha comida no prato.

Justiça econômica: taxaço das grandes fortunas e isenção para quem ganha até R\$ 5 mil

O Brasil tem um sistema tributário que penaliza os mais pobres e favorece os milionários. Taxar grandes fortunas, dividendos e heranças é

uma questão de justiça social. Além disso, a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais aliviaria milhões de brasileiros e impulsionaria o consumo.

Combate aos privilégios e super salários dos militares

Os militares se tornaram um dos principais pilares da extrema direita. Desde 2016, ampliaram seu poder político e seus privilégios salariais, enquanto servidores civis enfrentam arrocho. Reduzir esses privilégios e submeter as Forças Armadas ao controle democrático são medidas fundamentais para desmilitarizar a política brasileira.

Defesa dos direitos humanos e enfrentamento à violência

A extrema direita cresce explorando preconceitos e alimentando o ódio contra mulheres, negros, LGBTQIA+ e a juventude periférica. Precisamos ampliar políticas de proteção, fortalecer a educação antirracista e feminista e garantir que nenhum direito seja retirado. O bolsonarismo aposta na violência para mobilizar sua base, e devemos combatê-lo com organização e resistência popular.

Transição ecológica e enfrentamento à crise climática

O negacionismo climático é uma das marcas da extrema direita. Precisamos de investimentos massivos em

Erika: “Para barrar a extrema direita, não basta resistir. Precisamos de uma postura ofensiva, disputando o futuro do Brasil com um programa transformador”

infraestrutura verde, novas matrizes energéticas e cidades resilientes. O Brasil tem potencial para liderar a transição energética global, mas para isso precisamos enfrentar o lobby dos combustíveis fósseis e das mineradoras predatórias.

Regulamentação das redes sociais para ombate a desinformação

As redes sociais se tornaram um território livre para o crime, impulsionado pelos bilionários das Big Techs e pela extrema direita. A regulamentação dessas plataformas é urgente, garantindo transparência algorítmica, responsabilização por fake news e proteção contra discursos de ódio.

Um novo horizonte político

O enfrentamento à extrema direita exige mais do que indignação. Precisamos de estratégia, unidade e um programa concreto que dialogue com o povo. O cordão sanitário contra o bolsonarismo não pode ser apenas um pacto institucional, mas sim uma aliança entre forças progressistas e movimentos sociais em torno de uma agenda de transformação.

O PSOL tem um papel fundamental nesse processo. Devemos fortalecer nossa presença nas ruas, disputar o governo Lula pelo avanço das pautas populares e impedir que a extrema direita retome o controle do país. A história nos ensina que o fascismo não se combate apenas com discursos: é derrotado com mobilização, organização e luta.

Estamos diante de um dos maiores desafios políticos do nosso tempo. Se a extrema direita quer nos empurrar para a defensiva, nossa resposta deve ser clara: vamos avançar, sem medo, sem concessões e com um projeto capaz de devolver a esperança ao povo brasileiro. ■

O TEMPO É AGORA:

mobilização e ruptura como resposta às ameaças da extrema direita



Sâmia Bomfim

Deputada federal do PSOL por São Paulo, eleita melhor parlamentar do Brasil pelo Prêmio Congresso em Foco de 2023

O mundo passa por uma situação dramática. O fortalecimento da extrema-direita e sua normalização no xadrez político de diversos países é de fato preocupante. A permanência de Netanyahu como primeiro-ministro de Israel, representando a continuidade do genocídio contra o povo palestino; o ultraliberalismo selvagem combinado à repressão violenta levados a cabo por Milei na Argentina; a consolidação da racista AfD alemã, que nas eleições deste ano, se tornou a segunda maior força política no coração da Europa. Todos esses agentes da extrema-direita ganham um reforço importante e melhores condições de articulação global com o retorno de Donald Trump à Casa Branca. Trump

é o primeiro candidato republicano a vencer no Colégio Eleitoral e no voto popular em duas décadas, respaldado por maioria no Senado e na Câmara, em um governo com onze importantes bilionários estadunidenses nomeados para o alto escalão.

A conjuntura adversa reforça a urgência do combate à extrema direita como a principal tarefa do nosso tempo.

No Brasil, o bolsonarismo está acuado diante do cerco por parte do Judiciário e da provável condenação de seu principal líder. A situação de Bolsonaro desorganiza a extrema direita, que enfrenta dificuldades internas para definir um outro nome para a disputa presidencial de 2026. Jair está inelegível, e muito em breve deve ser preso. Enquanto esse artigo

© Sâmia Bomfim/Flicker



era escrito, ele ainda insistia em negar a realidade e afirmava ser candidato para o pleito do ano que vem. Se, por um lado, a extrema direita brasileira passa por um momento de fragilidade, com dificuldade de armar sua ofensiva, por outro, não podemos de forma alguma subestimá-la: a extrema direita é uma força pujante em nosso país, dirigindo estados e cidades estratégicas, com forte influência no Congresso Nacional e demais casas legislativas, além de um sofisticado ecossistema de comunicação e desinformação, que alcança e organiza uma audiência de milhões de brasileiros em torno de suas ideias.

Naturalmente, a situação do Brasil e do mundo aquece o debate sobre qual é a melhor forma, ou as melhores formas, para combater essa ameaça. A inegável força da extrema direita rebaixa o debate e parece limitar horizontes, aprofundando a crise de projeto que a esquerda brasileira enfrenta. Movida pelo medo e tensionada pela composição da frente ampla que se fez necessária nas últimas eleições presidenciais – refletida também na composição e na política do governo – uma parcela significativa da esquerda tem apostado na moderação do discurso e na conciliação de interesses antagônicos. Essa postura abre brecha para que o bolsonarismo, munido de toda a desfaçatez que lhe é característica, se apresente como a alternativa possível para canalizar a justa indignação popular com as mazelas impostas pelo sistema.

As condições de vida da maior parte dos brasileiros e brasileiras estão precárias. Crescem a informalidade e a superexploração nas relações de trabalho. A carga tributária segue incidindo excessivamente sobre os mais pobres, que não veem a conversão

dos impostos em melhora nos serviços públicos. As piores tragédias ocasionadas pelo colapso climático atingem em cheio o povo mais pobre. E a priorização do agronegócio para exportação, somada à especulação no mercado de commodities, tem provocado a explosão da inflação dos alimentos. Além disso, o suposto “consenso” neoliberal, que naturaliza a política de ajuste fiscal – concretizada hoje principalmente por meio do Novo Arcabouço Fiscal, implementado pelo governo federal –, tem como consequência direta o estrangulamento financeiro das áreas sociais e de políticas importantes de distribuição de renda. Enquanto isso, bilionários daqui e de outros países seguem multiplicando seus ganhos e concentrando poder, o que propicia um terreno fértil para a desesperança ou a revolta.

Parte da explicação para o fortalecimento da extrema-direita, tanto no Brasil quanto em outros países, reside no fato de que esse setor político tem se conectado de forma mais eficiente com o sentimento de revolta genuíno do povo. A mensagem da ultradireita é de que são “antissistema”. No entanto, apresentam como alternativa uma saída autoritária, ultranacionalista, racista, misógina, LGBTfóbica e individualista. Enquanto isso, parte significativa da esquerda procura se mostrar cada vez mais integrada à ordem.

À esquerda não cabe a miséria do possível: não podemos ter como orientação e intento a gestão do caos social que resulta da ordem capitalista. Vocalizar um programa de questionamento e ruptura com o sistema, disputar consciências e canalizar a indignação para as lutas é a melhor forma de enfrentar o crescimento da extrema direita. Para isso, devemos apostar nossas fichas em um processo de mobilização, em primeiro lugar, com a maior amplitude possível, junto a todos que desejam a responsabilização dos golpistas do 8 de janeiro, especialmente de seu líder, Jair Bolsonaro. É preciso combater nas ruas qualquer tentativa de anistia, exigir prisão para cada um dos financiados

res, mentores e executores da tentativa de golpe. Mas não podemos nos limitar a isso: é possível e necessário um processo de mobilização para construir lutas da maioria social.

No ano passado, o movimento feminista deu uma demonstração do caminho a ser seguido: os atos contra o “PL do Estupro” encurralaram Arthur Lira, até então poderoso e inquestionável. Centenas de milhares de mulheres tomaram as ruas, e vencemos. O processo foi uma reação, mas apontou o sentido que devemos perseguir. Pela positiva, temos pautas que já demonstraram ter capacidade de mobilização, com bandeiras justas e muito concretas: o fim da escala 6x1 de superexploração dos trabalhadores e a ampliação da isenção do imposto de renda para trabalhadores que recebem até 5 mil reais por mês. No terreno das propostas econômicas, precisamos seguir pautando a necessidade da taxação das grandes fortunas, como forma de promover justiça social e tributária.

Ao sediar a COP 30, aumenta também a nossa responsabilidade com a luta socioambiental. Devemos aprofundar as formulações e bandeiras do ecossocialismo e exigir do Brasil e dos outros países medidas efetivas e imediatas de preservação, mitigação e adaptação no combate ao colapso climático, sobretudo na transição energética e redução de emissão de poluentes. Aí também se localiza a batalha fundamental contra a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Globalmente, a extrema direita aposta na radicalização das ideias autoritárias, negacionistas, racistas, machistas, xenófobas, tentando se apresentar com uma roupagem de mudança. Da nossa parte, precisamos disputar os sentidos da repulsa do povo a esse estado de coisas, apontar e combater a extrema direita como a face mais vil e podre do sistema, e construir uma alternativa política independente, à altura dos nossos tempos e necessidades, com a perspectiva de mobilização e de mudança radical. O tempo é agora. ■

Sâmia: “À esquerda não cabe a miséria do possível: não nos cabe gerir o caos capitalista. Para combater a ultradireita, nosso programa deve questionar o sistema, disputar consciências e chamar à luta”



DESMILICIANIZAR AS POLÍCIAS É A TAREFA DE NOSSA GERAÇÃO



Almir Felitte

Advogado, mestre em Direito pela USP (Ribeirão Preto) e autor de *História da Polícia no Brasil: Estado de exceção permanente?*

PM de São Paulo: Tarcísio recuou do desmembramento da Secretaria de Segurança Pública, mas a transformou em puxadinho da PM sob a manu militari de Derrite

Quando o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) entrou na Vila Cruzeiro na tarde de 26 de novembro de 2010, o helicóptero da Globo sobrevoava a comunidade carioca para transmitir ao vivo as cenas que rodariam o país. Mais de uma centena de traficantes fugia de uma operação policial pela estrada de terra do Morro do Caricó. Dois dias depois, a mesma polícia hasteou as bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro no ponto mais alto do Complexo do Alemão. Em solo, jornalistas cobriam os fatos com coletes a prova de balas. Efusiva, a apresentadora do RJTV (Globo) estava acompanhada do ex-Bope que inspirou o famoso personagem “Capitão Nascimento”, que pedia à jornalista que chegasse um pouco mais perto das bandeiras.

Dias antes, o relações públicas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro já tinha avisado: “Nós não começamos essa guerra, nos provocaram para que entrássemos nela, e a gente vai sair vitorioso, podem ter certeza disso”. Quando o Complexo foi tomado, o então Comandante-Geral da PM proclamou: “Vencemos, trouxemos a liberdade para a população do Alemão”.

Vitoriosos e vencidos, coletes e bandeiras, discursos de guerra e glória. Em 2010, o quadro que se pintou no Alemão mais parecia o de um conflito internacional moderno. É difícil moldar um herói nacional em conflitos domésticos. É preciso destituir o “outro” de nacionalidade, para atingir algo mais perto da unanimidade que um herói nacional exige. A operação no Complexo do Alemão em 2010 não foi a primeira nem a última ação militar em uma comunidade pobre do Brasil na Nova República. Mas talvez tenha sido a primeira acompanhada

de uma verdadeira operação de propaganda envolvendo as instituições policiais. Ao contrário das chacinas da madrugada de bicos e vielas, a invasão do Alemão buscou o espetáculo.

Menos de três anos depois, quando os massivos protestos iniciados em junho de 2013 já estavam coloridos pelas camisas da CBF, os “caveirões” no Rio e os blindados do Choque em São Paulo viraram cenário para “manifestantes” posarem ao lado de policiais sorridentes. O fascismo não precisava mais se debruçar nos fictícios personagens de Tropa de Elite. Fora das telas, para uma boa parte da população, a polícia já havia sido alçada à posição de heroína nacional em carne e osso.

As consequências eleitorais não demorariam. As eleições de 2018 e 2022 ficaram marcadas pelos recordes de policiais e militares eleitos para o Congresso Nacional. Os números divergem de acordo com o critério usado, mas, em meu levantamento, hoje, temos 47 deputados federais e 5 senadores oriundos dessas forças. Outros tantos ocuparam cargos estaduais e municipais. Policiais que puxam outros policiais através de cargos em nomeação, tomando cada dia mais a máquina pública brasileira.

Comecei a pintar esse quadro, que hoje engloba todo o Brasil, a partir do Rio de Janeiro, pois acredito que a espetacularização midiática da violência teve um grande papel na “virada de chave” política das instituições policiais brasileiras, e o RJ foi central nisso. Mas as causas deste fenômeno não se iniciaram ali.

Tivemos um processo de redemocratização extremamente problemático. Os debates da comissão constituinte que trataram do capítulo da segurança pública foram basicamente tomados por militares e policiais. Pior do que manter o sistema de policiamento fracionado que militarizou o cotidiano policial a partir dos “anos de chumbo” em 1969, já em democracia, nós optamos por constitucionalizá-lo.

Criou-se, então, a perigosa situação: um aparato estruturado pela ditadura manteve-se intocado e con-

vivendo com as amplas liberdades institucionais típicas de uma democracia liberal. Liberdades que, em uma relação dialética contraditória, serviriam como freios e contrapesos, mas também como indutoras da própria politização policial. Em mais de três décadas de democracia, sem as reformas estruturais necessárias e sem a imposição de efetivos sistemas de controle externo sobre suas atividades, era esperado que, em algum momento, as polícias também assimilassem para si o discurso de necessidade de autonomia das instituições.

São Paulo é, talvez, o exemplo mais gritante dessa relação contraditória. Desde os anos 1990, o estado vive períodos de pico de violência policial, seguidos de alguma resposta do governo estadual para frear a onda de mortes. Foi assim na Favela Naval em 1997, nos Crimes de Maio de 2006, na onda de violência de 2012 e no pós-chacina do Paraisópolis em 2018. Nesse “morde e assopra” do tucanato paulista, criou-se, nas fileiras policiais, o sentimento de que as forças de segurança eram “laranjas” dos governos do PSDB, que incentivavam a violência policial, mas se eximiam da responsabilidade quando a opinião pública apertava.

Poucos policiais foram mesmo punidos em SP nos últimos anos. Ainda assim, esse sentimento real foi paulatinamente criando um ranço entre a classe policial e o PSDB paulista, visto como o “sistema”. Junto a ele, cresceu a ideia de que os policiais deveriam buscar maior autonomia em relação ao “sistema”, sair da subordinação da “política civil” e buscar sua própria representatividade em nome de uma autonomia tida como necessária para o funcionamento das instituições.

O ápice para esse divórcio veio com João Doria, um governador que fora eleito prometendo “levar bandido direto para o cemitério”. Acuado pela opinião pública após a chacina de Paraisópolis, implementou o sistema de câmeras corporais. Em 2021, quando policiais militares da ativa se manifestaram a favor de atos gol-

pistas no 7 de setembro, Doria levaria a uma reunião de governadores sua preocupação com a total falta de controle dos Executivos estaduais sobre suas próprias polícias.

“Autonomia”, portanto, é a palavra-chave para entendermos a atual situação vivida na segurança pública brasileira. Todo esse longo processo de politização, cujo ápice é a formação de uma bancada policial capaz de ocupar quase 10% da Câmara dos Deputados, convergiu nesse sentido. Temos exemplos dessa bandeira por todo o país.

Quando Tarcísio se elegeu em São Paulo surfando nessa onda, chegou a prometer a extinção da Secretaria de Segurança Pública, cortando intermediários e elevando os comandantes das polícias estaduais ao status de secretários, como é no Rio de Janeiro. A má repercussão da proposta fez Tarcísio recuar na forma, mas não no conteúdo. Sem poder extinguir a pasta, resolveu transformá-la em um puxadinho da PM paulista ao nomear o Capitão Derrite para chefiá-la.

Derrite, aliás, é um nome central para compreender o fenômeno da politização policial no Brasil. Seus atos como secretário já dariam um artigo enorme por si só. Seus objetivos, porém, eram explícitos desde os tempos de deputado. Nas discussões sobre os PLs 86/2020 e PL 4184/2021, Derrite tentou impor, respectivamente, que o delegado-geral e o comandante-geral da PM de cada estado fossem escolhidos em uma lista tríplice eleita pelos próprios policiais e tivessem um mandato fixo de dois anos que só poderia ser revogado por maioria absoluta das Assembleias Legislativas.

Em outro estado cada vez mais dominado pela politização policial, em abril de 2022, o governador Ronaldo Caiado alterou uma legislação estadual ao decretar que, em momentos de crise na segurança, ações enérgicas da polícia não necessitariam mais da autorização do governador, concedendo poder autônomo aos comandantes de tais operações. Questionado se estaria “lavando as mãos”,



Caiado disse que tinha firmado um compromisso com os policiais de que não os cercearia em suas funções.

Em setembro do ano passado, acosado pela insatisfação das bases policiais, que eram permanentemente insufladas por dois ex-policiais militares eleitos deputados estaduais, o governador Zema, em Minas Gerais, se viu obrigado a trocar o comandante-geral da PM mineira. Com esse movimento de autonomização das forças policiais ocorrendo em dimensão nacional, não é estranho que, cada vez mais, tenhamos casos em que as ações policiais escapam do controle da sociedade civil.

Em junho de 2021, uma manifestação pacífica contra Bolsonaro foi duramente reprimida pela PM no Recife. Na época, o Secretário de Defesa Social pernambucano confirmou os rumores de que a ordem para o ataque partiu da própria PM em campo. Dias depois, algo semelhante ocorreu em SP. Em um embate entre manifestantes bolsonaristas e anti-bolsonaristas na Avenida Paulista, a PM reprimiu apenas os segundos, protegendo os primeiros.

O caráter nacional desses movimentos ficaria evidente nas eleições

"Anos sem desmontar um o aparato policial, consolidado pela ditadura, parecem enfim cobrar a conta. Maquiando o real problema da violência no país, as polícias se apoiaram no discurso antipolítica para se mostrarem desprovidas de qualquer tipo de controle".



PM-RJ em operação. Para Felitte, “pior do que manter o sistema de policiamento fracionado que militarizou o cotidiano policial nos anos de chumbo, o Brasil optou por constitucionalizá-lo”

Historicamente, nos acostumamos a ver as polícias atuarem de forma política no país: nos pequenos exércitos das oligarquias estaduais entre o Império e a Velha República, na polícia política de Filinto Muller e Getúlio Vargas, na força auxiliar do Exército ao longo da ditadura. A polícia brasileira sempre foi uma força subordinada às elites dominantes em cada época.

Agora, pela primeira vez na História, vemos as polícias brasileiras, sobretudo as militares, buscando protagonizar um movimento político de amplitude nacional. Não mais presos à coleira da burguesia nacional, mas sentados à mesa com ela. E não duvidemos da reiterada capacidade que a burguesia brasileira tem em conceder talheres (e até o prato principal) a qualquer força bruta, se isso lhes garantir a imposição de seus interesses.

Não ganhamos nada ao abaixar ou rebaixar bandeiras como a desmilitarização das polícias, o fim da guerra às drogas (e aos pobres) e o desencarceramento. Ao contrário: ao retroceder, apenas abrimos caminho para que a sanha punitivista e o militarismo sirvam de justificativa para uma autonomia das forças policiais que agora nos foge totalmente do controle.

Com isso, o desafio colocado para a esquerda é de curtíssimo prazo. Sem perder aquelas justas bandeiras de horizonte, a situação de urgência impõe a nossa articulação ao redor de um tema que se tornou tão central na questão da segurança pública quanto o combate às facções criminosas e a redução da violência cotidiana: a criação de mecanismos efetivos de controle civil sobre as polícias, do nível local ao nacional.

Desmilitarizar o Brasil é uma tarefa fundamental da esquerda para esta geração. Não cumpri-la é abdicar de qualquer projeto de país para as próximas gerações que virão. ■

de 2022, não só porque a Polícia Rodoviária Federal realizou bloqueios em estradas visando impedir eleitores (de Lula) de votarem no Nordeste. O que se seguiu após a vitória de Lula não seria, como noticiavam os jornais, uma simples greve de caminhoneiros. O Brasil estava assistindo, na verdade, ao que podemos considerar a maior greve policial de nossa história.

Algumas das imagens beiravam o ridículo. Poucos bolsonaristas eram suficientes para fechar avenidas e rodovias diante dos braços cruzados dos membros das polícias estaduais, sempre tão enérgicas contra manifestações populares. No Pará, um PM foi afastado por se recusar a cumprir uma ordem de desbloqueio. No interior de SP, viralizaram vídeos de bolsonaristas fazendo churrasco em rodovias com PMs tranquilos ao fundo. No Paraná, o comandante-geral da PM apareceu em vídeo com manifestantes, admitindo que prevaricou ao não desfazer os bloqueios.

Anos sem desmontar um aparato policial consolidado pela ditadura parecem enfim cobrar a conta no Brasil. Maquiando o real problema da violência no país, as polícias brasileiras se apoiaram no discurso de que “a

política atrapalha nosso trabalho” (o delas) para, ironicamente, abrirem espaço para a própria politização. Com uma autonomia crescente, parecem cada vez mais desprovidas de qualquer tipo de controle civil e estatal.

Não há outra palavra para uma instituição armada que age em defesa de seus próprios interesses políticos que não seja milícia. É por isso que tenho chamado esse processo de politização e autonomização que observamos no Brasil de milicianização das polícias.

Se a demorada investigação do brutal assassinato de Marielle Franco desvendou o tamanho do buraco em que a segurança pública se encontra no Rio de Janeiro, com o envolvimento do próprio Chefe de Polícia (Civil) fluminense, não há nada que não possa piorar.

Além dos quase 10% da Câmara dos Deputados já ocupada por militares e policiais, as movimentações mais recentes da PM paulista, maior e mais estruturada força de segurança do país, que se apresenta como principal base de apoio político ao provável próximo candidato da extrema-direita brasileira, Tarcísio de Freitas, escancara que estamos diante de um novo contexto político nacional.

POR UMA VIDA ALÉM DO TRABALHO

Da redação



Ninguém imaginava que a viralização de um vídeo, feito em meados de 2023, de um trabalhador do comércio, indignado com a sua escala de trabalho exaustiva e predatória – que não oferece tempo para o descanso e para a realização de outras atividades além do trabalho – poderia ser o estopim para a principal mobilização social em torno dos direitos trabalhista das últimas décadas.

Estamos falando do carioca Rick Azevedo, que transformou sua indignação em luta pelo fim da escala 6 X 1, pela qual milhões de trabalhadores de comércio e serviços no Brasil trabalham 6 dias e folgam apenas um. Além do vídeo, Rick iniciou a construção de um movimento denominado Vida Além do Trabalho (VAT), articulando panfletagem para comerciantes e para transeuntes nas ruas, com ações nas redes. O abaixo-assinado encabeçado pelo VAT, que reivindica a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelecendo o fim da escala 6x1, já reuniu 2,9 milhões de assinaturas.

No texto da petição pública, o movimento VAT é categórico: “Nós, cidadãos e cidadãs preocupados com as condições de trabalho no Brasil, vimos por meio deste abaixo-assinado

Rick Azevedo, comerciante carioca, transformou sua indignação em luta. Milhões de trabalhadores de comércio e serviços no Brasil trabalham 6 dias e folgam apenas 1

© Instagram/Rick Azevedo/Movimento VAT

expressar nossa profunda inquietação em relação à atual situação dos trabalhadores brasileiros e solicitar uma revisão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de proporcionar uma vida além do trabalho”.

O alcance das ações protagonizadas pelo VAT demonstram o quanto é relevante a jornada de trabalho na vida cotidiana de milhões de pessoas. As rotinas de 10, 12 horas de trabalho diário, plantões de fim de semana e folga em qualquer dia da semana têm consequências psicossociais, assinala o texto do abaixo-assinado do movimento: “É de conhecimento geral que a jornada de trabalho no Brasil frequentemente ultrapassa os limites razoáveis, com a escala de trabalho 6x1 sendo uma das principais causas de exaustão física e mental dos trabalhadores. A carga horária abusiva imposta por essa escala de trabalho afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”.

A força do movimento ficou evidente, em novembro de 2024, com a eleição do até então pouco conhecido Rick Azevedo para vereador do Rio de Janeiro (pelo PSOL). A grande bandeira do VAT transformou-se logo depois das eleições em um Projeto de Lei, encabeçado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). A apresentação do PL, apoiado por todo o PSOL e muitas figuras de outros partidos, ajudou a levar o debate sobre as condições de trabalho para a imprensa corporativa e ao parlamento. O PL já obteve assinaturas de parlamentares suficientes para começar a ser apreciado pela Câmara Federal. Com o tamanho da repercussão na sociedade, pressionando inclusive setores da direita, tem grande chance de ser aprovado, embora continue dependendo da continuidade da pressão social.

Novas questões para a organização da classe trabalhadora

O surgimento do movimento VAT e a repercussão da luta pelo fim da escala 6x1 são expressões das transformações do mundo do trabalho ocorridas

nas décadas neoliberais – dos anos 90 para cá no Brasil – que enfraqueceram a indústria, com a total abertura dos mercados para investimentos externos, flexibilizaram de fato os princípios de relações capital-trabalho inscritos na CLT e abriram caminho para ainda maior exploração dos assalariados nas fábricas, no comércio, serviços e plataformas digitais. Todas essas mudanças, coroadas pela reforma trabalhista implementada por Temer e comemorada por Bolsonaro, debilitaram sindicatos e centrais – que tiveram papel decisivo no século XX – e colocaram novos desafios para a organização da classe trabalhadora. Os avanços tecnológicos (robotização e digitalização que facilitou a globalização das cadeias produtivas) reduziram drasticamente a presença de trabalhadores nas fábricas. Paralelamente, o aumento significativo dos centros urbanos ampliou consideravelmente a oferta de empregos nos setores de comércio e serviços, setores com menor tradição de luta e organização sindical, portanto historicamente de baixos salários e longas jornadas, e exaustivos deslocamentos entre o local de moradia e o trabalho.

A luta contra a 6X1 expressa a emergência dos setores assalariados criados pelo neoliberalismo.

Essa dinâmica impõe uma rotina estressante, que limita as possibilidades de estudos, de lazer, vida familiar e de outras formas de sociabilidade e integração social. Muitas vezes, a alternativa que a trabalhadora ou o trabalhador encontra para ter mais controle sobre o seu tempo e rotina é o bico para completar a renda, pois em geral não se quer perder a carteira assinada que garante algum direito. No extremo, acontece o abandono do

trabalho assalariado tradicional, para buscar sustento no trabalho autônomo – o que gera em princípio alívio, graças à sensação de autonomia, mas na maioria das vezes acentua a precariedade das condições de trabalho.

Em tempos de crescimento de redes e plataformas, uma das alternativas mais buscadas é o trabalho autônomo mediado por uma plataforma, o que se generaliza nos serviços de entrega de comida, remédios e outros produtos comprados pela internet, além do transporte individual como carro ou moto. Mas também temos o empreendedorismo das pequenas iniciativas de serviços, como de cabeleireiros, manicure, conserto de celular, e do comércio, como na preparação e venda de alimentos, ou de roupas e bugigangas em geral nas ruas e transporte público. Todo esse processo é incentivado pela ideologia neoliberal do “faça você mesmo” que a “prosperidade” vem.

Outro agente importante nessa dinâmica são as redes sociais, numa rotina em que os trabalhadores ficam longos períodos em deslocamento, com pouco ou nenhum espaços de sociabilidade presencial e na qual o celular é item essencial de diálogo, conexões, fluxo de informações, interferindo inclusive na percepção que as pessoas têm sobre a realidade, portanto é uma zona importante de disputa.

Por fora das estruturas tradicionais dos sindicatos, associações e partidos de esquerda, Rick Azevedo e seus companheiros e companheiras ganharam espaço e apoio porque são parte da nova realidade de uma parcela significativa da classe trabalhadora, especialmente a mais jovem. Isso nos traz duas reflexões muito importantes. A primeira, é que o VAT viralizou porque Rick fala a partir da sua vivência, expressando o sentimento de milhões de pessoas que vivem nas mesmas condições hostis impostas pelo capitalismo atual. A segunda reflexão, que deriva da primeira, é que a luta de classes segue viva e tem espaço para crescer, desde que sejam compreendidas as novas dinâmicas do mundo do trabalho. ■

TRUMP 2.0 REDESENHA O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE



Carlos Eduardo Martins

Professor Associado da UFRJ, editor da revista *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo* e professor visitante no Arrighi Center for Global Studies (2022)

A reeleição de Donald Trump surpreendeu os muitos que imaginavam tê-lo derrotado definitivamente na eleição de 2020, ou posteriormente, por meio do desgaste junto à opinião pública provocado pelos processos criminais que resultaram em condenação por fraude fiscal no Estado de Nova York e em denúncias de apropriação ilegal de documentos da Casa Branca, tentativa de golpe de Estado e de fraude eleitoral na Georgia. A vitória conquistada no voto direto, Colégio Eleitoral, Senado e Câmara de Deputados, indica a profunda crise do Partido Democrata, que se tornou o último bastião do internacionalismo liberal que dirigiu a política estratégica estadunidense de 1980 a 2016, até a inflexão provocada por Donald Trump.

Uma “nova” política internacional

Trump ensaia uma mudança de paradigma na política externa dos EUA. Partindo da premissa do declínio dos Estados Unidos, o atribui a uma tecnoburocracia globalista que usa a República para financiar alianças geopolíticas estratégicas, promover a expansão e o fortalecimento de organismos multilaterais, impulsionar a

universalização do liberalismo político e do direito internacional. Mas essa política, segundo Trump e seus falções, teria favorecido a desindustrialização, o desinvestimento, a deslocalização produtiva, a multiplicação de conflitos internacionais e a elevação dos custos de manutenção da ordem mundial acima da capacidade de gestão do Estado estadunidense. Caberia ao novo governo federal destruir essa tecnoburocracia (a que acusa de socialista, por promover normas universais e patrocinar aliados), cancelar e redefinir as políticas públicas.

O segundo governo Trump pretende descartar as políticas de hegemonia e o universalismo liberal, para substituir o imperialismo informal por um imperialismo tout-court, que imponha a força do Estado estadunidense sobre as pressões competitivas do mercado mundial e as tendências multipolares, destruindo-as parcial ou completamente. Para Trump, os Estados Unidos em declínio empregam recursos escassos. Para ampliar (otimizar) esses recursos, deve vender segurança a preços monopólicos para aliados ou colaboradores, ao invés de financiá-los, delimitar os seus inimigos ou adversários estratégicos, descartar valores universais,

múltiplas frentes de conflito e redefinir a sua noção de espaço vital para derrotar as forças emergentes do sistema-mundo contemporâneo. Pretende substituir a economia política neoliberal, lastreada na internacionalização de mercados, capitais e na democracia liberal de baixa densidade social, por uma economia política mafiosa ou neofascista, baseada na força, ameaças, sanções, embargos, protecionismos seletivos, fidelidades, anexações e guerras com os objetivos de alcançar vantagens de aliados ou colaboradores, cercar, isolar ou destruir adversários, desglobalizar e reindustrializar os Estados Unidos.

A China é escolhida como a principal adversária, ameaça geopolítica, inimiga. De fato, desde o primeiro mandato de Trump, a potência asiática tornou-se alvo de cerco, bloqueios, sanções e restrições comerciais e de investimentos. Ele pretende atingir amplamente as cadeias globais de valor que vinculam a economia estadunidense à chinesa, e não apenas os segmentos de fronteira tecnológica e estratégicos, como semicondutores, supercomputadores, inteligência artificial, biotecnologia e defesa. O bloqueio na economia mundial ao setor de alta tecnologia chinês possui crescente apoio dos empresá-



Trump pretende, segundo Martins, substituir a economia política neoliberal, lastreada na internacionalização de mercados, por uma economia política mafiosa ou neofascista

rios das Big Techs do Vale do Silício, cada vez mais sensíveis à proteção estatal para enfrentar o gigante asiático, muitos dos quais se aproximam do atual presidente pela sua maior agressividade com Pequim.

Trump articula a inversão dos termos da Realpolitik de Nixon e Kissinger: convida a Rússia a entrar na Pax Americana, garantindo-lhe territórios ocupados na Ucrânia, suspendendo parcialmente as sanções impostas em busca de contrapartidas, como o distanciamento entre Putin e Xi Jinping, para afastar os principais pilares asiáticos da ameaça eurasiática. A OTAN, caso sobreviva, teria a sua missão e fontes de financiamento inteiramente redefinidas. Os Estados Unidos devem se afirmar como o poder moderador de uma Europa balcanizada, a quem venderia armas e serviços de proteção, orientando-a para o cerco e dissuasão do poder chinês. Buscam estimular divisões e conflitos intra-europeus para reduzir os riscos de uma reafirmação de Berlim e Paris como eventuais polos integradores de uma Europa soberana, assentada em um complexo industrial-militar próprio. O apoio à extrema-direita europeia nacionalista e refratária à integração, além de

ser parte de uma ofensiva mundial neofascista liderada por Trump e Musk, tem o objetivo de impulsionar rivalidades locais e limitar escalas.

Para conter o revisionismo chinês, as tendências multipolares e a projeção do Sul Global com o fortalecimento do BRICS, Trump ensaia resgatar a doutrina do “destino manifesto” e ampliar o espaço vital estadunidense. Este englobaria o hemisfério Ocidental e outras regiões estratégicas, para garantir o controle de recursos (Groenlândia, por exemplo), corredores-chave (Canal do Panamá) e contingentes demográficos ampliados. Ameaça retomar o expansionismo e as anexações territoriais, violar soberanias, impulsionar guerras híbridas, estabelecer controle estrito sobre os governos nacionais, promover deportações em massa, fixar zonas de exclusão, usar países vizinhos como centros de encarceramento de deportados. Além disso, pretende organizar novas ondas de destruição de direitos sociais e dos ecossistemas, afirmando o racismo e fascismo inerentes a seu projeto.

As advertências sobre a possível retomada do Canal do Panamá, por suposta violação da neutralidade do Tratado Torrijos-Carter em favor da

China, e a incorporação da Groenlândia e do Canadá ao território estadunidense, por razões de segurança nacional, devem ser vistas sob esse prisma. Da mesma forma, compreende-se a pressão sobre Zelensky para a entrega da exploração de minerais e terras raras do subsolo ucraniano em troca da ajuda militar estadunidense pregressa e superestimada, a pretensão de se apropriar da Faixa de Gaza para transformá-la em um empreendimento imobiliário de alto luxo e deportar 1,5 milhão de palestinos para Estados vizinhos, respaldando o subimperialismo israelense no Oriente Médio, ademais do uso de El Salvador como terceiro país seguro para receber imigrantes ou encarcerados banidos dos Estados Unidos. A designação de carteis mexicanos ou venezuelano como organizações terroristas, e do Estado cubano entre aqueles que respaldariam o terror, dá suporte à intervenção unilateral estadunidense a pretexto de autodefesa e coloca os governos desses países sob pressão, com o objetivo de obter vantagens ou isolá-los.

Interessado em impulsionar a desglobalização e a reindustrialização dos Estados Unidos, Trump usa a migração de indocumentados, a produção de fentanil, o suposto comércio desleal, a segurança nacional, a competição na fronteira tecnológica, a defesa do dólar e – por último na lista de prioridades –, a violação à democracia e aos direitos humanos, para ameaçar ou impor tarifas, sanções e embargos. São alvos, em particular, os países ou regiões que possuem superávits comerciais com os Estados Unidos, como China, México, Canadá, União Europeia e Índia, ou inimigos ideológicos, como Venezuela – de quem cancelou as licenças para produzir e exportar petróleo através da Chevron –, e Co-

reia do Norte e Irã, objeto de ameaça de intervenção militar se não aceitarem um acordo sobre o seu programa nuclear. Mesmo Taiwan e Vietnã correm riscos. Ele advertiu os países do BRICS quanto à aplicação de tarifas de 100%, caso avancem nas discussões sobre alternativas monetárias ao dólar, e pretende cortar custos e atingir o universalismo liberal ao retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris, da Organização Mundial de Saúde e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, além de destruir a USAID.

O novo projeto de Estado

O estabelecimento de tarifas para proteger o mercado interno atinge fortemente as corporações estadunidenses mais transnacionalizadas, ancoradas em expressivos fluxos de mercadorias entre filiais e matrizes, e os consumidores estadunidense. Trump busca cooptar o empresariado internacionalizado e garantir o apoio das camadas médias cortando impostos,

direitos, gastos públicos e empregos no governo federal, se lançando contra a transição energética para tecnologias limpas e reafirmando a economia política dos combustíveis fósseis. Usa ainda, no limite, o poder de coerção de um capitalismo de Estado em construção, lastreado na imunidade relativa do exercício da Presidência da República concedida a Trump pela Suprema Corte, no acesso a informações sigilosas da inteligência estadunidense sobre empresas e cidadãos pelo Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), liderado por Elon Musk, e no acercamento às Big Techs, registrado na presença e financiamento de sua posse por Mark Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai (Google), Tim Cook (Apple), Sam Altman (OpenAI), além do próprio Musk (Tesla, SpaceX).

Musk, que dirige o DOGE, sequer aprovado pelo Congresso, lidera uma ação macarthista de demissões, fechamentos de programas, agências e departamentos, tomando por alvo a burocracia liberal, qualificada como a grande inimiga interna pelo Project 2025 (o projeto do think tank de extrema direita Heritage Foundation, que é a base de seu programa de governo), bem como a educação, a ciência, a saúde, a previdência social, a ajuda internacional para fins humanitários, as ações afirmativas, a receita federal e a proteção ao consumidor. Para referendar a atuação de Musk, Trump mobiliza na Corte Suprema, onde possui maioria, a intitulada teoria executiva unitária, que dá poderes imperiais ao Presidente da República sobre a administração pública federal, convertendo-a num espaço de patrimonialismo e estrita fidelidade política. As Forças Armadas e o aparato repressivo passam por forte depuração política e não é casual a sincronicidade entre o gesto nazista de Musk nos comícios comemorativos da vitória de Trump e a decisão do presidente de perdoar os líderes de milícias de extrema-direita, como Proud Boys e Oath Keepers, envolvidos no ataque ao Capitólio.

Manifestante nas jornadas anti-Trump de 5 de abril: “Os limites internacionais e internos para o projeto trumpista são imensos.”



© nmoyPhoto/shutterstock

A recusa às tecnologias verdes se associa ao rechaço à legislação ambiental, à tributação dos custos ambientais, à criminalização da violência ecológica e à elevação dos gastos públicos e privados para financiar a transição energética. Trump assenta sua economia política em uma nova ofensiva espacial do extrativismo e da produção de combustíveis fósseis, na desglobalização produtiva e no fortalecimento do complexo industrial-militar e sua conversão em fonte de exportação de bens e serviços. Pretende ainda limitar o peso do setor financeiro, vinculando a queda nas taxas de juros a dos preços dos combustíveis, e suas críticas a Jerome Powell sinalizam conflitos e tensões.

Contradições e resistências

Estamos assistindo à entrada do sistema-mundo contemporâneo em um período de caos e empates catastróficos. No governo Biden, presenciamos o colapso da hegemonia dos Estados Unidos como força capaz de estabelecer a ordem mundial, o que se revelou no fracasso da coalizão liberal para asfixiar a Rússia e derrubar Putin. Ele não apenas se fortaleceu, mas também o projeto multipolar de uma nova maioria global, mediante a aproximação entre Moscou e Pequim e a ampliação do BRICS, que passou a incluir na condição de membros plenos potências energéticas em combustíveis fósseis como Irã, Emirados Árabes e Arábia Saudita, em energias renováveis como a Indonésia, e Estados com localização estratégica como Egito e Etiópia.

Com Trump, estamos assistindo ao desmonte das instituições e políticas da hegemonia anterior e à tentativa de transformar os Estados Unidos em um império global, partindo do amplo domínio sobre o Hemisfério Ocidental e da redefinição das relações com a Europa. Entretanto, os limites internacionais e internos para efetivar este projeto são imensos. Entre eles podemos destacar:

(1) A China dificilmente poderá ser contida por tentativas de bloqueio, dada a escala de seus recursos de-

mográficos, a capacidade de investir do seu Estado e de suas empresas, suas alianças internacionais e seu soft power. Ela é um poder mundial assentado no desenvolvimento da revolução científico-técnica e na projeção internacional vinculada à ideia de comunidade de destino comum e compartilhado para a humanidade, atualizando e modernizando os princípios da conferência de Bandung. O DeepSeek Chatbot sinalizou a entrada da China na fronteira da inteligência artificial e revela que a principal força chinesa está na ciência, na educação e na dimensão pública do conhecimento, os elementos mais dinâmicos das forças produtivas no século XXI, o que lhe dá grande capacidade de enfrentar a escassez de suprimentos e fazer mais com menos. Ademais, vai se destacando como potência líder na geração de energias renováveis, seguida da Indonésia, condição a que os países latino-americanos, dotados de biodiversidade, clima tropical e reservas estratégicas de lítio poderão aceder. A negação da transição energética por Trump atrasa e debilita os Estados Unidos na disputa pelo novo paradigma biotecnológico emergente.

(2) A aplicação de tarifas, sanções e embargo contra seus parceiros comerciais poderá resultar na crescente exclusão dos Estados Unidos dos fluxos de comércio e investimento da economia mundial. China, México e Canadá representam 41% das importações dos Estados Unidos. A tentativa de Trump de atingi-los abre imensa oportunidade para redirecionar mercados e investimentos e para o aumento da influência da China nas Américas, isolando os Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, sujeitando-o inclusive à escassez de matérias-primas e mercadorias.

(3) É improvável que Trump consiga distanciar a Rússia da China ou frear a sua crescente aproximação. A Rússia tem sustentado seu esforço de guerra e vem obtendo apoio material e diplomático crescente. Inversamente, o conflito tem gerado inflação na

União Europeia, crises políticas na Alemanha e França e vem ampliando o déficit fiscal e o endividamento nos Estados Unidos. A pretensão de Trump de inverter o fluxo financeiro com a Europa, dividi-la e ampliar sua subordinação militar e política é uma aposta de alto risco e contraria os interesses profundos da região com forte vocação eurasiana;

(4) A desglobalização do sistema produtivo e da força de trabalho estadunidenses enfrenta imensos obstáculos. Dificilmente a redução de impostos e a destruição de direitos poderão compensar as diferenças de taxa de lucro em favor do investimento no estrangeiro, ensejando a resistência do empresariado de setores internacionalizados mais tradicionais contra as tarifas. As deportações de imigrantes tendem a reduzir o exército de reserva e pressionar os custos salariais. O apelo ao capitalismo de Estado e ao fascismo para solucionar esses conflitos deve agravar a luta de classes nos Estados Unidos.

(5) Os países latino-americanos devem reforçar os seus instrumentos de integração regional, como a Celac e a Unasul, e sua vinculação ao Sul global, mediante o Brics, para enfrentarem de forma articulada as ameaças do imperialismo estadunidense. A presidência do Brasil nessa organização em 2025 é uma oportunidade extraordinária para mobilizar a América Latina em torno de respostas globais. Os governos do campo progressista devem assumir a defesa da soberania nacional e realizar amplas mobilizações de massa para isolar a burguesia dependente e as forças aliadas do trumpismo, como vem demonstrando Claudia Sheinbaum. Devem romper o pacto com a financeirização e a austeridade, combustível do fascismo e um dos pilares da hegemonia dos Estados Unidos, e impulsionar o desenvolvimento em uma concepção nacional, popular, latino-americana e multipolar.

Ou inventamos, ou erramos: para novos tempos, são necessárias criatividade, liderança e ousadia. ■

FÚRIA ANTI-IMIGRANTE CAUSA MEDO E PROBLEMAS PARA OS EUA



Dianne Feeley

Trabalhadora aposentada da indústria automotiva de Detroit, EUA, ativista sindical e editora da revista *Against the Current*

Donald J. Trump lançou o que chama de “o maior programa de deportação da história americana”, classificando todos os imigrantes como “invasores” criminosos. Ele insiste que tem muitas ferramentas para prender, deter e deportar “não cidadãos”, como já tinha feito com mais de 400 brasileiros até meados de março – todos humilhantermente acorrentados, além de algemados.

Num dos lances mais controversos da fúria xenófoba do atual governo dos EUA, 238 supostos membros da gangue venezuelana Tren de Aragua e 23 supostos membros da salvadorinha MS-13 – sem nenhum processo de investigação real – tiveram seus cabelos cortados e, com as mãos e os pés algemados, foram levados de avião para El Salvador, onde foram encarcerados na instalação supermax Cecot. A “ordem executiva” (uma espécie de medida provisória de execução imediata) de Trump os deportou com base na Lei de Inimigos Estrangeiros de 1798, que só foi invocada em tempos de guerra (Guerra de 1812, Primeira e Segunda Guerra Mundial). Tom Homan, o czar de fronteira de Trump, anunciou posteriormente à imprensa que esse evento deveria ser comemorado.

No entanto, o incidente criou uma crise constitucional, já que o juiz James E. Boasberg havia determinado que esses não cidadãos não fossem deportados de acordo com as disposições da famigerada lei. Quando informado de que os aviões já haviam partido, o juiz federal exigiu que eles dessem meia-volta, mas não foi o que aconteceu. A crise eclodiu quando o setor administrativo do governo pareceu desafiar uma ordem direta do poder judiciário. No entanto, a equipe de Trump minimizou o desafio alegando que a ordem foi emitida “tarde demais”.

Menos de um mês após sua posse, Trump tuitou um ditado frequentemente atribuído a Napoleão: “Aquele que salva seu país não viola nenhuma lei”. Ele também assinou uma ordem executiva declarando que somente “o presidente e o procurador-geral devem fornecer interpretações autorizadas da lei para o Poder Executivo”. Historicamente, essa é a responsabilidade do poder judiciário.

Política migratória é arma para tornar os EUA mais brancos e mais cristãos tradicionalistas

Agindo como se estivesse salvando o país, Trump incentivou seu governo a ordenar que as universidades expulsassem estudantes e professores estrangeiros que se manifestaram ou se manifestem contra o genocídio que está ocorrendo em Gaza. Além de terem sido suspensos e demitidos sem o devido processo legal no campus, o caso de Mahmoud Khalil – ativista pró-Palestina da Universidade de Co-



lumbia, Nova York, preso e despachado para outro estado – revela a disposição do governo Trump de ignorar qualquer processo legal de imigração.

Khalil teve a “audácia”, como palestino criado na Síria, de imaginar que, só porque era residente permanente nos EUA, tinha o direito de ser uma pessoa política. E como estudante de pós-graduação em Columbia, participou da luta para exigir que a universidade se despojasse de sua cumplicidade na guerra em Gaza. Arrancado de sua esposa quando se preparavam para o nascimento de seu filho, ele foi rapidamente transportado para uma prisão na Louisiana (estado onde o Judiciário seria mais favorável às políticas do governo federal). Embora as autoridades não pudessem dizer aos repórteres qual possível crime ele havia cometido, insistiram que ele estava subvertendo a segurança dos Estados Unidos e tinha de ser deportado.

Em outro caso, a Dra. Rasha Alawieh foi deportada do Aeroporto Logan, em Boston, depois que os oficiais da alfândega e da fronteira encontraram “fotos e vídeos simpáticos” aos líderes do Hezbollah em seu celular. Especialista em rins e transplantes afiliada à Brown University, ela é cidadã libanesa com um visto válido. Antes de ser

deportada, ficou detida por 36 horas sem poder falar com um advogado ou entrar em contato com outras pessoas.

Nos casos de Khalil e Alawieh, são utilizadas razões políticas para considerá-los deportáveis e pintá-los como “terroristas”. Mas para o governo Trump, todos os imigrantes – mesmo aqueles com vistos válidos – são criminosos que não têm direitos.

No entanto, assim como outros países industrializados, os Estados Unidos precisam de cerca de 1,6 milhão de imigrantes por ano para manter a economia funcionando. Eles colhem e embalam as frutas e os legumes do país, cortam e embalam carne, trabalham nos setores de saúde e hotelaria e constituem uma parcela considerável dos trabalhadores da construção civil. Como empregador, Trump contratou muitos deles para trabalhar em seus hotéis e campos de golfe. Há ainda aqueles que são recrutados para empregos com salários mais altos no setor de tecnologia.

Escolha do inimigo interno

Por que, então, o presidente dos EUA demoniza os mais de 11 milhões de imigrantes que não têm status permanente? Afinal, com exceção da pequena população indígena e dos afro-americanos, cujos ancestrais foram trazidos para o país escravizados e hoje representam cerca de 12% da população total dos EUA, o país é conhecido como “uma nação de imigrantes”.

Talvez um dos motivos para a imposição de uma política anti-imigração draconiana seja o fato de o país ter se tornado mais diversificado. Trump e Stephen Miller, seu vice-chefe de gabinete para políticas, veem o programa Making America Great Again como uma forma de tornar os Estados Unidos mais branco e mais tradicionalmente cristão. Em 1965, menos de 5% da população havia nascido fora dos Estados Unidos; hoje, são 15%. Além disso, quase 90% dos imigrantes vêm de países não europeus.

Os EUA mantiveram suas fronteiras abertas durante a maior parte de sua história, mas quando os chine-

ses foram recrutados para construir a ferrovia transcontinental, leis de exclusão foram postas em vigor pela primeira vez (1882). Infelizmente, os sindicatos da época apoiaram essas políticas racistas com base no fato de que os imigrantes asiáticos eram recrutados pelos empregadores para sufocar greves e diminuir os salários.

Uma reviravolta decisiva na posição dos sindicatos ocorreu quando mais de um milhão de imigrantes – faltando ao trabalho, à escola ou deixando de comprar qualquer coisa – marcharam contra a aprovação do projeto de lei anti-imigração Sensenbrenner em 1º de maio de 2006. Desde então, as delegações trabalhistas no Congresso têm enfatizado que todos os trabalhadores, independentemente do status imigratório, devem ter acesso à proteção total das leis trabalhistas e empregatícias. A falta disso cria uma “economia paralela” que resulta em condições de trabalho exploradoras e inseguras para aqueles que não têm status legal.

A deportação de imigrantes, mesmo sem a aprovação de mais legislação anti-imigração, é possível se os estadunidenses se sentirem inseguros e ameaçados. Tanto Trump quanto seu vice-presidente atacaram imigrantes haitianos residentes em Springfield, Ohio, durante a campanha, alegando que eles não só estavam no país ilegalmente, mas também estavam comendo os cães e gatos das pessoas. Ou seja, não eram realmente “humanos”.

Embora nada disso fosse verdade, Trump e Vance repetiram descaradamente sua história mesmo depois que as autoridades de Springfield, a refutaram. Eles estão apostando que, nas crises econômicas, políticas e climáticas que existem atualmente, um número suficiente de pessoas decidirá não defender os imigrantes. O custo pessoal de fazer isso pode ser muito alto.

Ao conseguir transformar em bode expiatório uma parte da classe trabalhadora, a equipe de Trump está ten-



© Casa Branca/Divulgação

“Trump transforma em bode expiatório uma parte da classe trabalhadora, tentando aprofundar a vigilância social. Para deportar os imigrantes, será preciso descobri-los via maior policiamento.”

tando aprofundar a vigilância social. Se os imigrantes tiverem que ser deportados, a sociedade terá que descobri-los por meio de um maior policiamento. Os registros dos funcionários devem ser mantidos e mostrados aos funcionários da imigração, a polícia deve se certificar de entregar à imigração as pessoas que são paradas, interrogadas, presas – até mesmo presas por dirigir sem uma lanterna traseira. E aqueles que trabalham em hospitais ou escolas precisam revelar quem são os indocumentados.

Uma vez detidos, os imigrantes devem ser humilhados, em parte para isolá-los do resto da sociedade, em parte para assustar outros imigrantes e levá-los a se autodeportar. Uma vez implementado, o sistema de vigilância militarizaria com sucesso a sociedade estadunidense.

A administração também busca o controle sobre a força de trabalho temporária, garantindo que estejam sob o controle direto de empregadores específicos. Se pedirem demissão ou forem demitidos, perderão seu status e estarão sujeitos à deportação.

A ameaça do Projeto 2025

Quando Trump assumiu pela segunda vez a Presidência, o Projeto 2025 (elaborado pela Heritage Foundation, um think tank de extrema direita com financiadores milionários) forneceu a ele um plano de deportação:

• **Habilitando uma máquina de deportação nacional:** o plano prevê permitir que o ICE (Immigration and Customs Enforcement) use a “remoção acelerada” contra imigrantes encontrados em qualquer lugar do país. Além de batidas em locais de trabalho, o dispositivo permitiria batidas em escolas, hospitais e instituições religiosas. O governo já está usando a Lei do Inimigo Interno de 1798 para levar adiante seu projeto. Um absurdo, já que os Estados Unidos não estão em guerra com nenhum outro país e, portanto, não há “estrangeiros inimigos”. Trump também sugeriu que pode declarar uma emergência nacional.

• **Militarização das fronteiras:** o Projeto 2025 pede o “uso de pessoal e equipamento militar” para impedir a passagem nas fronteiras. Isso significa vigilância e muros adicionais. Para 2025, o ICE tem um orçamento de 350 milhões de dólares, um aumento de 30 milhões de dólares em relação ao ano anterior. Mas esse orçamento é inadequado para o projeto de Trump.

• **Expansão dos centros de “detenção” de imigrantes:** o projeto prevê mais do que dobrar o número de imigrantes detidos enquanto enfrentam deportações. Atualmente, há cerca de 50 mil presos, a maioria em instalações operadas por empresas privadas, enquanto outros estão em prisões.

• **Eliminação de programas de exceção, como o TPS e o DACA:** estabelecido pelo Congresso em 1990, o TPS (sigla em inglês para Status de Proteção Temporária) atualmente legaliza o status de pessoas de 16 países diferentes por um período específico e renovável. O DACA facilita a permanência de quem chegou ainda criança aos EUA.

• **Obrigação de programas de verificação de trabalho:** o Projeto 2025 expandiria o E-Verify, um sistema mal organizado destinado a provar que os funcionários estão qualificados para trabalhar nos Estados Unidos. Os setores agrícola, de construção e hoteleiro dependem da mão de obra imigrante e já estão buscando isenções para poderem continuar a operar.

• **Emaranhamento da fiscalização local e federal:** o Projeto 2025 pede a expansão do envolvimento das polícias estaduais e locais na aplicação das leis federais de imigração. Aqueles que se recusarem poderão ter o financiamento federal negado, incluindo escolas que registram e educam filhos de imigrantes. Isso, sem dúvida, terá como alvo cidades, condados e estados chamados “santuários”, que em geral cooperam pouco com o ICE.

• Complicações atuais

Atualmente, dos mais de 40 milhões de residentes que imigraram para os Estados Unidos, aproximadamente 11 milhões estão sem documentos. Desses, quase 90% estão trabalhando, o que representa quase 5% da força de trabalho total. Muitos moram nos Estados Unidos há anos, casaram-se com cidadãos estadunidenses e estão criando filhos que também o são por lá terem nascido.

Trump também está contestando a cidadania inata, que foi acrescentada à Constituição dos EUA quando a escravidão foi abolida. Eventualmente, sua ordem executiva que contesta o significado dessa disposição constitucional chegará a uma Suprema Corte dos EUA muito favorável a Trump.

Embora, de acordo com o direito internacional, o asilo deva ser concedido àqueles que temem danos críveis nas mãos do Estado se forem mandados para casa, o governo dos EUA recusa a maioria dos pedidos de asilo. Em 2020, por exemplo, o primeiro governo Trump aprovou apenas 15 mil. Mas alguns que tiveram o asilo negado conseguem permanecer no país. Além disso, 1,4 milhão de pessoas receberam ordens de remoção, mas seu país não concordou com seu retorno. A equipe de Trump está trabalhando para encontrar países terceiros dispostos a aceitá-las. Até o momento, El Salvador concordou em aprisionar as pessoas que as autoridades de Trump consideram criminosos graves, por uma quantia alta. Outros 350 foram deportados para o Panamá e agora estão vivendo em uma base militar à beira da selva. México, Guatemala e Honduras foram intimidados a aceitar outros.

Outra categoria de imigrantes sem documentos são os cerca de 4,6 milhões que vivem em famílias de “status misto”. Uma das razões pelas quais os imigrantes criaram raízes é o fato de que leva anos para que os solicitantes de asilo tenham seus casos ouvidos. Como o tempo médio

de espera é de cerca de quatro anos, aqueles que têm a sorte de não serem considerados pelo ICE uma ameaça são liberados para suas famílias. Outros podem ser obrigados a se inscrever em programas de monitoramento. Esses programas foram desenvolvidos pelo setor de prisões privadas e incluem SmartLINKS e monitores de tornozelo e pulso.

Por outro lado, 30 mil não-cidadãos considerados “em risco” ou que cometeram delitos – desde infrações de trânsito ou de imigração até crimes mais graves – estão alojados em cadeias locais ou em prisões estaduais e privadas. Essas são as pessoas com maior probabilidade de serem rapidamente deportadas.

“A economia dos EUA precisa de 1,6 milhão de imigrantes ao ano, para funcionar. Eles colhem e empacotam as frutas e os legumes do país, cortam e embalam carne, estão nos setores de saúde, hotelaria e são a maior parte da mão de obra da construção civil.”

Aproximadamente um milhão de imigrantes têm status de proteção temporária (TPS). Esse status é para pessoas que vêm de países devastados pela guerra ou que sofreram um desastre natural. Atualmente, imigrantes de 16 países têm esse status, incluindo ucranianos (240 mil), haitianos (200 mil) e venezuelanos (350 mil). Os solicitantes que recebem o TPS recebem permissões de trabalho e são protegidos contra deportação

por um período que varia de 6 a 18 meses, geralmente renovável.

Porém, se o Secretário de Segurança Interna optar por não renovar a cláusula do TPS, esses indivíduos perderão seu status. Trump chamou vários desses países, inclusive o Haiti, de “países de merda” e indicou que pretende revogar o TPS haitiano. Ele também está considerando cancelar o status dos ucranianos.

Além disso, 530 mil jovens indocumentados que vieram para os Estados Unidos quando crianças receberam proteção temporária sob a Ação Diferida para Chegadas na Infância (DACA). Essa política foi implementada pelo governo Obama em junho de 2012, depois de várias manifestações impressionantes de jovens imigrantes. Assim como o TPS, ela oferece autorização de trabalho e protege os beneficiários da deportação. No entanto, os beneficiários do DACA não têm status legal e um caminho para a cidadania. Embora esse programa seja popular entre a maioria dos estadunidenses, ele pode ser encerrado por uma decisão da Suprema Corte ou por Trump.

Tanto as administrações democratas quanto as republicanas deportaram milhões de pessoas que deixaram seus países por necessidade. Obama detém o título de “deportador-chefe” como o presidente do século XXI que implementou o maior número de deportações. Será que Trump, com sua retórica dura, assumirá esse título? A abordagem de seu governo é semelhante a de uma gangue que rouba uma joalheria: quebra, agarra e foge.

Embora os ataques multifacetados do governo Trump aos trabalhadores federais, a imposição de tarifas e o aconchego a Putin possam ter sobrecarregado os estadunidenses, já existem redes de direitos dos imigrantes e organizações comunitárias dispostas a defender seus vizinhos e colegas de trabalho. Essas redes crescerão à medida que a brutalidade desse governo continuar a se manifestar. ■

CAPITALISMO CHINÊS É O DESESPERO DE TRUMP



Renildo Souza

Professor dos programas de pós-graduação em Economia (PPGE) e Relações Internacionais (PPGRI) da UFBA e autor de *China: de Mao a Xi Jinping, transformações e limites*

A guerra tarifária provocada pelo governo Trump, sob o pretexto de buscar reciprocidade nas cobranças, atinge todo o comércio internacional. Mas o alvo principal é a China. Canadá e México, sócios formais do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), e aliados geopolíticos, como União Europeia, Japão, Austrália e Nova Zelândia, também foram atingidos pelas medidas.

O gigantesco choque tarifário de 2 de abril gerou expectativas de forte recessão nos Estados Unidos e abalos por todo o mundo. O colapso do mercado de títulos públicos americanos surpreendeu Trump e equipe, ameaçou gerar pânico no mercado financeiro e obrigou-os a pausar a ofensiva por 90 dias, embora as tarifas globais de 10% estejam mantidas. É o prazo para as negociações bilaterais dos países com a Casa Branca.

As tarifas sobre a China foram fixadas em 145%, mas podem atingir até 245% em alguns produtos, a exemplo de veículos elétricos. Por seu turno, a China impôs a taxa de 125% para as importações de bens dos Estados Unidos. Os chineses restringiram exportações de minerais estratégicos e vetaram as relações comerciais com uma lista de empresas estadunidenses.

A guerra comercial de Donald Trump evidencia a exacerbação da

reação política ao declínio econômico relativo dos EUA. Diante da marcha batida de avanços chineses, Trump, em desespero, desencadeia uma enxurrada de medidas protecionistas e isolacionistas. A radicalidade das medidas e do unilateralismo denunciam o grau de gravidade dos problemas econômicos, sociais e políticos dos Estados Unidos. A própria vitória de um fascista como Trump demonstra a profundidade da ruína da sociedade americana.

A Casa Branca parece calcular que os efeitos contraproducentes dessas políticas sejam menores e repercutam apenas no curto prazo. A grande meta é golpear a China e relançar a economia americana. O presidente Trump, no discurso no Congresso, afirmou: “As tarifas servem para tornar a América rica e grande novamente. E isso está acontecendo. E acontecerá bem rapidamente. Vai haver um pequeno incômodo, mas estamos bem com isso. Não será muito.” (5/03/2025)

Declínio de um, ascensão de outra

As novas tecnologias, como energias renováveis e semicondutores, são o principal foco da atual disputa entre Estados Unidos e China. A conquista da liderança tecnológica pode significar superioridade econômica e militar.

Os EUA frustraram-se: as sanções não quebraram a Rússia e os embargos, determinados por Trump e Biden, não paralisaram a ascensão tecnológica da China. Agora, Trump 2 muda o jogo. Os EUA abandonam a Ucrânia, rebaixam o papel geopolítico da Europa e tentam atrair a Rússia em um movimento cujo objetivo é isolar a China.

A globalização neoliberal foi abalada pela clivagem entre o protecionismo americano e o desafio chinês. A ascensão econômica, comercial, tecnológica da China é o principal marcador do processo de perda de hegemonia americana. O problema principal não é apenas e isoladamente o déficit comercial dos EUA com a China. O pânico de Washington é com os efeitos políticos da supremacia econômica sistêmica dos chineses no mundo. Com efeito, há um processo de transição hegemônica, embora o seu curso ainda seja lento, parcial e relativo.

Nesse contexto, os EUA escancararam as suas práticas imperialistas. Trump fala em ocupar o Panamá, Canadá, Gaza e Groenlândia. Os EUA, com Trump, já se retiraram da Organização Mundial de Saúde e do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas. O novo governo desatou implacável perseguição contra os imigrantes. Por outro lado, os chineses, engolfados por superprodução relativa, não podem escapar das po-



líticas expansionistas do seu grande capital, privado e estatal.

De posse de gigantescas concentrações de capital e diante da agressividade americana, não resta outra opção à China a não ser se apresentar ao Sul Global como a alternativa pacífica, desenvolvimentista, confiável. Para contrastar com o Ocidente, tem sido obrigada a chegar no Sul Global com oportunidades econômicas relativamente vantajosas para os parceiros, embora retenha o controle e os maiores benefícios dos negócios. Com sagacidade, Pequim constrói sua hegemonia de novíssimo tipo, considerando as particularidades do século XXI. E Trump, com seu unilateralismo desesperado, termina ajudando a elevar o prestígio e a projeção da China no mundo.

2008 foi ponto de inflexão

Até a crise de 2008, a China abriu novas e gigantescas oportunidades de investimento e valorização para os capitais das corporações transnacionais. Ao se integrar ao capitalismo mundial, o país funcionava como uma válvula de escape. Todos os grandes capitais do Norte correram para o mercado chinês. Após 2008, os Estados Unidos começaram a centralizar suas atenções no desafio do dragão asiático.

O avanço chinês materializou-se no contexto contraditório da globa-

lização neoliberal, de um lado, e do desenvolvimentismo de Pequim, de outro. O projeto nacional-desenvolvimentista do peculiar capitalismo chinês alcançou espetacular êxito em pouco tempo. Enquanto a China avançava, as desigualdades explodiam no Sul Global, com desolação social extrema para uns e agravamento da desindustrialização para outros, como o Brasil e a Argentina.

Agora, os chineses já ocupam até mesmo os mercados da produção mais sofisticada tecnologicamente, anteriormente preservados estrategicamente pelos velhos países centrais. É a União Europeia quem pressiona, no momento, as empresas chinesas implantadas na Europa, reclamando transferência de tecnologia para os países hospedeiros.

O declínio relativo dos Estados Unidos vem de longe. A década de 1970 foi marcada pelo fim do Acordo de Bretton Woods e a fuga do dólar, as crises do petróleo, a recessão econômica, a vitória vietnamita, as revoluções iraniana e nicaraguense. É estrutural a deterioração da liderança da manufatura dos EUA. A partir dos anos 1970 e 1980, as corporações, com baixa lucratividade, buscaram financeirização e inovação tecnológica e deslocaram-se para a periferia, sobretudo para a China.

Em 2024, o déficit da balança de bens e serviços dos EUA alcançou 918

Fábrica na China: engolfado pela superprodução relativa, país não pode escapar do expansionismo do seu grande capital, privado e estatal

bilhões de dólares. (US, 2025) Desde os anos 1970, os salários perdem poder de compra. O grupo do 1% mais rico dos americanos fica com 21%, mais do dobro dos 50% mais pobres. Os 10% mais ricos ficam com 71% da riqueza e os 50% mais pobres com somente 1%. (Roberts, 2024) A inflação dos bens e serviços de consumo tem piorado a vida da maioria.

A sociedade é dilacerada por ondas, cada vez maiores, de racismo, medievalismo moral, fanatismo religioso e neofascismo. A nação americana padece de esclerose política-ideológica, declínio econômico e colapso social. Para enfrentar tal estado de coisas, Washington se agarra às finanças, ao dólar, à sua superioridade militar e à desesperada guerra comercial.

O vale tudo de Trump

O governo Trump apela para todos os meios para reestruturar a economia americana, à revelia do meio ambiente e de tradicionais relações internacionais etc. Por isso, ele conclama “dril, baby, dril”, para impulsionar a produção de combustíveis

fósseis. Por isso, ele se choca no comércio com velhos aliados. Por isso, além do racismo odioso, ele persegue imigrantes, supondo que as vagas de emprego ficarão para os americanos.

Mas as dúvidas campeiam. A reinindustrialização desejada é alcançável? A guerra tarifária ou novos acordos comerciais impostos por Trump deslocarão a produção para dentro dos Estados Unidos, trarão de volta os empregos manufatureiros, reduzirão o déficit comercial? O petróleo vai tanto gerar atividade como baixar os custos da energia? A inteligência artificial nos EUA resultará na revolução produtiva que se projeta? Quem vai colher o excedente econômico engendrado no contexto das novas tecnologias? Na verdade, as empresas de

tecnologia dos EUA desfrutaram de valorização insustentável, repetindo a bolha ponto.com de 1999, como mostrou o recente impacto da DeepSeek sobre as ações das Big Techs.

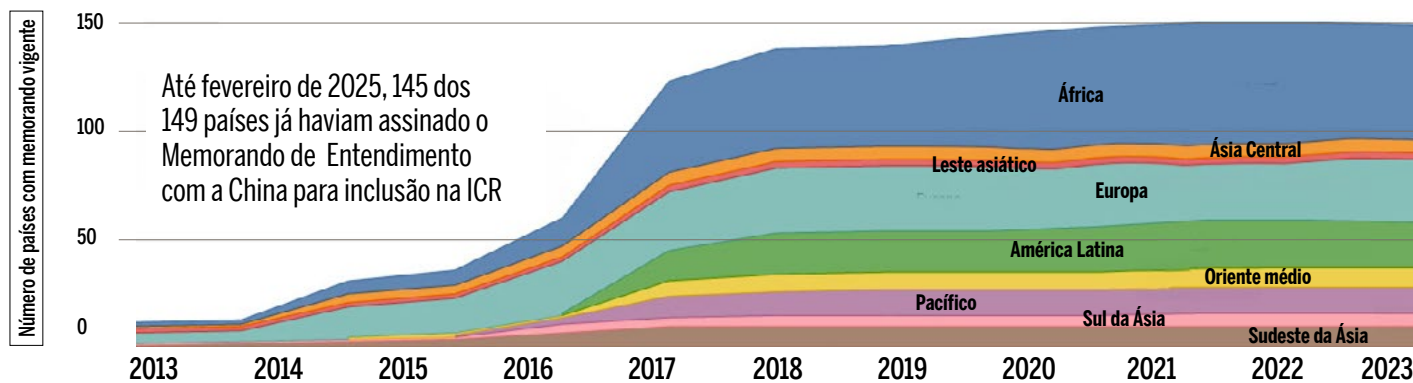
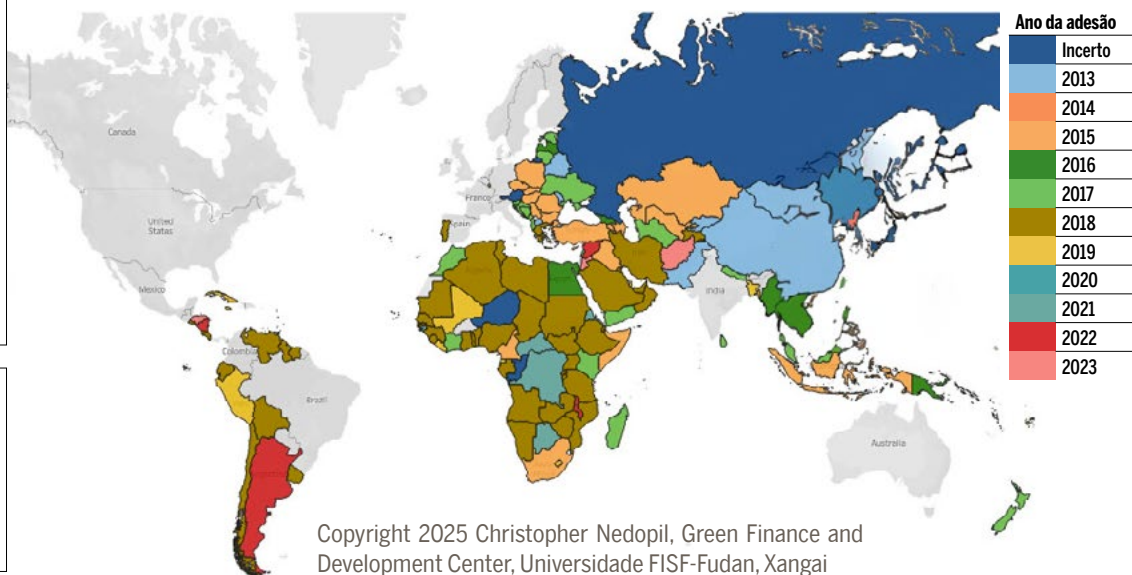
Tiro pela culatra

As tarifas desmesuradas elevarão os preços no consumo e nos custos de produção, sem provável compensação de acréscimo da capacidade produtiva doméstica estadunidense. Além de motivações econômicas, o governo Trump tem usado o pretexto das importações de fentanil para impor tarifas à China, México e Canadá. Nesse âmbito, ignora as causas internas da crise de opioides. Em nova febre neoliberal contra o Estado, são desfechados cortes de gastos. Os ata-

Países participantes da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR)

África	53
Ásia Central	6
Leste asiático	3
Europa	29
América Latina	21
Oriente Médio	9
Pacífico	12
Sul da Ásia	6
Sudeste da Ásia	10

Por faixa de renda	
Alta renda	32
Renda média-alta	44
Renda média-baixa	42
Baixa renda	31



ques à máquina pública, comandados por Elon Musk, tendem a deprimir a demanda, além de desparelhar a administração governamental.

No século XIX, as tarifas funcionaram para a industrialização dos Estados Unidos e Alemanha, enquanto declinava o monopólio industrial inglês. No século XX, o Brasil, a Argentina e o México se industrializaram com a política de substituição de importações. Mas nos Estados Unidos, as tarifas Smoot-Hawley, em 1930, em vez de salvar os Estados Unidos, derrubaram ainda mais o comércio internacional e agravaram a grande depressão.

Aquela Inglaterra decadente, ontem, parece ser os Estados Unidos em declínio, hoje. Aquela ascensão americana, ontem, é representada pelo salto chinês, hoje. O declínio próprio americano e a competição asiática, sobretudo da China, contrapõem-se à restauração da liderança econômica dos Estados Unidos. O centro de gravidade da economia mudou para a Ásia.

Os Estados Unidos precisam preservar o privilégio exorbitante do dólar como moeda reserva internacional. E isso implica, além das vantagens, em sacrifícios. A valorização do dólar, necessária aos mercados financeiros americanos, anula os efeitos das tarifas. Por exemplo, entre 2018 e 2019, as tarifas dos Estados Unidos sobre os produtos chineses foram compensadas pelo aumento do dólar em 22% e queda do yuan em 65% entre 2018 e 2019. Além disso, as mercadorias chinesas se beneficiam das taxas de juros menores e estabilidade doméstica dos preços.

O Canadá adotou tributos, em retaliação, e promete aumentá-los se Washington não revogar suas tarifas. Os canadenses repetiram o gesto da China, apresentando também uma queixa na Organização Mundial do Comércio contra os Estados Unidos. A China suspendeu importações de soja americana e impôs tarifas produtos agrícolas e alimentícios dos Estados Unidos. As tarifas e as retaliações reduzirão o produto interno bruto e aumentarão a inflação para Estados

Unidos, Canadá e México, conforme projeções de Warwick J. McKibbin e Marcus Noland. A indústria automobilística poderá sofrer o principal impacto negativo com as tarifas sobre o México e o Canadá. Essa indústria está profundamente estruturada em uma única cadeia produtiva de partes e componentes das três nações da América do Norte.

Estado e capital

A China possui o maior número de empresas e bancos dentre as 500 maiores corporações do mundo. O Estado chinês é uma força fundamental para respaldar o avanço dos capitais, sejam estatais, sejam privados. Na China, a maior parte da produção, exportações e empregos está em mãos de empresas privadas. Enquanto Trump se desespera, a China busca reforçar a aliança nacional-desenvolvimentista entre o poder político e a riqueza privada. Isso foi demonstrado na reunião de fevereiro passado entre Xi Jinping e alguns dos principais capitalistas chineses, especialmente das áreas de novas tecnologias. Participaram, do encontro, por exemplo, os presidentes da Huawei e da BYD. Chamou a atenção a reaproximação do governo com Jack Ma, da gigante Alibaba.

O Estado nacional dispõe de efetiva soberania política e militar. Os gastos militares da China entre 2012 e 2021 cresceram 72%, enquanto o orçamento norte-americano diminuiu em 6,6%. Em 2021, em volume de recursos, os Estados Unidos contaram com 801 bilhões de dólares e a China com 293 bilhões. No pequeno Estado do Djibuti, Pequim conta com sua única base militar, enquanto os Estados Unidos mantêm cerca mil bases pelo mundo, sobretudo na Ásia-Pacífico.

A China está encharcada de produção e capitais. A sobreacumulação exige exportações de mercadorias, investimentos produtivos e empréstimos. As suas empresas, estatais ou privadas, extraem mais-valor dos trabalhadores na periferia e açambarcam recursos naturais. Trocam manufaturados por alimentos, petróleo e

outros recursos básicos. Apenas seis produtos agrícolas e minerais representam cerca de 72% das exportações latino-americanas para a China, segundo a Cepal. São eles: soja, cobre, minério de ferro, petróleo, catodo de cobre e carne bovina. (Bermúdez, 2024) A China nos levou de volta ao padrão comercial colonial do século XIX. Em que termos a China troca seus produtos com o Sul Global? É uma política win-win (ganha-ganha)? Conduz à convergência e equalização das economias nacionais no mundo? Todos estão ganhando?

Difícil desacoplamento radical

O capitalismo é um sistema mundial, por definição. A desglobalização econômica ampla não é possível. Pode ser dissolvida a integração profunda entre os EUA e a China, é claro. O offshoring dos capitais perdeu fôlego, é verdade. Mas não é viável o total desacoplamento, economicamente, entre os dois países, embora politicamente a ordem internacional esteja sendo impulsionada para uma nova bipolaridade entre Washington e Pequim.

A forte queda do comércio mundial, depois de 2008, é apontada como evidência da desglobalização. Richard Baldwin chama a atenção de que essa queda, entre 2008 e 2020, foi mais concentrada em minerais e combustíveis, por conta da queda dos seus preços (Baldwin, 2022). Mas o mercado mundial tende à interdependência, hierarquia e desenvolvimento desigual. Ao capital, chinês ou americano, interessa a mundialização da economia, com enfraquecimento tanto da resistência dos Estados periféricos quanto dos trabalhadores.

A China controla a maior parte das cadeias de produção. Isso ficou demonstrado pela dependência global frente à produção chinesa de bens, em geral, e de equipamentos médicos, em particular, durante a pandemia da Covid. Em 1995, os países centrais produziam 70% dos insumos industriais e em 2018 a China já produzia mais desses bens intermediários do que a soma de todos aqueles países.

“A China chega ao Sul Global com oportunidades econômicas vantajosas para os parceiros, embora retenha o controle e os maiores benefícios dos negócios. Pequim constrói sua hegemonia, enquanto Trump, com seu unilateralismo desesperado, ajuda a prestigiar e projetar a China no mundo.”

A China detém a maior rede de parcerias comerciais do mundo. Sua produção manufatureira exibe vantagens competitivas imbatíveis. Em 2024 o superávit comercial chinês alcançou o recorde de um trilhão de dólares. Nesse ano, os EUA registraram o déficit de 295 bilhões de dólares com a China, apesar das tarifas já vigentes. Antes do choque tarifário de Trump, os capitais chineses, com plantas no México, Vietnã, Indonésia etc., vinham contornando as tarifas americanas.

A Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative, BRI) é um plano Marshall centuplicado, implantando infraestruturas, comunicações e empresas. Pelos dados atualizados de fevereiro de 2025, o BRI conta com 149 países (veja gráfico da pág. 26). Panamá e Itália saíram do BRI, o primeiro por pressão direta do governo Trump.

Quem está vencendo a guerra tecnológica

Em outubro do ano passado, antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, a Bloomberg publicou o artigo intitulado Os esforços dos EUA para conter a pressão de Xi pela supremacia tecnológica estão vacilando. A matéria alertava de que “O mundo fora dos EUA está cada vez mais dirigindo veículos elétricos chineses, navegando na internet em smartphones chineses e abastecendo suas casas com painéis solares chineses.”

No balanço dos resultados do Made in China 2025, plano lançado pelo governo da China em 2015 na corrida tecnológica, a Bloomberg reconheceu as vitórias chinesas. Assim, o gigante asiático já era dominante em 2024, à escala mundial, nos seguintes setores-chave: veículos aéreos não tripulados, painéis solares, grafeno, ferrovia de alta velocidade, veículos elétricos e baterias de lítio.

A ofensiva tecnológica chinesa é constituída pela interação entre diversas dimensões: plano Made in China 2025 com fundos de financiamentos abundantes; liderança em



número de publicações científicas, patentes e contingente de cientistas e engenheiros; empresas na vanguarda dos mercados como DeepSeek, Huwaei, BYD, CATL; e mercados abundantes para processos de *learning by doing* e custos impressados por economias de escala e uso civil e militar. A equipe da DeepSeek e os seus professores universitários só estudaram dentro da própria China. (ALLEN, 2025) Isso diz muito sobre o posicionamento autônomo das universidades chinesas na fronteira tecnológica, inclusive na articulação com o mercado.

As tarifas de Trump, como se vê, pouco podem fazer de substancial para conter a escalada competitiva chinesa. ■



Referências:

- ALLEN, Ryan M. Where did DeepSeek team go to university? Not in the US. Feb 03, 2025. https://collegetowns.substack.com?utm_source=navbar&utm_medium=web.
- BALDWIN, Richard. The peak globalisation myth: Part 3 – How global supply chains are unwinding. Voxeu, Cepr. 2 Sep, 2022. <https://cepr.org/voxeu/columns/peak-globalisation-myth-part-3-how-global-supply-chains-are-unwinding>.
- BALDWIN, Richard; FREEMAN, Rebecca; Theodorakopoulos, Angelos. Hidden Exposure: Measuring U.S. Supply Chain Reliance. Brookings Papers of Economic Activity. BPEA Conference, Sep. 28-29, 2023.
- BERMÚDEZ, Ángel. Como Brasil foi chave para América Latina bater recorde de exportação para China em 2023. BBC News Mundo, 28 abr. 2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72pdx8yrrpo>
- TRUMP deu declarações falsas e distorcidas durante o discurso presidencial mais longo da história do Congresso; 5 mar. 2025. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/05/trump-deu-declaracoes-falsas-e-distorcidas-durante-o-discurso-presidencial-mais-longo-da-historia-do-congresso-entenda.ghtml>
- McKIBBIN, Warwick J.; NOLAND, Marcus. US tariffs on Canada and Mexico would hurt all three economies; retaliation would worsen the damage. Peterson Institute for International Economics. <https://www.piie.com/blogs/real-time-economics/2025/us-tariffs-canada-and-mexico-would-hurt-all-three-economies>
- PAÍSES da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR). Centro de desenvolvimento e finanças verdes. Universidade de Fudan. Fevereiro, 2025. <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/?cookie-state-change=1740253390754>.
- Xi encontra empresários do país asiático. Número um em empresas entre as 500 maiores do mundo, China reforça aliança nacional-desenvolvimentista entre o poder e a riqueza privada, que detém a maior parte da produção, empregos e exportações do país
- ROBERTS, Michael. The US presidential election. Part one: the economy. Nov. 02, 2024. <https://thenextrecession.wordpress.com/2024/11/02/the-us-presidential-election-part-one-the-economy/>.
- U.S. international trade in goods and services, December 2024. U.S. Census Bureau. U.S. Department of Commerce. Feb. 5, 2025. https://www.census.gov/foreign-trade/Press-Release/current_press_release/ft900.pdf.

A FORMA HISTÓRICA SOCIALISTA QUE EMERGE NA CHINA



Elias Jabbour

Presidente do Instituto Pereira Passos (Rio), professor associado de Ciências Econômicas e das pós-graduações em Economia e Relações Internacionais da UERJ. Membro do Comitê Central do PCdoB

Existe um consenso, que namora com noções de “fim da história”, que coloca a China como uma mera experiência de capitalismo de Estado, ou mesmo de capitalismo liberal. Trata-se de uma forma equivocada de lidar com a emergência de uma forma histórica única, que deveria desafiar a nossa ciência social a desvendar o real fluxo dos acontecimentos, para construir um novo cabedal teórico, conceitual e categorial com vistas, também, a promover uma visão mais séria e científica sobre o socialismo.

A necessidade de uma maior compreensão sobre o movimento real chinês, e seus conceitos anexos, é algo que reside não somente no fato deste país ser o maior parceiro comercial do Brasil e de cerca de outros 140 países, mas no poder que exerce sobre as estruturas de oferta e demanda em todo o mundo, ou ainda na sua participação central em uma série de iniciativas globais, tendo a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) [1] a expressão real de uma globalização produtiva que compete com a “desglobalização” capitaneada pela grande finança estadunidense. Essa necessidade busca preencher

uma lacuna deixada pela ciência social. Sem esse processo de renovação do pensamento sobre a natureza chinesa não estaremos prontos para apreciar as possibilidades abertas por esse projeto sem o desenvolvimento de uma teoria adequada sobre aquela formação econômico-social nova (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2021).

Um bom pressuposto para essa renovação do pensamento é situar o marxismo como uma ciência do poder político por excelência. Essa localização está em linha com Losurdo (2022) que destaca o quanto é improdutivo e formalista não pensar o marxismo como compreensão científica da transformação da realidade. Por outro lado, essa visão limpa o terreno de visões idílicas e lúdicas sobre o socialismo e o coloca no campo da prática política amparada por uma ciência voltada à transformação da realidade.

Logo, socialismo e “transformação da realidade” se combinam sob forma de um poder político disposto a mudar, de forma radical, primeiramente a feição da base material de um país – a China em particular. Chamamos a atenção ao fato de que: “a história do socialismo no século XX ser a história

das sociedades que iniciaram praticamente do zero seus projetos de emancipação – uma vez que se tratavam de países destruídos ou semidestruídos por guerras –, então inexistiam ou eram incipientes tanto uma classe operária qualificada e capaz de dirigir o Estado, a produção e a distribuição de bens quanto o desenvolvimento suficiente das forças produtivas para um processo de superação do capitalismo. Isso, por si só, já possui elementos suficientemente complexos para elevar o grau do processo de conceituação dessas experiências (Jabbour e Capovilla, 2024, p. 10-11).

É fundamental perceber que o socialismo em nossa época, tendo a China como sua experiência mais significativa, é um instrumento político orientado ao objetivo do pleno desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo deve ser seguido por uma emancipação do pensamento, em busca de formas e combinações de diferentes dimensões da sociedade com aquele objetivo estratégico. Deixar de lado visões apriorísticas sobre, por exemplo, a propriedade privada, o mercado e a ação da lei do valor é fundamental à construção de uma vi-



são totalizante de um processo complexo como o observado na China.

A questão do poder é fundamental e o bloco histórico que controla os destinos da China guarda diferenças fundamentais em relação aos países capitalistas. Trata-se de composição político-social nucleada por forças que advogam o sentido socialista – notadamente o bloco histórico formado pelo Partido Comunista da China (PCC), incluindo seu braço armado, o Exército de Libertação Popular (ELP) e seus aliados –, executam transformações mediante novos arranjos nas relações e forças produtivas, como também no âmbito cultural e epistêmico.

São os frutos desse movimento real e laborioso que possibilitam construção teórica e categorial no socialismo científico atual. Nesses parâmetros, somos obrigados a recusar caracterizações do marxismo assentadas no ascetismo moral sob os auspícios de “redenção daqueles que ocupam o último degrau da hierarquia social, a redenção dos pobres e dos ‘pobres de espírito’” (Losurdo, 2020, p. 116).

Em linha com o poder político de novo tipo, a base material do país reflete uma estratégia tanto socializante

quanto capaz de liderar um verdadeiro boom de inovações tecnológicas e capacidade de competir, e vencer, no mercado internacional liderado por grandes monopólios e oligopólios capitalistas. Esses dois lados da moeda sintetizada na formação de uma economia monetária de produção nucleada pela propriedade pública, cria condições para inovações tecnológicas disruptivas, além de novas e superiores formas de planificação econômica. Estas, por sua vez, fizeram ressurgir na China uma espécie de “economia de projeto” ou “projeto novo” (Jabbour et al, 2023; Jabbour & Moreira, 2023).

A economia de projeto aqui, enquanto expressão de uma nova síntese na junção entre plano e mercado, nos remete ao próprio Marx em seu seminal texto “Fragmento sobre as máquinas” em que expõe, como ponto de chegada, o que um dia chamou de “força do saber objetivada” (Marx, 1857-1858 [2011], p. 944). Segundo Losurdo (2022, p. 139), “o prodigioso desenvolvimento contínuo de energias renováveis que não necessitem de combustíveis fósseis (limitados e altamente poluentes) demonstra mais

Jabbour: “O socialismo de nossa época, com a China como sua experiência mais significativa, é um instrumento político do objetivo de pleno desenvolvimento das forças produtivas”

uma vez que os avanços da tecnologia, essa "força do saber objetivada" humana, identificada e celebrada por Marx, contém um potencial efeito prodigioso de libertação, tanto no que diz respeito às relações sociais como no tocante às relações entre o homem e a natureza. Só que esse resultado está longe de ser óbvio. Na verdade, será inatingível enquanto a "ciência" continuar a ser obrigada a "servir ao capital".

Desse modo, também compreendemos o socialismo como sistema do exercício prático do poder político na transformação da realidade, em que conceitos e categorias como "desenvolvimento desigual", "planejamento" e "projetamento" absorvem o fluxo dos acontecimentos em constante tensão dialética para aplicação aos desafios da conjuntura. Por isso mesmo, essas determinações são centrais na investigação e exposição analítica do socialismo chinês. Substancialmente, todo esse sistema categorial são extensões da luta de classes – compreendida como luta política

– assimilada teoricamente e que, em seu conjunto, buscam superar o reducionismo empírico inerente às noções de "classe versus classe".

Por fim, há o desafio intelectual de decifrar a forma histórica que o socialismo toma em nossos dias e na China em particular. O "socialismo com características chinesas" é uma forma histórica que se desenvolve à luz das contradições do capitalismo contemporâneo, dos limites que a predominância do sistema capitalista impõe a formações econômico-sociais orientadas ao socialismo e das cada vez maiores possibilidades que seu ecossistema produtivo e de planejamento viceja, à medida que alcança graus superiores em capacidade de previsão e execução de grandes projetos. Aqui está uma maneira nada peculiar de observar o desenvolvimento chinês, no qual o planejamento passa a ser orientado por grandes projetos. E o que os grandes projetos nos revelam tendo em vista o renascimento do "projetamento" por aquelas bandas?



© @4045/Freepik

Nesse contexto, devemos observar a outra ponta explicativa do surgimento do “projeto novo”. A decisão estratégica tomada desde o 11º Plano Quinquenal (2006-2010), de recriar um sistema nacional de inovação tecnológica (SNTI) cujo ecossistema é composto pelas GCEEs, conglomerados privados, sistema financeiro público e universidades, foi responsável pelo surgimento de revoluções tecnológicas disruptivas como o 5G, o Big Data e a Inteligência Artificial. Para nós, existe uma relação direta entre tais inovações e o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica e, por conseguinte, da nova economia do projeto.

Ora, projeto pode ser definido em termos da busca da razão na relação entre custo e benefício anexos a cada projeto (Rangel, 1959 [2005]). Observado no conjunto, isso significa, buscar trocar o curtoprazismo do empresário privado pelo bem-estar da sociedade, que deve ser mobilizada para circunscrever o desemprego a algo intrínseco ao capitalismo. Projeto, nesse sentido, significa o emprego da razão humana para enfrentar as contradições geradas pelo processo de desenvolvimento.

Por exemplo, entre 2013 e 2022, o índice de urbanização da China saiu de 52% para 64%, significando que ao menos 150 milhões de pessoas saíram do campo para a cidade em um curtíssimo espaço de tempo. Esse fenômeno ocorreu na China sem que as profundas assimetrias vistas no Brasil e na Índia (como a vasta favelização das periferias urbanas) sejam observadas. A nosso ver, esse processo demanda elevado grau de utilização da inteligência coletiva acumulada que ainda não conseguimos aferir.

Para Jabbour, a combinação entre economia de mercado e planejamento estatal fez ressurgir na China uma espécie de “economia de projeto”

Nesse ponto em particular é que o projeto deixa de ser anelar ao planejamento para se tornar estágio superior de planificação e, mesmo, da própria economia socialista de mercado, como apontamos recentemente (Jabbour; Dantas; Espíndola; Velozzo, 2023). Nesse estágio superior, chegamos ao papel da razão enquanto mediação entre o custo e o benefício. Buscamos compreender, a partir da História chinesa, as propriedades e modos pelos quais o socialismo tem emergido, ante profundos desafios. As contradições criadas em décadas de crescimento ininterrupto provocam as mediações do projeto como resposta sistêmica a essas questões.

A nova economia do projeto também pode ser vista como governança baseada no exercício da razão: liderança política comprometida com a totalidade dos desafios a serem enfrentados na consecução dos objetivos nacionais do desenvolvimento, prosperidade e bem comuns socialistas. Uma espécie de Science-Led Government que confere ao socialismo com características chinesas uma forma histórica especial na transformação da razão em instrumento de governo. Sem dúvida, a engenharia social mais avançada de nossa época a serviço dos desafios nacionais e da prosperidade comum.

NOTA:

[1] A ICR completou dez anos e é responsável por investimentos, que a depender da fonte, varia de 1 trilhão a 1,5 trilhão de dólares, contando com a participação de cerca de 150 países envolvidos em um grande programa de conexão global abrangendo milhares de projetos de infraestrutura. Esse protagonismo levou autores como Vadell & Burger (2019) a trabalharem com a visão de “globalização instituída pela China”. As outras iniciativas visam expor a visão chinesa de “comunidade de destino compartilhado” (Staiano, 2023). Os empreendimentos para “a civilização global”, para a “segurança global” e o “de-

senvolvimento global” expressam as ideias-força da presença no mundo da milenar civilização chinesa e exprimem as filosofias tolerantes e civilizatórias que emergiram de seus ricos vales férteis (Jabbour, 2006; Mamigonian, 2008). ■

REFERÊNCIAS:

- JABBOUR, E. Considerações gerais sobre o marxismo e a Ásia. *Revista Princípios*, n. 82, p. 46-50, 2006.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, Carlos; VELLOZO, J. The (new) projectment economy as a higher stage of development of the Chinese market socialist economy. *Journal of Contemporary Asia*, v. 53, n. 5, 2023.
- JABBOUR, E.; GABRIELE, A. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, E.; MOREIRA, U. From the national system of technological innovation to the “New Projectment Economy” in China. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 43, n. 3, p. 543-563, 2023.
- JABBOUR, E.; CAPOVILLA, C. Pressupostos dialéticos acerca do socialismo e projeto na China de hoje. *Economia e Sociedade*, v. 33, n. 3, p. 1-24, 2024.
- LOSURDO, D. A questão comunista. São Paulo: Boitempo, 2022.
- LOSURDO, D. O marxismo ocidental – como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MAMIGONIAN, A. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In.: DEL ROIO, M.: (Org.). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Ícone, 2008
- MARX, K. (1844). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RANGEL, I. (1959). Elementos de economia do projeto. In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- STAIANO, M. F. Chinese law and its international projection building a community with a shared future for mankind. Singapore: Springer, 2023.
- VADELL, J.; SECCHES, D.; BURGER, M. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. *Revista Transporte y Territorio*, n. 21, p. 44-67, 2019.

A LUTA REVOLUCIONÁRIA ANTI-IMPERIALISTA NO SAHEL

Em outubro de 2024, o governo do Níger renomeou várias partes de sua capital em um significativo gesto de ruptura política com o antigo regime liberal tutelado pela França. A principal avenida de Niamey, capital do Níger, deixou de ser General Charles De Gaulle, e recebeu o nome do líder da independência do país, Djibo Bakary. O retrato do militar Parfait-Louis Monteil, responsável pelas campanhas militares da França no Sahel no fim do século XIX, que ocupava um muro de pedra do centro da cidade, foi substituído pela imagem do lendário revolucionário socialista burkinabe Thomas Sankara.

Essas mudanças, que indicam o resgate do legado da luta revolucionária socialista e anticolonial, começaram num momento no qual boa parte do mundo, especialmente o Ocidente, já não mais considerava sequer existentes essas ideias, julgadas por muitos como anacrônicas. Uma vez que o Muro de Berlim caiu, e com ele ficaram para trás diversas experiências históricas de superação do capitalismo no século XX, a imposição neoliberal do Fim da História fez com que muitos acreditassem que a era revolucionária iniciada nas



Eden Pereira

Historiador (UERJ), Doutorando em História Comparada (UFRJ), Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e Relações Sul-Sul (NIEAAS) e Militante do MTST-RJ

guerras mundiais havia acabado. Para o caso da África, essa conclusão foi praticamente unânime entre setores intelectuais e militantes.

No fim do século XX, a independência já havia sido conquistada pela maior parte dos povos africanos, com as únicas exceções do Saara Ocidental (ocupado pelo Marrocos), Mayotte e Reunião (ilhas colonizadas pela França) e outras ilhas menores ocupadas por Grã-Bretanha e Espanha. Muitas

experiências revolucionárias tinham padecido fisicamente, por meio de assassinatos e sangrentos golpes de Estado bancados pela CIA, MI6 e DGSE, como em Gana (1966), Mali (1968), Burkina Faso (1987) e outros. Ocorreu ainda a crise dos países que estavam no processo inicial de reflexão sobre o caminho para o socialismo – como Angola, Moçambique, Tanzânia –, crise esta que emergiu na esteira do impacto gerado pela destruição da

Coronel Assimi Goïta, presidente do Mali desde 2020. Convergência de entre civis e fardados ao redor de um projeto nacional comum estendeu-se depois ao Burkina Faso e ao Níger



© Presidência da República do Mali

União Soviética e o triunfo violento do neoliberalismo. As longas e opressoras ditaduras ao lado das experiências liberal-democráticas em vários países africanos a partir das décadas de 1980 e 1990 fizeram com que ideias como revolução, socialismo e anti-imperialismo fossem sinônimos de passado. A única exceção naquele período, a Líbia, sobreviveria apenas até 2011, quando o linchamento público de Muammar Gaddafi foi seguido pelo esvaziamento de uma das últimas experiências revolucionárias africanas existentes.

Esse período sombrio representou uma nova “era áurea” para os antigos colonizadores da África, pois as bases revolucionárias do pan-africanismo foram marginalizadas perante as propostas de integração metropolitanas, que tinham por base central questões de natureza econômica devido à nova divisão internacional do trabalho e as rivalidades entre as elites locais. A expressão disso foi a proliferação de blocos econômicos regionais ou multilaterais funcionais apenas para as antigas potências coloniais, e que elevaram a desigualdade social a patamares tão grandes quanto os existentes há um século. Em 2020, os dez Estados com menor PIB por paridade de poder de compra no planeta eram todos africanos. Esse cenário foi agravado pelo impressionante crescimento populacional para o qual não existem políticas públicas em uma série de países, que usam suas populações como reserva de mão de obra global e como espaço para tipos de trabalho e serviços que seriam ilegais no capitalismo central.

O cenário derivado do neoliberalismo elevou à máxima potência graves problemas sociais nos países africanos. Por um lado, o terrorismo, o tráfico de drogas e armas, o contrabando de recursos minerais e biológicos tornaram-se atividades adjacentes aos negócios de diversas empresas e uma das poucas fontes de renda locais, gerando um círculo vicioso. Por outro, a Guerra do Terror promovida pelas presidências de George W. Bush e Barack Obama, também foi levada a

cabo de forma violenta e silenciosa na África em países como a Somália e o Mali, com o apoio e o protagonismo de aliados estadunidenses, como a Grã-Bretanha e a França. A única alternativa a isso para a maior parte da população era a perigosa migração para a Europa, ou para outros países próximos geográfica e culturalmente no Sudoeste da Ásia, e até mesmo o Brasil. Logo, não existia qualquer expectativa de futuro ou mudança a curto e médio prazo na África perante essas questões sociais e políticas.

O Sahel, região semiárida de transição geográfica entre o deserto do Saara e as savanas sudanesas, numa faixa que vai do Oceano Atlântico ao Índico e, é uma das áreas que mais sofreram com esse processo. Majoritariamente colonizada pela França, cuja presença militar ainda é visível décadas depois da independência, esse foi um dos espaços mundiais que foram mais violentamente afetados pelo neocolonialismo e também pelas consequências da presente crise climática do planeta, que tem como principal sintoma local a desertificação. Povos que até a década de 2000 eram semi sedentários, e fortemente dependentes da agricultura para sobreviver, foram forçados a abandonar as suas terras por problemas como secas e violência derivada do terrorismo e ações militares estrangeiras. As pessoas que pertenciam a esses grupos migratórios também tinham escolhas restritas nas cidades, por causa da marginalização política, da desigualdade social e econômica, aliada a sistemas políticos conservadores compostos por pequenas elites burocráticas estatais ligadas a interesses estrangeiros, sobretudo das ex-metrópoles. Esse cenário de desesperança, porém, alimentou a indignação social e política nessas sociedades.

Algumas partes da população, especialmente frações de tuaregues e fulanis – as etnias mais afetadas pelos problemas climáticos e a violência –, acreditaram que a resposta era a violência terrorista. Isso transformou o Sahel em um novo Vale de Fergana,

região da Ásia Central que empobrecceu após o fim da União Soviética e que forneceu recrutas para grupos terroristas na década de 1990, com implicações generalizadas para todos os países africanos. Em 2023, o Sahel foi a região que registrou a maior proporção numérica de atividades terroristas do mundo, de acordo com o Índice Global de Terrorismo, cerca de 26%. Isso foi fruto do surgimento do Estado Islâmico do Azawad no Nordeste do Mali, no curso do esvaziamento da Líbia pelos países europeus, que resultou na emergência de células terroristas na Nigéria (Boko Haram, em 2014), e em outros países como Chade e Níger.

A intelectualidade desses países, cuja grande maioria é crítica às políticas de submissão às antigas metrópoles e às práticas autoritárias, foi incapaz de organizar a indignação popular e respostas às crises sociais que estão expressas por meio de problemas como o terrorismo. Como boa parte da intelectualidade africana, muitos dos acadêmicos e pensadores críticos do Sahel residem em áreas fora do continente por questões que vão de segurança pessoal (muitos são politicamente perseguidos) até problemas econômico-financeiros. Isso afastou esses círculos intelectuais de vários aspectos da vida política e social de seus países e abriu espaço para que outros setores se tornassem protagonistas da luta pela transformação social, como funcionários públicos das esferas civil e militar, líderes religiosos e frações da população urbana desempregadas ou situadas em empregos de alto grau de superexploração. O Mali, ponto de ignição das recentes transformações no Sahel, é o melhor exemplo.

Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, o país passava por uma dura crise econômica e social, e o então presidente malinês Ibrahim Boubakar Keita (IBK) – instalado pelos franceses após a invasão do país durante a Operação Serval em 2013 – foi o primeiro líder da África Ocidental derrubado na presente década após grandes manifestações

“Apesar de suas grandes limitações, os novos governos do Sahel podem ir mais longe, se mantiverem o apoio e fortalecerem o protagonismo popular. As recentes rupturas políticas na região não foram golpes de estado típicos da África, como afirmam a mídia dominante e acadêmicos de visão eurocêntrica.”

na capital do país durante três meses. Uma quartelada liderada pelo Coronel Assimi Goita afastou IBK da Presidência e o primeiro-ministro de seu posto, e instalou um governo de transição em resposta aos protestos, então comandados pelo notório Imã salafista Mahmoud Dicko. Embora o país permaneça sob governo militar, as principais demandas da população, que envolviam a expulsão das tropas francesas e o combate ao terrorismo, foram atendidas e medidas econômico-sociais, sobretudo na agricultura, foram tomadas, para fortalecer a segurança alimentar.

Certamente o governo presidido por Goita tem limites políticos e ideológicos, porque herda uma visão militar de mundo e de relações sociais e políticas. Contudo, a mudança ocorrida lembra episódios similares que ocorreram em governos nacionalistas na América Latina durante as décadas de 1920 a 1960, como Getúlio Vargas no Brasil, Velasco Alvarado no Peru e Juan Domingo Perón na Argentina. A similaridade não reside apenas na questão do protagonismo militar no processo de transformação política do país, mas também pela convergência de ideias entre civis e fardados ao redor de um projeto nacional comum, que ganhou eco em outros países, criando uma tendência regional que se confirmou em anos seguintes no Burkina Faso e no Níger.

No Burkina Faso, as forças armadas mantinham o regime mais opressivo de toda a África Ocidental, graças a uma estrutura imposta após a violenta derrubada do líder revolucionário Thomas Sankara em 1987. O país ocupava as primeiras posições no ranking dos maiores índices de violência, pobreza e analfabetismo em toda a região. Em setembro de 2022, o movimento militar liderado pelo capitão Ibrahim Traoré, o mais jovem chefe de Estado do mundo, ocorreu na sequência de um golpe militar que derrubou o presidente civil Roch Kaboré. Para muitos observadores externos na época, a ação política de

Traoré parecia apenas mais uma quartelada comum no continente africano, e para a própria história de Burkina Faso, porém as aparências enganam, especialmente àqueles que julgam os eventos apenas pela superfície.

Diferentemente de outros companheiros de farda de seu país e da África Ocidental, o jovem capitão possuía uma singular leitura política, social e cultural. Traoré é um geólogo que, segundo uma reportagem sobre sua vida no francês *Le Monde*, foi membro do movimento estudantil na Universidade de Ouagadougou, atual Universidade Joseph Ki-Zerbo. O líder burkinabe não frequentou a tradicional escola militar do país, que tem forte influência da França, pois, devido à sua formação qualificada, acesou diretamente a Academia Militar Georges-Namono. Ali, Traoré ascendeu rapidamente, com dedicação aos estudos e liderança em várias missões contra os grupos terroristas no Mali e no próprio Burkina Faso. Não é surpreendente, então, que, quando chegou à Presidência, Traoré tenha quebrado uma série de protocolos históricos e iniciado uma revolução.

Ibrahim Traoré anunciou a nacionalização de vários recursos minerais e naturais durante os primeiros meses do governo. Fundou o primeiro banco estatal da história do país, o Burkindlim, e negociou com países como Turquia, Rússia e China para estabelecer indústrias capazes de complexificar a cadeia produtiva dos recursos minerais e agrícolas e até usinas nucleares. No entanto, uma das ações mais simbólicas do presidente burkinabe foi o resgate da figura de Thomas Sankara e das ideias revolucionárias e anticoloniais. Algo que não apenas o tornou popular entre a juventude do país, mas chacoalhou toda a África, com uma nova onda de difusão das ideias anti-imperialistas e pan-africanistas.

As ideias e manifestações populares vistas no Burkina Faso rapidamente chegaram ao conhecimento do povo do Níger, principalmente aos militares nos quartéis. Em julho de 2023, o

comandante da guarda presidencial, general Abdourahamane Tchiani, seguiu os exemplos de Goita e Traoré e afastou da presidência Mohamed Bazoum, um dos maiores aliados da França no Sahel. O novo governo também nacionalizou recursos minerais e naturais, como o urânio, principal recurso mineral do país, fechou as bases militares francesas, e mais tarde uniu esforços com o Mali e o Burkina Faso para combater o terrorismo e construir uma nova identidade política para a região a partir da Aliança do Estados do Sahel. Essa organização tem sido considerada, vulgar e superficialmente, como apenas um pacto militar entre novos “governos militares africanos”.

O impacto dessas transformações no Sahel foi tectônico. No Ocidente, grandes jornais falam de um “coup belt” (cinturão de golpes) na África e de um “ufanismo anticolonial arcaico e autoritário” que precisa ser combatido. A França tentou sem sucesso organizar uma intervenção multinacional sobre o Níger. Vários governos africanos também estão alarmados com a possibilidade de que essas ideias possam chegar aos seus quartéis, passando a promover um controle maior sobre os seus fardados enquanto a insatisfação com as democracias liberais continua a crescer em regiões que vão além da África francófona. Países como Gana, Quênia e até mesmo a África do Sul, também veem a oposição ao modelo neoliberal de governança crescer, à medida que essa política colapsa em várias partes do continente. Mesmo os países que seguiram vias centristas e reformistas na independência também são varridos pela nova onda pan-africana. O Senegal, que passou por um turbilhão político recentemente, escolheu um presidente de esquerda com ideias panafricanistas.

É evidente que esses governos possuem grandes limitações, mas, uma vez que mantenham o apoio e fortaleçam o protagonismo popular, podem ir mais longe. Não é possível enquadrar as recentes rupturas políticas ocorridas no Sahel como parte de tradicionais



© presidencesenegal/flicker

golpes de Estado no continente africano, como muitos setores da mídia dominante e alguns acadêmicos de visão eurocêntrica têm afirmado. Os processos e resultados políticos, sociais, econômicos e culturais desses movimentos são completamente distintos. Basta apenas contrapor o que representaram para seus povos e a própria África as ditaduras militares no Mali, no Burkina Faso e no Níger no passado e o que fazem os governos atuais desses países no presente. Não é nenhum exagero dizer que esses movimentos de ruptura são desdobramentos políticos que resultaram de demandas nacionais locais que, ao acionarem os seus próprios caminhos para a construção da soberania popular, revitalizaram não apenas a luta anti-imperialista, mas o próprio pan-africanismo em sua vertente mais revolucionária. ■

Referências:

- ANFRUNS, Alex. The Confederation of Sahel States and their struggle against neo-colonialism. In: People's Dispatch. 2024. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2024/11/09/the-confederation-of-sahel-states-and-their-struggle-against-neo-colonialism/>.
- FRENCH, Howard W. The End of Françafrique? In: Foreign Policy. 2024. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/02/26/france-sahel-mali-niger-francafrique-burkina-faso/>.

Bassirou Diomaye Faye, presidente do Senegal. País escolheu governo de esquerda com ideias panafricanistas. Mesmo aqueles que negociaram a independência são varridos pela nova onda

- HELLER, Kim. On the shoulders of Thomas Sankara. In: The African. 2023. Disponível em: <https://theafrican.co.za/politics/on-the-shoulders-of-thomas-sankara-11d27e5a-32bf-4d88-a957-c0604296aead/>.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Na África eles gritam “Fora França!”. Maio de 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/sahel-busca-soberania/?output=pdf>.
- LE MONDE. Au Burkina Faso, le capitaine Ibrahim Traoré, le président énigmatique qui défie la France. 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2023/05/30/au-burkina-faso-le-capitaine-ibrahim-traore-le-president-enigmatique-qui-defie-la-france_6175485_3212.html.
- PRASHAD, Vijay. Balas de Washington- Uma história da CIA, golpes e assassinatos. Editado por Expressão Popular, São Paulo, 2020.
- VIZENTINI, Paulo F. G. Revoluções e Regimes Marxistas- Rupturas, experiências, e impacto internacional. Editado por SindBancários, Porto Alegre, 2013.
- WORLD BANK. Dados sobre PIB por paridade de compra disponíveis em: <https://data-bank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>.

O “ANTISSEMITISMO” COMO ARMA DE GUERRA CONTRA A PALESTINA



Ualid Rabah

Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), paranaense, filho de pai e mãe palestinos radicados no Brasil desde a década de 1960.

© Jaber Jihad Badwan/Wikimedia



O projeto colonial ainda em curso na Palestina já dura quase 110 anos, a contar a partir da chegada das botas britânicas em Jerusalém, em 1917, ou da Declaração Balfour, de 2 de novembro do mesmo ano. Continuou por anos a fio até 1947, quando começou a limpeza étnica (agora em seu 78º ano) – iniciada nos povoados de Deir Ayub, Beit Affa e Lifta, de 17 a 28 de dezembro. O Estado que dá cara a esse processo, denominado Israel, quando de sua autoproclamação, em 14 de maio de 1948, nunca esteve tão descoberto frente à opinião pública global no que lhe é mérito e forma: o extermínio do povo palestino.

Em alguns momentos anteriores, outros mais recentes, o regime sionista já havia chocado a comunidade internacional e sua opinião pública. Isso ocorreu em situações como os massacres de refugiados palestinos em Sabra e Chatila (Líbano) em setembro de 1982, considerado ato de genocídio pela Resolução da ONU 37/123, de 16 de dezembro do mesmo ano; na Primeira Intifada, a chamada “revolução das pedras”, iniciada em dezembro de 1987. Há mais recentemente o cerco e massacre no campo de refugiados de Jenin (2000), na Cisjordânia ocupada, e todos os ataques a Gaza desde 2008/9, os mais destrutivos desde a Nakba (1947/51). En-

Israel, EUA e “Ocidente” exterminaram, por milhão de habitantes, 3,56 vezes mais crianças palestinas do que as que morreram em toda Segunda Guerra Mundial

tretanto, nada se compara ao horror provocado pelo extermínio em Gaza desde 7 de outubro de 2023, inclusive nos EUA, país que verdadeiramente promove o genocídio, com suas armas, recursos financeiros, apoios político e diplomático e, claro, o veto no Conselho de Segurança da ONU, que garante a impunidade de Israel e sua ampla liberdade para agir ao arrepio do Direito Internacional.

Essa repulsa não resulta somente do ineditismo de ser o primeiro genocídio televisionado da história, permitindo a audiências de todo o globo acompanhar, em tempo real, o extermínio de civis em suas casas, hospitais, escolas, igrejas e mesquitas, centros comunitários e abrigos da ONU, mas também dos números inigualáveis do genocídio atual.

As crianças assassinadas, por exemplo, são 22.300, somadas às mais de 4 mil desaparecidas sob os escombros. São 10.018 crianças palestinas exterminadas por milhão de habitantes em Gaza. Para termos ideia do quanto isso é inigualável na história das guerras e dos genocídios, na Segunda Guerra Mundial, em seis anos (não em 1 ano e 4 meses), foram mortas 2.813 crianças por milhão de habitantes da Europa. Ou seja: Israel, os EUA e o “ocidente” de forma geral, exterminaram, por milhão de habitantes, 3,56 vezes mais crianças palestinas em Gaza do que em todo o período da Segunda Grande Guerra.

O extermínio de mulheres também não tem paralelo: mais de 13 mil, o que equivaleria a 1,2 milhão no Brasil. Sem considerar que pelo menos mil delas foram assassinadas grávidas, ou, ainda, que os abortos involuntários aumentaram 300% no período. Os extermínios de mulheres e seus filhos nos informam de um intento macabro jamais visto: fazer colapsar a capacidade reprodutiva da sociedade palestina, isto é, uma esterilização coletiva, que é uma ferramenta no processo de limpeza étnica, ou seja, impedir que o povo palestino cresça, ou mesmo mantenha sua demografia atual.

O número total de mortos é, oficialmente, de 62.290, considerados os estimados (até agora) 11.200 desaparecidos sob os escombros. São assombrosos 2,8% da população de Gaza, ou o equivalente a 5,8 milhões de pessoas no Brasil. Se tivesse sido na Europa, teria sido o extermínio superior a 21 milhões. A gravidade do que se passava foi vista pelo mundo nos pedaços de corpos de mulheres e crianças palestinas em Gaza, mas só num segundo momento se caracterizou o genocídio – no que a Fepal foi pioneira. Ficou demonstrado e reconhecido por governos e órgão internacionais que estamos diante de um genocídio e que seus números são inéditos, no que é, proporcionalmente, o maior extermínio de todos os tempos, em todos os quesitos, inclusive de destruição.

A cartada do suposto “antisemitismo”

A qualificação de genocídio para o que está acontecendo em Gaza levou os sionistas e seus defensores a buscarem desacreditar os números e desqualificar o banho de sangue – como o fazem os dirigentes do regime israelense. Diante da impossibilidade de contradizer o óbvio, os sionistas, com auxílio da mídia hegemônica (cúmplice dos crimes de guerra), passaram a adotar, como suposto “antídoto”, uma generalizada criminalização de qualquer menção aos crimes de “Israel” ou de qualquer denúncia do sionismo como a ideologia colonial, supremacista e genocida que é.

A estratégia ideológica é se valer da velha, surrada e vulgar chantagem de qualificar qualquer reação ao massacre como “antisemitismo” – termo equivocado historicamente, mas que virou uma grife sionista para designar um suposto antijudaísmo (que, na verdade, define mais corretamente a discriminação das pessoas de religião judaica).

A chantagem do “antisemitismo” tem três facetas distintas. A primeira visa carimbar de racistas os que acusam os crimes de Estado sionista. A segunda, mais recente, busca crimi-

Incapazes de negar o genocídio em Gaza, sionistas e mídia corporativa adotaram uma campanha pela criminalização de qualquer menção aos crimes de “Israel”, como se menções e lutas fossem antijudaicas.

nalizar os defensores da Palestina e críticos de Israel de forma mais ampla, isto é, considerar “crime” qualquer crítica ao Estado ou ao regime de Israel e sua ideologia expansionista e supremacista. O terceiro aspecto é mais sutil, por isso imperceptível até para muitos críticos do sionismo e de sua criatura estatal: considerar os professantes do judaísmo um grupo humano que realmente teria saído da Palestina e que para lá estaria retornando. Este talvez seja o aspecto mais importante, pois sem esse falseamento não existiria o sionismo e sua aventura genocida na região.

O uso distorcido do termo “antissemitismo” pelos defensores dos crimes do Estado sionista não é um mero equívoco que os levaria a deixar de lado a palavra antijudaísmo, que melhor define o caso. Trata-se, na verdade, de algo medular para o sionismo e seus mitos para a Palestina, seu expansionismo sobre terras palestinas e sua limpeza étnica. A acusação generalizada de “antissemitismo” aos críticos do Estado de Israel é uma política de Estado, elaborada e levada adiante por seus dirigentes civis e militares, suas máquinas de propaganda, especialmente no Ocidente, e seus tentáculos, as organizações do lobby sionista, os veículos de comunicação hegemônicos e setores dos mundos acadêmico e da cultura – que alimentam uma indústria de justificativas pseudointelectuais ou de narrativas históricas romantizadas em favor de Israel, na literatura e nos audiovisual (cinema e TV).

Alguém crítico do sionismo e dos crimes contra os palestinos é, muito frequentemente, banido desses meios ou silenciado pela censura. Os temores frente à censura não são desmedidos. A indústria do cancelamento e da perseguição tem levado a demissões de acadêmicos e artistas, além do uso do judiciário para processos contra os críticos. Isso conduz a condenações injustas e ilegais, ou ao grande desgaste provocado pelo uso planejado do lawfare, parecido com o que Lula enfrentou. É o que sofre ainda o jor-

nalista Breno Altman, perseguido por organizações sionistas brasileiras. A suprema hipocrisia: Altman é judeu e “antissemita”! Essa é a acusação mais frequente porque atinge todos os cidadãos comuns, sejam ou não parte da solidariedade organizada aos palestinos: basta que se indignem com as atrocidades israelenses na Palestina e se posicionem criticamente.

A situação ficou mais grave depois de 2016, quando algo denominado Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA, por suas iniciais para o inglês) ampliou, numa espécie de manual, denominado A Definição Prática de Antissemitismo da IHRA, a “definição” de “antissemitismo”, abarcando nele os que criticam o Estado de Israel ou o sionismo como ideologia. A nova definição parte do que é alegadamente consensual (antissemitismo como discriminação de professante do judaísmo ou da coletividade judaica), incluindo na definição todos os que criticam o Estado sionista, com o objetivo de blindar esse Estado e tornar seu regime e seus dirigentes livres de responder por seus crimes. Dentre as inovações contidas em A Definição Prática de Antissemitismo da IHRA, figura como “antissemitismo” qualquer ação que faça “comparações entre a política israelense contemporânea e a dos nazistas”. Por essa nova “regra”, algumas centenas de milhões de pessoas no mundo seriam “antissemitas”.

Outra absurda inovação da ideologia sionista é acusar as pessoas, organizações e Estados de um comportamento, para com Israel, que não adotariam frente a outros países que, alegam, também teriam as mesmas práticas israelenses. Logo, se acusam apenas Israel de crimes praticados também por outros regimes, estariam discriminando o regime israelense. No imaginário sionista, outros Estados são abertamente regimes supremacistas, bem como praticam limpeza étnica, mas não são recriminados como Israel é. Por absurda que seja a formulação sionista – somente Israel,



na atualidade, é regime abertamente de apartheid e promotor de limpeza étnica como política de Estado –, na prática ela diz que outros que agem como o regime israelense, mas o mundo condena apenas os israelenses. É como ter vetado, há 20 ou 30 anos, que se criticasse o apartheid da África do Sul se não se fizesse o mesmo em relação à Namíbia.

A definição é tão farsesca que dá a entender que o mundo está cheio de regimes oficialmente de apartheid, que Israel não seria o único Estado dotado de um obscuro regime segregacionista, racista e supremacista. À luz dessa aberração, a investigação que Israel enfrenta na Corte Internacional de Justiça pelo crime de genocídio é prática “antissemita”, assim como as ordens de prisão contra Netanyahu emitidas pelo Tribunal Penal Internacional.

Uma terceira inovação é ainda mais grave: “antissemitismo” passa a ser também negar ao povo judeu o seu direito à autodeterminação. Assim, acusar o sionismo de ideologia colonial, racista, genocida e baseada, a priori, num plano de limpeza étnica na Palestina (elementos que a



constituem, vastamente comprovados por documentos e pesquisas), passa a ser ação que nega aos judeus o seu “movimento de autodeterminação”. Como se a agressividade militar colonial e expansionista de Israel fosse uma luta pela libertação nacional anticolonial do povo judeu! Ora, se era na Europa que habitavam, e na qual grassava um violento antijudaísmo, por que foram criar um Estado onde havia um povo dono das terras, a Palestina, e não na própria Europa? Assim, segundo essa ideologia, basear-se na História para afirmar que Israel é um empreendimento colonial desde o princípio passa a significar negar aos colonialistas sionistas a existência do Estado de Israel. Seria como proibir os indianos de acusar de colonialismo a Inglaterra, pois os ingleses estariam apenas buscando autodeterminação na Índia. O mesmo poderia ser alegado pelos supremacistas brancos na África do Sul.

Por fim, temos a forma mais sutil e estratégica de instrumentalizar o suposto “antisemitismo”: os euro-judeus vítimas do antijudaísmo seriam “semitas” e, logo, vítimas de pre-

conceito e perseguição devido a essa condição, o que é uma deturpação da razão concreta. Eles foram discriminados e mortos por serem judeus. A condição de professar o judaísmo foi a razão da perseguição e de todos os crimes contra os euro-judeus.

O binômio “semitismo”-“antisemitismo” permite então fixar a grande invenção de que se serve o sionismo: o “retorno” dos judeus à Palestina depois de uma alegada “diáspora”. Sem o mito do “retorno” não há como sustentar o projeto colonial por assentamento baseado na limpeza étnica da população originária. Os sionistas não seriam estrangeiros que roubaram os donos palestinos das terras, mas apenas inocentes retornados, que ficaram de fora de “seu lugar” por alegados 2 mil anos. Pouco importa se estão limpando etnicamente quem está ali há milênios, os palestinos, que passaram pelo judaísmo, tendo abandonado outras religiões que lhe eram anteriores, depois migrado para cristianismo e islamismo sucessivamente.

Falar em antijudaísmo (e não antisemitismo) facilita enxergar os fenômenos históricos em seus lugar e espaço. Isto é, na Europa e nos terri-

Mito de um povo-raça ancestral, que teria se mantido “semita” durante 18 séculos na Europa, é a base do sionismo que sustenta o colonial-expansionismo de Israel

tórios outros para onde aquela população judaica migrou a partir de solo europeu. O antijudaísmo se tratou de discriminação e perseguição a pessoas europeias, apenas diferentes em sua confissão religiosa. Mas reconhecer que o antijudaísmo baseou-se em discriminação religiosa (e religião se dá por conversão e não por “raça”) acaba com o mito de um povo-raça ancestral, expulso de uma terra prometida, que ficou imutável como “semita” durante 18 séculos na Europa, apenas aguardando o retorno.

Se quisermos enfrentar o sionismo e acabar com o sofrimento do povo palestino, precisamos compreender o mito do “semita” e do “antisemitismo”, vértebras do sionismo e de seu genocídio na Palestina. Aliás, compreendido o mito, se liberta a Palestina e o judaísmo dessa armadilha supremacista. ■





DOSSIÊ TECNOLOGIA DIGITAL

POR UMA SOBERANIA POPULAR DE DADOS



Alexandre Zago Boava

Trabalhador da tecnologia na área de dados, bacharel em Engenharia Eletrônica. Conselheiro Nacional de Proteção de Dados Pessoais. Militante do PSOL e do MTST com atuação no Núcleo de Tecnologia. Formado na Escola de Governança da Internet no Brasil.

A forma como as sociedades atuais se organizam, sobretudo as urbanas, ou seja, como as pessoas interagem socialmente, é produto das mediações de uma série de serviços digitais que as “empresas-plataformas” oferecem e que estão presentes no cotidiano. Redes sociais (Instagram, TikTok), aplicativos de mensageria (WhatsApp, Telegram), sistemas de pagamento (PayPal, Mercado Pago), entre muitos outros, condicionam a forma de viver a interfaces controladas por corporações. Por trás dessa “conveniência”, está um pacto desigual: ao clicar em “concordo” nas políticas de privacidade e termos de uso — documentos ilegíveis, repletos de jargões jurídicos —, os cidadãos e cidadãs não apenas se tornam “usuários”, mas produtores involuntários de dados comportamentais. Esse falso intercâmbio, em que se recebe um serviço aparentemente gratuito em troca de informações íntimas (hábitos de consumo, localização, relações sociais), sustenta o modelo de negócio das grandes corporações.

As Big Techs vendem a ideologia neoliberal de que essas dinâmicas são inevitáveis, como o choque de duas

placas tectônicas, o que não é verdade. Essa narrativa fatalista busca naturalizar a crescente dependência dos povos e Estados em relação às infraestruturas digitais privadas, e minimizar a possibilidade de alternativas públicas e comunitárias. A tecnologia não é um fenômeno incontrollável ou pré-determinado, é fruto de trabalho apropriado pela classe dominante; sua construção reflete interesses políticos e econômicos específicos. O modelo atual, em que os dados são “extraídos” das populações e concentrados nas mãos de poucos conglomerados, não é um destino inevitável, mas uma escolha que pode — e deve — ser contestada e transformada.

Na mediação entre usuário e plataformas se produz uma ilusão de escolha que esconde uma assimetria de poder. Enquanto plataformas como Instagram e Google Maps transformam interações em “commodities”, para alimentar algoritmos de publicidade e IA generativa, por exemplo, a população sequer sabe como seus dados são processados ou distribuídos. A arquitetura das plataformas segue uma lógica colonial: países que não estão no centro do capitalismo, como o

Brasil, tornam-se zonas de expropriação de dados brutos, enquanto o beneficiamento dos dados (algoritmos, patentes) ocorre em centros como o Vale do Silício, na Califórnia. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), embora crucial, é instrumentalizada por empresas para legitimar práticas abusivas, como ocorre com a Serasa, que utiliza dados sem consentimento de seus titulares, sob a justificativa de que os serviços prestados são de interesse da sociedade.

Da digitalização à perda de autonomia

A presença dos dispositivos digitais e aplicativos no dia a dia da população é o ferramental necessário para a digitalização, ou datificação, das atividades humanas — do like no Instagram às horas de trabalho registradas por um entregador no iFood, passando pela quantidade de passos que o Apple Watch registra com o Strava, pelo padrão de compras no aplicativo da Shoppe, chegando até ao CPF dos clientes expostos em farmácias como Drogasil-Raia e Pacheco-São Paulo. O tempo todo e cada vez mais, informações pessoais estão sendo apropria-



das pelas empresas, que “empilham” de forma crescente e coletiva essas informações. A digitalização (a presença de ferramentas capazes de registrar digitalmente um evento qualquer) materializa essa “expropriação” de dados. “Dados” é o nome que se convencionou dar a informações preservadas digitalmente no tempo, que possibilitam que o trabalho humano seja aplicado a elas, agregando mais valor às mercadorias.

A importância dos dados nos modelos de negócio das empresas é incontornável, sobretudo com o avanço do aprendizado de máquina utilizado nos produtos de “inteligência artificial”, como o ChatGPT, ferramentas de recomendação (Netflix, Spotify) e assistentes virtuais (Alexa, Siri). Em todos esses produtos, a dependência de uma grande quantidade de dados é uma regra, não exceção: volumes crescentes de dados são atualizados em tempo real, dependendo de uma interação contínua dos usuários e de toda a informação produzida disponível na internet indexável.

A formação de grandes massas de dados não é um evento simples; sua existência e seu movimento envolvem

dimensões complexas e uma variedade de elementos. Por trás do check-in no Google Maps e da recomendação de um produto pelos serviços de publicidade da Google, há uma infraestrutura robusta e um fluxo informacional constituído por uma série de processos. Há datacenters que contaram com grandes quantidades de matéria-prima, operando com altas demandas de energia elétrica e consumo significativo de água para resfriamento dos servidores. Há algoritmos computacionais patenteados (de propriedade privada), que servem como ferramentas de toda a cadeia de produção, transporte, acumulação e processamento dos dados. E há o trabalho humano objetivado em cada um dos processos dessa cadeia.

A produção e captação massiva de dados por parte das empresas que adotam esse modelo de negócio consolidou verdadeiros “latifúndios de dados”, pelo qual essas corporações monopolizam o armazenamento e o processamento de informações, criando vastos depósitos de dados que são utilizados em produtos e serviços conforme as tendências de mercado. Esses dados são valorados com base no va-

A presença dos dispositivos digitais e aplicativos no dia a dia da população é o ferramental necessário para a datificação. Cada vez mais, informações pessoais são apropriadas por companhias privadas

lor de mercado dos serviços digitais, tendo sua relevância definida pela especulação em torno de seu potencial econômico. Esse processo atravessa fronteiras nacionais e impacta diretamente a soberania dos países sobre seus dados, aprofundando a assimetria informacional entre grandes corporações, Estados e suas populações. Esses dados tornam-se ativos estratégicos que alimentam modelos de aprendizado de máquina e produtos que são consumidos por populações que carecem de compreensão dos riscos associados a eles. Ao contrário da narrativa de inovação e desenvolvimento que essas corporações promovem, o controle centralizado dessas bases de dados não apenas limita a autonomia das nações sobre sua própria infraestrutura informacional, mas também amplia desigualdades econômicas e tecnológicas. A falta de transparência na produção, no armazenamento e no uso desses dados reforça um modelo de exploração em que o valor gerado a partir da produção informacional das populações é apropriado exclusivamente por essas gigantes tecnológicas, sem qualquer limite regulatório ou contrapartida social.

O capital financeiro desempenha um papel central na aceleração da economia dos dados. Os gigantes tecnológicos não lucram apenas com a expropriação e monetização das informações, mas também com a especulação financeira em torno do valor que essa acumulação de dados conferirá às empresas no futuro. Empresas que controlam grandes volumes de dados os utilizam não apenas para aprimorar seus produtos digitais e algoritmos computacionais, mas para transformá-los em ativos financeiros, atraindo investimentos bilionários e inflando suas avaliações de mercado.

A falta de regulação econômica específica para empresas que oferecem serviços em forma de plataformas permitiu que essas Big Techs entrassem e se consolidassem em mercados ao redor do mundo, sem dar espaço para alternativas coletivas que mitiguem os riscos que seus monopólios geram. Esse movimento ocorre sem um debate amplo sobre políticas públicas que possam atenuar os impactos negativos do monopólio econômico e informacional, além de garantir mecanismos eficazes de proteção para a sociedade.

O impacto dessa concentração de poder já se reflete na política, na economia e nas relações sociais. A influência dessas corporações ultrapassa fronteiras e desafia a soberania de Estados nacionais. Com Trump de volta à Casa Branca, fica ainda mais evidente que as Big Techs, suas apoiadoras, não estão preocupadas em preservar democracias ou proteger os interesses nacionais dos países onde operam; pelo contrário, seus modelos de negócios priorizam a maximização do lucro e a manutenção de seu domínio global, frequentemente ignorando regulamentações locais, explorando brechas jurídicas e minando a autonomia digital das nações, escoradas agora no governo fascista dos EUA.

No Brasil

O Brasil se encontra em um momento crítico e um tanto paradoxal no enfrentamento aos monopólios das Big Techs, para a regulação do setor tecnológico e das plataformas. O PL das Fake News (PL 2630), que buscava combater desinformação e responsabilizar plataformas, sofreu uma derrota histórica na Câmara em 2024, após intenso lobby de setores conservadores da política nacional e das próprias Big Techs, sob o argumento de que regular seria interferir na “liberdade de expressão”. O PL 2338 (PL de IA), que regula a inteligência artificial, foi aprovado no Senado com alterações significativas. O texto original do PL de IA, que incluía proteções trabalhistas e critérios de transparência para algoritmos, foi desidratado sob pressão da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de grupos empresariais, priorizando o mantra da “inovação” em detrimento de direitos fundamentais. Paralelamente, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028, lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com investimento previsto de 23 bilhões de reais, representa a primeira política de Estado no tema, mas carece ainda de mecanismos para democratizar o

Data center. A formação de grandes massas de dados supõe uma infraestrutura robusta e um fluxo informacional complexo, que operam com altas demandas de matérias-primas, energia elétrica e água para resfriamento dos servidores



acesso à tecnologia e evitar a concentração em grandes corporações.

A economia de dados brasileira permanece refém de oligopólios globais. Serviços essenciais como mensageria (WhatsApp, 93,4% de penetração), redes sociais (Instagram, 91,2%) e armazenamento em nuvem (AWS, Google Cloud) são dominados por empresas estrangeiras, sem alternativas públicas ou comunitárias. A exceção é o PIX, sistema de pagamento do Banco Central, que demonstra a viabilidade de soluções nacionais. No entanto, em áreas críticas como autenticação digital, e-mail e processamento de dados, o país ainda depende de infraestruturas controladas por Amazon, Microsoft e Google —que operam em vácuos regulatórios. A falta de data centers públicos e redes autônomas demonstra o “extrativismo de dados”, pelo qual dados brasileiros alimentam algoritmos patenteados no exterior, sem beneficiar a população local. Ao contrário, é nosso povo que mais sofre com os efeitos da utilização dos dados por essas corporações.

A produção de dados não se limita a dispositivos como os celulares e relógios de pulso. Ela se estende a carros conectados, sistemas de portaria automatizados, câmeras policiais e até mesmo a dispositivos aparentemente inofensivos, como geladeiras e lâmpadas conectadas à internet. Cada novo ponto de coleta amplia o alcance das corporações sobre a vida cotidiana e reforça sua necessidade de expandir a produção de dados para manter seus produtos competitivos. No Brasil, essa lógica se manifesta de forma preocupante na dependência de infraestruturas tecnológicas controladas por empresas estrangeiras. Serviços essenciais, como o Sisu, o SouGov, o Serpro e a Dataprev, operam em nuvens da AWS, Google Cloud, Microsoft e Oracle. Em vez de desenvolver alternativas nacionais baseadas no conhecimento científico e tecnológico acumulado ao longo das últimas décadas, o poder público opta por delegar sua infraestrutura digital a essas gigantes, ampliando a

vulnerabilidade do país e enfraquecendo a soberania sobre os dados de sua própria população.

A dependência do país frente às Big Techs, para armazenamento e processamento de dados de importância nacional e popular, reforça a subordinação do Brasil às dinâmicas do capitalismo, limitando a autonomia do país na formulação de políticas tecnológicas e na proteção de informações estratégicas. Romper com essa lógica exige investimentos em pesquisa, fomento à criação de soluções locais e uma mudança no paradigma de governança digital, priorizando a proteção dos dados como direito fundamental e não como uma retórica a ser explorada por conglomerados estrangeiros. Além disso, é essencial tornar economicamente viável o armazenamento de dados em solo brasileiro, com regras adequadas à realidade do país, garantindo que a infraestrutura necessária para essa soberania seja acessível e sustentável no longo prazo.

Dados de interesse público popular

Atualmente, grandes corporações coletam e armazenam dados, sem qualquer compromisso com a transparência ou com a devolução desse conhecimento ao setor público e à população. Aplicativos de transporte, delivery, monitoramento urbano e até mesmo redes sociais dependem de infraestruturas financiadas pelo Estado e pelos cidadãos, como as ruas, a iluminação pública, as redes de telecomunicações e os dispositivos móveis, para operar e gerar valor. No entanto, os dados extraídos nesses contextos são tratados como propriedade exclusiva das empresas, que os utilizam para otimizar seus modelos de negócio e fortalecer seu poder econômico, sem qualquer retorno direto para a coletividade.

A falta de regulamentação que obrigue a partilha desses dados com o setor público impede que a administração, em suas várias esferas, possa utilizá-los para aprimorar políticas públicas, melhorar o planejamento urbano e criar soluções adequadas

para problemas sociais. Informações sobre deslocamento urbano e demandas por serviços essenciais poderiam ser empregadas para reduzir desigualdades regionais, planejar melhor o transporte público e fortalecer a segurança em áreas vulneráveis. No entanto, quando o controle sobre esses dados fica restrito a grandes empresas privadas, o poder de decisão sobre o futuro das cidades e das políticas públicas passa a ser determinado por interesses corporativos, e não pelo interesse popular.

Portanto, é fundamental que se estabeleçam marcos regulatórios que garantam que dados gerados em espaços públicos sejam tratados como bens públicos e utilizados para o interesse da sociedade. Isso não significa a quebra de privacidade individual, mas sim a criação de mecanismos para que informações agregadas, anonimizadas e relevantes para o planejamento público sejam compartilhadas e utilizadas de forma a respeitar os direitos das pessoas. Ao invés de permitir que o conhecimento produzido coletivamente seja apropriado por monopólios digitais, políticas de governança de dados devem assegurar que esse ativo seja revertido para o fortalecimento da infraestrutura nacional, a melhoria dos serviços públicos e a garantia da soberania de dados do país.

Educação em dados e tecnologias digitais

A ausência de uma educação crítica sobre dados e cuidados digitais deixa a população brasileira à mercê de um sistema que transforma informações pessoais em moeda de troca. Enquanto as Big Techs coletam horas diárias de interações de cada usuário — desde mensagens no WhatsApp até históricos de buscas —, poucos municípios implementam políticas que ensinem os cidadãos a compreender o valor de seus dados na economia atual ou os riscos de sua exposição. Em todos os territórios, sobretudo nas periferias urbanas, onde o acesso à informação qualificada é escasso, cresce uma geração de “colonizados digitais”: indiví-

duos que alimentam algoritmos com suas rotinas, mas desconhecem como esses dados são usados para treinar sistemas de IA ou moldar campanhas publicitárias. Um exemplo comum é o uso de informações de localização de aplicativos de entrega, que viram ferramentas para otimizar lucros de plataformas, sem qualquer retorno ou transparência para os trabalhadores que produzem esses dados.

A falta de entendimento, letramento e conscientização limita a capacidade dos cidadãos de prevenir, identificar e reagir às violações do direito fundamental à proteção de dados e de identificar dinâmicas inadequadas no ambiente digital, deixando-os vulneráveis às estratégias e às práticas danosas que as empresas adotam a partir de seus modelos de negócios. Isso perpetua um ambiente permissivo para abusos, dificultando o exercício dos direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a participação ativa na fiscalização do uso de dados e, por fim, impossibilitando o exercício da cidadania.

Portanto, sem campanhas educativas eficazes e acessíveis, inclusive acerca do letramento algorítmico, o tema permanece distante para grande parte da população, dificultando a construção de uma cultura que valorize a privacidade e promova o uso responsável dos dados pessoais no país. Percebe-se, em vista disso, a urgência em encetar uma agenda nacional em que se destaque um debate democrático e inclusivo que atraia e sensibilize todos os extratos da população. Imaginemos escolas ensinando a questionar quem controla os algoritmos que definem desde recomendações de vídeos até critérios de crédito bancário. A soberania digital exige mais que infraestrutura: demanda uma população capaz de decifrar as regras do jogo — e reescrevê-las.

Nas periferias urbanas

Nas periferias urbanas do Brasil, a expropriação informacional acontece de forma silenciosa, mas profunda-

mente impactante, alimentando um ciclo de desigualdade que vai muito além do uso convencional de redes sociais e aplicativos de mobilidade. A coleta constante e maciça de dados possibilita práticas ainda mais predatórias, como as apostas online, populares nas periferias urbanas. Aplicativos como as “bets” e o “jogo do tigrinho” transformam a desigualdade econômica em instrumento de lucro para grandes empresas, capturando dados comportamentais dos apostadores para maximizar o engajamento e incentivar a dependência (vício) em apostas. Enquanto os algoritmos refinam as estratégias para prender usuários em ciclos viciantes de perdas e ganhos ilusórios, as plataformas lucram com um sistema que extrai não apenas dinheiro, mas também informações valiosas sobre hábitos, vulnerabilidades financeiras e padrões sociais.

Outro aspecto crítico é a compra de dados por empresas. Foi o caso da Tools for Humanity que, com seu projeto “World”, passou a comprar os dados de íris das pessoas, pagos com sua própria criptomoeda, Worldcoin. Esse tipo de prática transforma a privacidade dos indivíduos em uma mercadoria negociável. Dados biométricos, históricos de navegação, localização e até interações sociais são coletados sem transparência, repassados a terceiros e usados para reforçar um sistema de vigilância digital que beneficia grandes corporações e governos. Essa apropriação acontece sem qualquer retorno para as comunidades que produzem essa informação. Ao contrário, cresce com ela o risco à integridade física e mental das populações periféricas, ameaçadas por aparatos policiais e repressivos, que perpetuam um modelo de expropriação das periferias.

O que poderia ser um recurso coletivo, capaz de fortalecer a organização popular e o desenvolvimento de políticas públicas para a maior parte do povo brasileiro, torna-se mais uma ferramenta de exploração e controle. Enquanto os dados são uti-

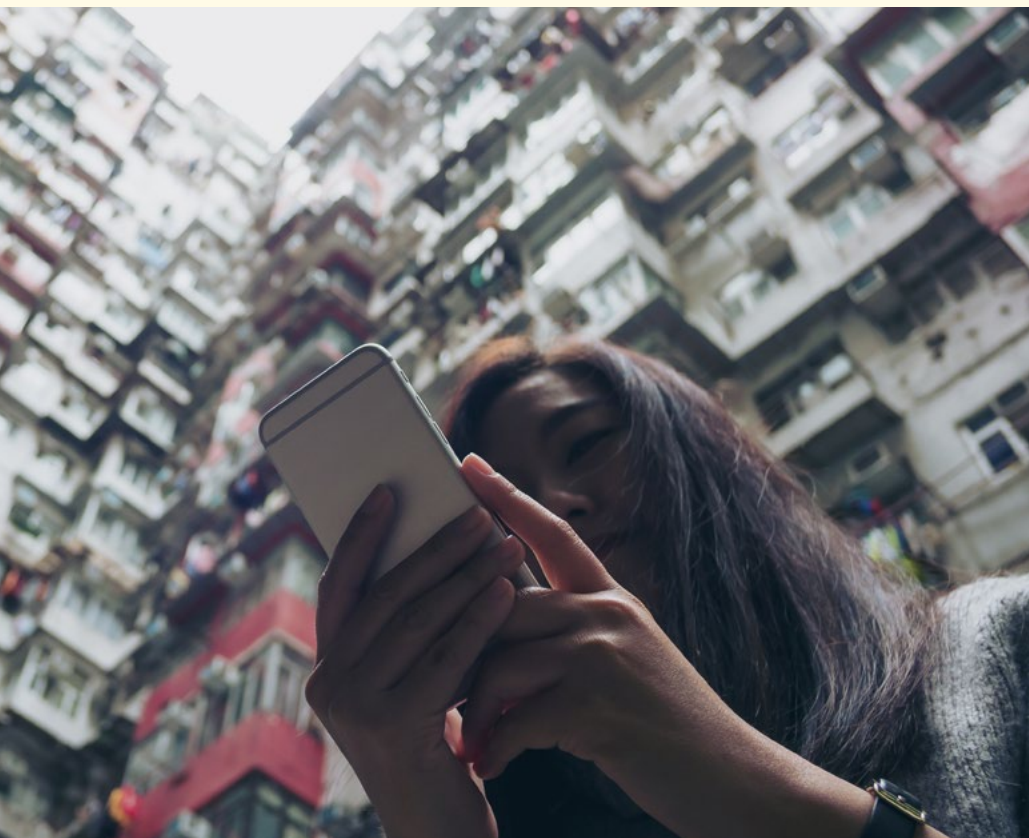


lizados para personalizar anúncios, prever comportamentos e até definir taxas de crédito e seguros, moradores das periferias não têm acesso às mesmas informações e tecnologias para reivindicar direitos ou melhorar sua realidade material. A contradição central desse modelo está no fato de que, embora a população seja a principal produtora dessa “nova riqueza digital”, ela permanece excluída dos possíveis benefícios gerados por suas próprias informações.

Diante desse cenário, a luta pela soberania popular sobre os dados gerados não é apenas uma questão técnica, mas uma necessidade urgente de justiça social. É preciso questionar quem realmente se beneficia dessa economia de dados e construir alternativas que garantam que os dados voltem para as mãos de quem os gera, em vez de serem usados para reforçar desigualdades estruturais.

Temos um caminho a seguir

Para que as comunidades periféricas tenham condições materiais de lutar contra a exploração das grandes



Sem regulação das big techs e sem data centers nacionais, além de educação popular digital e de dados críticos, seguiremos reféns de um sistema em que até nosso silêncio é mercadoria

de uma agenda de soberania digital popular que não apenas regule, mas também proteja os direitos das populações mais vulneráveis a esse sistema.

O Setorial de Tecnologia de Soberania Digital do PSOL tem um papel crucial nesse processo, ao transformar o acúmulo tecnopolítico em ferramenta de luta e transformação real da sociedade. Ao subsidiar o partido, em 2023, com o Decálogo para a Soberania Digital Popular, o Setorial ofereceu um documento de referência dentro e fora do contexto partidário, que ajuda a orientar ações e discussões acerca do tema. O objetivo é forjar uma agenda por soberania de dados a partir do povo. Outra ação importante do Setorial foi, em 2024, a publicação do documento Diretrizes sobre Políticas de Tecnologias Digitais, distribuído no primeiro semestre antes das eleições municipais, a fim de auxiliar a criação de políticas nessas temáticas nos programas de governo dos candidatos do partido Brasil afora. A entrega ao partido de painéis de dados e análises aplicadas às necessidades da campanha foi uma realidade na eleição municipal da cidade de São Paulo, o que pode e deve ser ampliado para todo o Brasil com o apoio de militantes de todas as regiões.

São compromissos do Setorial subsidiar os parlamentares, dirigentes e a militância no partido com pareceres qualificados, em tempo hábil para ações concretas, e propor alternativas adequadas para cada momento. Mobilizar as bases, dialogar com a população, orientar os militantes e expandir a incidência para todos os cantos do Brasil são tarefas urgentes nos tempos atuais. O PSOL, como um partido socialista com enraizamento em movimentos sociais, têm papel fundamental na construção da luta pela Soberania Popular de Dados. ■

empresas de tecnologia, é necessário que as alternativas digitais que surjam possuam enraizamento nos territórios, custo acessível e governança própria. O monopólio das Big Techs só será efetivo se novas soluções tecnológicas forem construídas de forma inclusiva, permitindo que os próprios cidadãos, ou seja, a classe trabalhadora, tenham autonomia acerca de seu desenho, desenvolvimento e informações. A criação de alternativas mais adequadas exige, portanto, a descentralização do poder tecnológico, fortalecendo a autonomia das comunidades baseada nos territórios e interesses próprios.

Além disso, a classe trabalhadora organizada, tem o potencial de se tornar a vanguarda da luta contra o monopólio dos dados. Ao reivindicar a construção de mecanismos de governança próprios sobre os dados que geram, tanto no ambiente de trabalho quanto em suas vidas pessoais, os trabalhadores podem alterar a dinâmica de apropriação e exploração das grandes corporações. Ao exigir infraestruturas públicas de interes-

se popular e compartilhadas para o armazenamento e processamento de dados, os trabalhadores podem também criar novas formas de controle e gestão coletiva sobre a informação que produzem, rompendo com o ciclo de exploração atual.

A resistência exige mais que regulamentação: demanda infraestruturas públicas (como data centers nacionais) e educação popular digital e de dados críticos, capazes de desvendar quem lucra com cada like, busca ou deslize de tela. Enquanto isso, seguimos reféns de um sistema onde até nosso silêncio — o que não curtimos, não compartilhamos — é mercadoria.

Nesse cenário, o PSOL oferece uma agenda fundamental de resistência, com propostas de leis e políticas que desafiam os interesses das grandes corporações. O esforço pela construção de uma frente parlamentar e a atuação do partido em diversos espaços de participação popular são elementos essenciais para viabilizar essa luta. A colaboração com movimentos sociais e organizações populares fortalece a possibilidade de implementação

IA, GEOPOLÍTICA MUNDIAL E A ASCENSÃO DO DEEPSEEK



Quenia Gouveia

Mestre em TI, com pesquisa em Processamento de Linguagem Natural para identificar padrões em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Atua na área de dados desde 2018 e também atua como educadora popular de tecnologia pelo Núcleo de Tecnologia MTST.

© Stock all/shutterstock



A inteligência artificial (IA) emergiu como o principal motor da disputa geopolítica do século XXI, transformando não apenas economias e mercados de trabalho, mas também redefinindo os paradigmas de poder global. Sua influência permeia desde a automação industrial e a inovação tecnológica até a ampliação da capacidade de vigilância estatal e corporativa, gerando debates éticos e desafios regulatórios em escala mundial. No centro dessa disputa estão os Estados Unidos e a China, que dominam o desenvolvimento e a aplicação de IA, investindo bilhões em pesquisa, infraestrutura e talentos para consolidar sua hegemonia tecnológica. No entanto, a ascensão de novas abordagens, como a proposta pelo DeepSeek, baseada em modelos mais acessíveis e adaptáveis, abre uma janela de oportunidade para países como o Brasil e outras nações do Sul Global reivindicarem um papel de protagonismo nesse cenário.

Para o Brasil, essa é uma chance única de alavancar sua posição estratégica, investindo em políticas públicas que incentivem a inovação, a formação de talentos em ciência de dados e a criação de ecossistemas tecnológicos sustentáveis. Além disso, a adoção de modelos de IA que priorizem a inclusão digital e a redução de

A ascensão de novas abordagens, como a proposta pelo DeepSeek, baseada em modelos mais acessíveis e adaptáveis, é uma janela de oportunidade para o Brasil

desigualdades pode posicionar o país como um líder em soluções tecnológicas socialmente responsáveis. O Sul Global, por sua vez, tem a oportunidade de cooperar em iniciativas multilaterais, compartilhando conhecimento e recursos para desenvolver aplicações de IA que atendam às suas necessidades específicas, como agricultura inteligente, saúde pública, educação e gestão de recursos naturais. Dessa forma, a IA pode se tornar uma ferramenta de transformação não apenas econômica, mas também social, reduzindo a dependência tecnológica e promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

O que é Inteligência Artificial?

A inteligência artificial (IA) consiste em sistemas computacionais projetados para realizar tarefas que, até então, dependiam da inteligência humana, como reconhecimento de padrões, tomada de decisões e aprendizado a partir de dados. Esses sistemas são frequentemente baseados em técnicas avançadas, como aprendizado de máquina (machine learning), redes neurais artificiais e processamento de linguagem natural, que permitem a análise e interpretação de grandes volumes de informações de forma rápida e eficiente. Atualmente, a IA já está integrada a diversas áreas, revolucionando setores como automação industrial, medicina diagnóstica, segurança cibernética, finanças e até mesmo na criação de conteúdo digital, como textos, imagens e vídeos. Sua aplicação tem o potencial de aumentar a produtividade, otimizar processos e oferecer soluções inovadoras para desafios complexos, tornando-se uma das tecnologias mais transformadoras da era digital.

A concentração do poder tecnológico

A hegemonia no desenvolvimento da inteligência artificial (IA) está concentrada em duas potências globais: os Estados Unidos, onde gigantes como Google, Microsoft e OpenAI lideram a criação de modelos avançados e inova-

dores, e a China, que combina uma capacidade única de implementação em larga escala com um forte apoio governamental, consolidando-se como uma força dominante no setor. Ambas as nações controlam os recursos essenciais para a evolução da IA, como grandes volumes de dados, infraestrutura tecnológica de ponta e talentos especializados, o que lhes permite treinar modelos cada vez mais sofisticados. Essa dinâmica cria uma dependência global, na qual outros países ficam à mercê das inovações e padrões estabelecidos por essas potências.

No entanto, o avanço da IA não se limita ao aspecto técnico; ele traz consigo desafios políticos e sociais complexos. Entre eles, destacam-se o controle da informação e da narrativa pública, o uso militar de tecnologias autônomas e os impactos disruptivos no mercado de trabalho. Além da precarização de funções humanas devido à automação, há um aspecto menos visível, mas crucial, da indústria da IA: o trabalho humano de base, como a moderação de conteúdo e a validação de dados. Milhares de pessoas em todo o mundo, muitas vezes em condições precárias, são responsáveis por tarefas essenciais, como classificar imagens, revisar vídeos com cenas de violência ou realizar cliques repetitivos para treinar algoritmos. Esse trabalho, embora fundamental para o funcionamento dos sistemas de IA, frequentemente ocorre à margem, sem reconhecimento ou proteção adequada.

Para as nações que não investem em capacitação tecnológica e inovação, o risco é claro: tornarem-se meros consumidores passivos de ferramentas e sistemas desenvolvidos no Norte Global, sem autonomia para moldar o futuro da IA de acordo com suas próprias necessidades e valores.

O DeepSeek e a oportunidade para o Brasil

A ascensão do DeepSeek representa um ponto de inflexão no cenário global da inteligência artificial. Diferente das abordagens convencion-

"A inteligência artificial (IA) consiste em sistemas computacionais projetados para realizar tarefas que, até então, dependiam da inteligência humana, como reconhecimento de padrões, tomada de decisões e aprendizado a partir de dados."

nais, que reforçam a dependência de grandes potências e corporações, o DeepSeek propõe um modelo de IA mais acessível, democrático e adaptável, abrindo caminho para que países emergentes desenvolvam soluções tecnológicas autônomas e alinhadas às suas necessidades específicas.

Para o Brasil, essa é uma oportunidade histórica de superar sua posição periférica no setor tecnológico e reduzir a dependência de ferramentas e sistemas estrangeiros. O país já conta com uma base científica sólida, universidades e centros de pesquisa de excelência, além de uma comunidade ativa de desenvolvedores e entusiastas de tecnologias de código aberto. Esses ativos, somados a um ecossistema empresarial em crescimento, formam as bases necessárias para o desenvolvimento de uma IA nacionalmente relevante e socialmente responsável.

No entanto, para aproveitar essa janela de oportunidade, é essencial um esforço coordenado entre o setor público, as instituições acadêmicas, a iniciativa privada e os movimentos populares. Políticas públicas que incentivem a inovação, a formação de talentos e o investimento em infraestrutura tecnológica são fundamentais. Além disso, é crucial que o desenvolvimento da IA no Brasil priorize aplicações que atendam aos desafios locais, como a melhoria dos serviços públicos, a otimização da agricultura e a redução das desigualdades sociais. Com uma estratégia bem articulada, o Brasil pode se tornar não apenas um consumidor de tecnologia, mas um polo de inovação e referência no Sul Global, inspirando outros países a seguir um caminho semelhante.

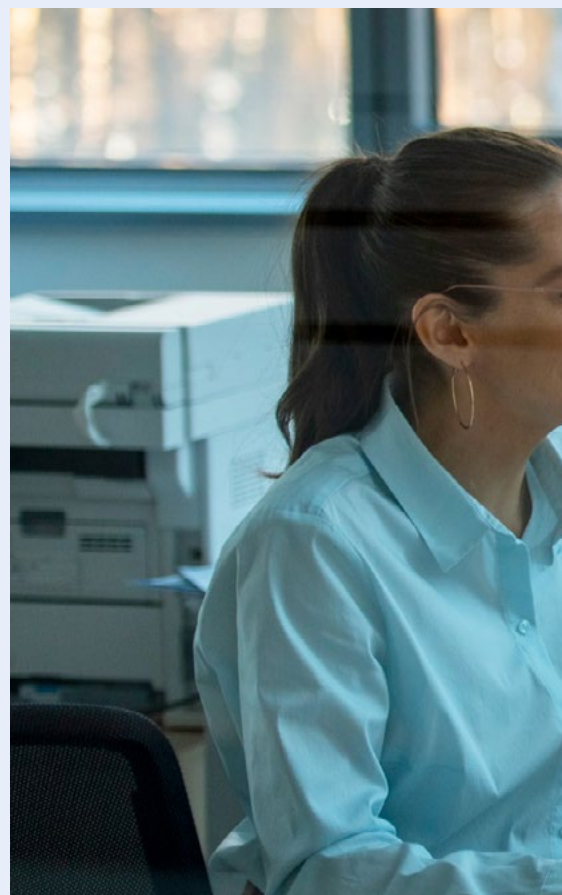
A e soberania digital

Para transformar essa janela de oportunidade em realidade, é imprescindível

IA compõe técnicas como aprendizado de máquina, redes neurais artificiais e processamento de linguagem natural, analisando e interpretando um grande volume de dados de forma rápida e eficiente

dível um compromisso firme com a soberania digital. Isso significa não apenas investir em infraestrutura tecnológica de ponta, mas também estabelecer uma regulamentação robusta que proteja os dados nacionais do monopólio estrangeiro e promova o desenvolvimento de modelos de IA alinhados às necessidades e aos interesses da população brasileira. A inteligência artificial não pode ser um instrumento de dominação tecnológica; ela deve servir como uma ferramenta estratégica para fortalecer políticas públicas, democratizar o acesso à informação e garantir que seus benefícios alcancem a maioria da população, e não apenas as grandes corporações.

Nesse contexto, movimentos sociais como o MTST e outras organizações populares têm um papel fundamental a desempenhar. Ao pressionar por políticas públicas inclusivas e transparentes, essas organizações podem assegurar que a IA seja utilizada de forma democrática, evitando que a tecnologia reproduza ou amplifique desigualdades estruturais. A luta por uma inteligência artificial justa e acessível deve ser parte integrante da agenda por um



projeto nacional de desenvolvimento soberano e inclusivo.

Se bem direcionada, a inteligência artificial pode se tornar uma poderosa aliada na organização social, na promoção da justiça e na construção de um país mais autônomo e equitativo. No entanto, isso só será possível se houver uma mobilização coletiva para garantir que a tecnologia sirva ao povo, e não aos interesses de poucos. A soberania digital não é apenas uma questão técnica; é uma bandeira política e um imperativo ético para o Brasil do século XXI.

Conclusão

A ascensão do DeepSeek revela que o domínio tecnológico das potências globais não é inevitável. Há espaço para alternativas que desafiem a hegemonia dos EUA e da China, abrindo caminho para um desenvolvimento tecnológico mais plural e inclusivo. No entanto, essa oportunidade não será eterna. O Brasil precisa agir com urgência e determinação para não apenas acompanhar, mas liderar essa transformação. Isso exige investir no desenvolvimento de soluções tecnológicas próprias, capazes de atender às demandas locais e garantir a soberania digital do país.

A revolução da inteligência artificial não pode ser um privilégio de poucos; ela deve ser um instrumento para reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo acesso universal a ferramentas digitais e fortalecendo políticas públicas que beneficiem a maioria da população. Para isso, é essencial uma articulação política robusta, que una governo, setor privado, academia e movimentos sociais em torno de um projeto comum. Investimentos estratégicos em infraestrutura, educação e pesquisa são fundamentais, mas não suficientes. É preciso uma visão de longo prazo que coloque a tecnologia a serviço do povo, priorizando a inclusão digital, a proteção de dados e a criação de empregos qualificados.

O momento é decisivo: ou o Brasil assume o protagonismo na construção de uma inteligência artificial soberana e socialmente responsável, ou corre o risco de perpetuar sua condição de mero consumidor passivo de tecnologias estrangeiras. A escolha é clara: a revolução da IA deve ser nossa aliada na construção de um país mais justo, autônomo e preparado para os desafios do futuro. ■

© Freepik



POR SOBERANIA, ENFRENTAR AS BIG TECHS



Helena Martins

Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, pós-doutoranda no projeto “A governança econômica das redes digitais” (UFS), financiado pela Fapesp, editora da *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura* e integrante do Direito à Comunicação e Democracia.

A história registrou poucas vezes o nível de poder econômico e político hoje concentrado em torno das grandes corporações de plataformas, conhecidas por Big Tech. Com orçamentos superiores a muitos países, grupos como Google, Meta, Amazon, Microsoft e X (ex-Twitter) controlam boa parte do desenvolvimento tecnológico e da circulação de conteúdos em âmbito mundial, associando economia e cultura a favor de um projeto de dominação.

A natureza exploradora e ideologicamente dominadora desse projeto, antes ocultado pela apresentação de tais empresas como facilitadoras da participação política, fomentadoras da diversidade e de novas relações de trabalho, ficou nítida no último ano, mas em particular com a campanha e a vitória de Trump nos Estados Unidos. As Big Tech são aliadas de Donald Trump e outros governos

e políticos de extrema-direita pelo mundo afora, mobilizando suas estruturas em seu favor. Diante desse cenário, no Brasil, organizações da sociedade civil e movimentos buscam juntar forças em torno da campanha Internet Legal, que objetiva promover a defesa da regulação de plataformas e de políticas que promovam a soberania popular.

Da esquerda para a direita:
Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos
(Amazon), Sundar Pichai (Apple) e Elon
Musk: todas as Big Techs estiveram
na segunda posse de Trump



A conformação das grandes corporações de plataformas está intrinsecamente associada à reestruturação capitalista neoliberal. Desde fins dos anos 1970, tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tornaram-se a nova base de sustentação e expansão do sistema. Elas facilitam o processo de subsunção do trabalho intelectual, uma fronteira que o modelo anterior enfrentava, com impactos diversos para a subjetividade e a organização das e dos trabalhadores. Modificam a produção, tornando-a mais flexível e segmentada, o que demanda que a cultura também o seja. Esse processo nefasto se perpetua e se aprofunda por meio de descobrimentos mais recentes, como a datificação e a chamada inteligência artificial.

Essas tecnologias foram essenciais para a mundialização do capital nos últimos 40 anos. Afinal, não haveria a globalização sem (1) as redes de telecomunicações e a produção constante de informações que permitem o controle dos processos de produção e consumo tornados mundiais; e (2) sem a financeirização, que se vale da transformação de ativos diversos em bits e bytes que trafegam a toda velocidade e permitem formas especulativas de apropriação da riqueza.

Como Marx ironizou, no volume I d'O capital, ao retomar a afirmação de John Stuart Mill – que ponderou ser “questionável que todas as invenções mecânicas já feitas tenham servido para aliviar a faina diária de algum ser humano” – o propósito do desenvolvimento da maquinaria no capitalismo não é de gerar liberdade, mas de baratear mercadorias e produzir mais valor. Daí a importância que o controle da informação adquiriu para a concorrência capitalista. Daí a importância dos dados transformados em informação e de toda sorte de construção artificial de controle da circulação dela, como por meio da fixação de patentes.

É claro que todo esse processo é bastante contraditório, afinal também se evidencia a possibilidade de socialização do conhecimento, o que tem potencial disruptivo. No entanto, o desabrochar desse potencial depende menos do desenvolvimento intrínseco das tecnologias, como equivocadamente pleiteiam os aceleracionistas, mesmo os localizados à esquerda, e mais da capacidade de disputar os rumos da concepção e da introdução delas.

Essa capacidade de disputa foi fragilizada no período neoliberal, que suprimiu as capacidades do Estado

de sustentar políticas de desenvolvimento científico e tecnológico soberano. O caso do Brasil é bastante ilustrativo. O país possuía uma empresa pública de telecomunicações importante, a Telebrás, que foi enfraquecida e, depois, privatizada. A privatização das telecomunicações brasileiras deu-se exatamente quando as redes de telecom se mostraram fundamentais para as “autoestradas da informação”. Centros de pesquisa como o CPQD foram desmantelados. Tudo isso tornou o país um consumidor de tecnologias estrangeiras, reduzindo seu papel na nova economia digital ao de fornecedor de mão de obra barata e de matérias primas, o que é visível também em outros países da África e da América Latina, como Congo e Argentina.

Simultaneamente, os Estados Unidos impuseram um padrão de desenvolvimento tecnológico assentado no digital, fomentaram a mercantilização da internet e, depois, impulsionaram a conformação de suas grandes plataformas digitais. Estas agora avançam para o controle das infraestruturas, como cabos submarinos e as chamadas nuvens, criando relações de dependência perigosas.

Resultados de processos como a mundialização do capital, a financeirização e o desenvolvimento das tecnologias digitais nos marcos da reestruturação produtiva, essas empresas cresceram valendo-se do ideário neoliberal, que justificou uma postura não de ausência estatal, mas de uma inflexão programada para facilitar a intervenção privada no setor, postura apresentada como fundamental à promoção da inovação e da concorrência.

Nada mais ilusório. Seguindo a dinâmica capitalista, sempre afeita à concentração e à centralização de capital, o que se viu nas últimas duas décadas foi a ascensão de poucas corporações estadunidenses, que se expandiram para diversos setores, nos quais obtêm não apenas clientes, mas também dados fundamentais à compreensão e mesmo antecipação do funcionamento dos mercados.

© Wikimedia



Restou, com isso, um cenário concentrado em âmbito transnacional, fragilizando as economias locais e a própria organização social.

Além da desigualdade que esse cenário gera entre os países, a instrumentalização de tal poderio para a manipulação política, por meio de campanhas de desinformação, fez com que o tema da afirmação dos Estados nacionais diante das plataformas ganhasse lastro. Como mostrou o relatório *Referências internacionais em regulação de plataformas digitais: bons exemplos e lições para o caso brasileiro*[i], da Coalizão Direitos na Rede, mais de cem países adotaram algum tipo de regulação de plataformas. Os passos que o Brasil buscou dar nesse sentido, expressos no Projeto de Lei 2.630, conhecido como PL das Fake News, foram freados pela força do lobby das plataformas. Aprovado pelo Senado em 2020, na Câmara, mesmo após ter sua urgência aprovada, o PL não foi apreciado pelo plenário. O então presidente da Câmara, Arthur Lira, engavetou o texto em junho de 2024. Desde então, apesar dos frequentes problemas, o Congresso se negou a avançar nessa agenda.

Apesar das dificuldades, organizações da sociedade civil seguem defendendo a regulação das plataformas, agenda que ganhou espaço junto ao governo Lula e à sociedade em geral, após as declarações da Meta em janeiro deste ano. Na ocasião, a empresa de Zuckerberg alinhou-se a Trump no ataque às decisões judiciais de países como o Brasil e na facilitação de discursos de ódio, racismo, misoginia e outros discursos violentos no âmbito da rede, ao anunciar mudanças em suas políticas de moderação de conteúdos.

Diante desse cenário, dezenas de organizações do Brasil e da América Latina lançaram uma carta alertando sobre os riscos da mudança. Em março, mais de cem ativistas e grupos lançaram a campanha Internet Legal, reivindicando regulação para reduzir a desigualdade de poder em relação



às Big Tech, exigir transparência e formas de combate à concentração econômica, entre outras medidas.

Como nossas respostas não podem se limitar à tentativa de contenção de poder das plataformas, ou a uma melhoria de suas práticas ou simplesmente a uma inserção de empresas nacionais nos mercados digitais, a campanha também busca afirmar a necessidade de políticas que fomentem alternativas tecnológicas e ajudem a construir uma soberania digital popular. Chamada inicialmente pela Coalizão Direitos na Rede, pela Rede Soberania Digital e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, a campanha já tem agregado outros coletivos, inclusive o Coletivo de Tecnologia e Soberania Digital do PSOL, e deve ser fortalecida pelo campo de esquerda e progressista.

Afinal, não há disputa de hegemonia que não passe, centralmente, pela disputa das comunicações e das tecnologias. Seu uso para a manipu-

“Os EUA impuseram um padrão de desenvolvimento tecnológico assentado no digital, mercantilizaram a internet e conformaram as Big Techs. Elas agora avançam para controlar cabos submarinos e as “nuvens”, criando relações de dependência perigosas.”



Dezenas de organizações do Brasil e da América Latina lançaram uma carta alertando sobre os riscos do descontrole sobre as Big Techs. A campanha Internet Legal luta pela regulação, por transparência e formas de combate à concentração econômica

lação, a vigilância e mesmo para a guerra, como o genocídio palestino tristemente evidencia, exige que tal agenda seja compreendida e enfrentada em sua complexidade.

A dificuldade que envolve essa batalha, que se dá em um cenário geopolítico que tem como centro a disputa tecnológica em um contexto de alinhamento das corporações digitais à extrema-direita e de fragilização das esquerdas, não deve ser motivo para passos atrás, mas para um comprometimento ainda maior com essa agenda. Propostas para limitar o poder das Big Tech e construir futuros alternativos existem. No âmbito da regulação, elas estão resumidas no PL 2.630, embora seja preciso avançar para conter o poder econômico, inclusive por meio do desmembramento dessas plataformas, que hoje atuam em vários setores, sem limitação.

Para uma agenda de políticas públicas, o documento *Recuperando a soberania digital*^[ii], lançado no início deste ano, apresenta contri-

buições que vão da infraestrutura ao controle de dados públicos, passando pela proposição de uma agenda de pesquisas e de uma articulação estratégica em torno de um internacionalismo ecológico – importante por trazer à tona também os enormes impactos ambientais dessa lógica de conectividade e tratamento de dados permanente. Falta, portanto, agregar essas propostas e desenvolvê-las nos marcos de um projeto de transformação social. É a essa tarefa que o PSOL deve se colocar à disposição e mobilizar sua imaginação política. ■

Referências:

- [i] <https://direitosnarede.org.br/2024/04/23/coalizao-direitos-na-rede-lanca-o-relatorio-referencias-internacionais-em-regulacao-de-plataformas-digitais-bons-exemplos-e-licoes-para-o-caso-brasileiro/>
- [ii] <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/publications/2024/dec/reclaiming-digital-sovereignty>

“O CAPITALISMO DE DADOS AMPLIA A EXPLORAÇÃO DA VIDA”

Entrevistado: **Deivison Faustino**

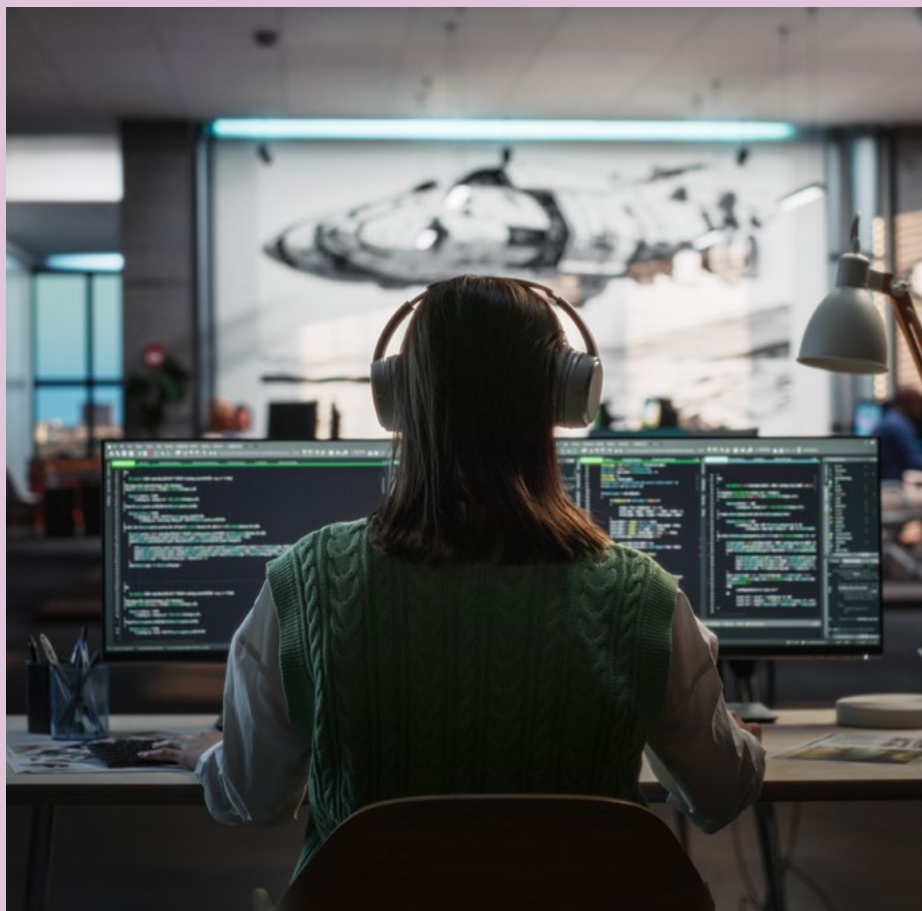
Por: **Joselicio Junior**

A Para este dossiê, o editor da Revista *Socialismo e Liberdade*, Joselicio Junior, entrevistou Deivison Faustino, professor do Departamento de Saúde e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da USP. Faustino é graduado em Ciências Sociais, mestre em Ciências da Saúde e doutor em Sociologia. É autor dos livros *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro* (2018); *Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade* (2022); *O colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* (2023); e *Balanço Afiado: estética e política em Jorge Ben* (2023)

▪ **Joselicio Junior (JJ):** *A gente está vendo robôs inteligentes, câmeras em casa, aplicativos e aparelhos que conectam tudo, gente falando em inteligência viva, além da inteligência artificial, produção de neurônios... As máquinas estão nos dominando?*

▪ **Deivison Faustino (DF):** Essa é uma boa pergunta que esconde uma pegadinha antiga. Se a gente pensar a história do capitalismo,

tem mais de duzentos anos a ideia de que a máquina ganhou vida e agora nos ameaça. De certa forma há um risco real, por exemplo, de se construir processos automatizados que em algum momento saiam do controle. Pensemos numa inteligência artificial, de propósito geral, que seja dotada de mecanismos de automação tão complexos que a gente não consiga mais calibrar ou direcionar o seu funcionamento e que saia do controle e represente uma ameaça para a humanidade. É plausível pensar nisso. No entanto, há o risco de se esconder as relações sociais que estão por trás da máquina. Então, quando a gente pensa a máquina como algo consciente, como nos filmes de ficção científica, pelo menos nos que são produzidos nos Estados Unidos, você tem uma máquina que é criada por um ser humano, ela toma consciência e depois ela vira uma ameaça para a humanidade. É o mito do Frankenstein. O que está por trás desse mito



"Mesmo o software requer organização da matéria e da energia. Ele não é imaterial. É problemático reduzir o intangível a algo imaginário"

é a alienação do trabalho, o que a gente tem chamado de fetiche tecnológico. A máquina, ainda que ela seja muito automatizada-a máquina a vapor lá da revolução industrial, ou inteligência artificial generativa), é o resultado de uma lógica causal automatizada, em que eu tenho algoritmos de processamento de dados, eu tenho uma máquina que consegue produzir aquilo, uma imagem com os Black Panthers ao fundo, por exemplo, porque eu peço e ela sistematiza, ela varre grandes bancos de dados, identifica imagens de acordo com os rótulos que dou para ela, mistura e me devolve uma síntese dessa busca. Mas ela não está criando como se fosse um artista a quem pedi para fazer uma charge. O artista tem sentimentos, tem história, consciência, mas tem sobretudo criatividade, que vem do nosso caráter humano incompleto, frágil, mas também criativo, subjetivo. A máquina não tem isso, ela é outra coisa. Não menos importan-

te, porque hoje os computadores conseguem produzir cálculos que a mente humana demoraria bilhões de anos para fazer, então você tem uma capacidade computacional. Mas ela não é consciente e nem sujeito de si, ela ainda é o reflexo causal de uma programação prévia, ainda que essa programação permita um grande grau de liberdade a ponto de ser redirecionada a cada prompt que eu dou. Então, eu vou ao Chat GPT, vou ao Dall-e, seja lá o programa que for, e consigo que ele produza uma imagem de um pessoa negra de punho cerrado com os Black Panthers de fundo e aquele programa gera a imagem, por mais que aquilo ali seja automático.

▪ **JJ:** Na verdade é uma grande calculadora...

▪ **DF:** É uma grande calculadora. Muito mais complexa, mas ainda uma calculadora. Se eu apresento o problema como se fosse uma máquina dominando o ser humano,

perco de vista quem domina a máquina, porque ela é produzida por alguém, por seres humanos, numa dada relação social capitalista, que é sob a qual vivemos. Vejamos o caso do mercado financeiro: se vou ao banco pedir dinheiro emprestado hoje, não é mais o gerente que vai olhar na minha cara, olhar o meu histórico ali numa ficha que ele guarda numa gaveta e decidir se me dá o crédito ou não. Hoje cada passo que eu dou no mercado é registrado, passei na farmácia e dei meu CPF, isso vai para um banco de dados, comprei um cartão para usar o ônibus, comprei uma passagem de avião, ou fiz uma prestação da minha televisão, ou do meu carro. Tudo que eu faço no mercado financeiro gera um score e esse score é sistematizado e utilizado por uma máquina, para decidir se eu vou ter o crédito ou não, qual vai ser o tamanho da taxa de juros, a depender do interesse do banco em mim. Temos a automatização de um processo que antes era feito pelo gerente, então, parece que a máquina está substituindo o ser humano. No entanto, se por acaso essa máquina faz um cálculo que não permite o banco lucrar comigo, imediatamente a máquina vai ser reprogramada. Então será que a máquina é tão autônoma assim? A gente pode fazer a mesma pergunta para os algoritmos de timeline do Instagram, do Facebook, da Netflix...

▪ **JJ:** Ou seja, os algoritmos têm uma lógica lucrativa...

▪ **DF:** : Têm uma lógica lucrativa que não é a lógica de um robô autoconsciente, é a lógica do capital. Pensar a máquina como sujeito au-

“O capitalismo super-explora com trabalho semiescravo na África, para garantir uma tecnologia, a IA, que faz poesia no lugar de seres humanos. É a combinação de high tech (alta tecnologia) com low life (vida ruim), entre o que há de mais sofisticado com o que há de mais atrasado.”

tônomo neste momento da história da humanidade é desviar o foco da atenção para o verdadeiro sujeito por detrás das escolhas algorítmicas que desenham as máquinas.

▪ **JJ:** *Não à toa isso é até de alguma maneira intencional.*

▪ **DF:** Exato. O fetiche joga a favor das relações sociais dominantes, das classes dominantes. Parece que o dilema é, nossa, será que eu vou usar ou não vou usar o Instagram? Será que eu saio ou não saio das redes? Eu posso sair das redes, mas eu não posso deixar de dar meu CPF na farmácia, se eu sou aposentado, e ganhar, às vezes, 70% de desconto no remédio. Então é necessário entender como funciona, assim como o Marx estudou a Overlock, a Singer, para entender a revolução industrial, talvez a grande tarefa hoje seja estudar inteligência artificial, estudar semicondutores, estudar engenharia genômica e como que estão sendo empregadas no desenho tecnológico, porque de fato elas estão alterando as relações sociais e alterando a arena da luta de classes, as formas de opressão, de exploração, mas ainda não é uma luta ser humano contra o máquina, ainda é a velha luta ser humano contra ser humano, que tem na máquina e na automação a mediação poderosíssima que tem ampliado a exploração para níveis jamais vistos na história da humanidade sob o capitalismo.

▪ **JJ:** *Ainda sobre a relação homem-máquina, a gente tem um mundo na nossa mão, no celular, com uma velocidade inimaginável ao olho nu. Às vezes parece que os softwares, os aplicativos, não têm uma base material. Você pode falar um pouco dessas bases materiais, dessa relação software-hardware?*

Sede da TSMC, de Taiwan: Com os EUA impedindo a China de obter os semicondutores, há uma guerra protecionista em torno do hardware

▪ **DF:** O debate sobre as tecnologias digitais é muitas vezes atravessado pelas ideologias capitalistas. Uma delas é tratar as tecnologias digitais como se fossem imateriais, como se elas fossem imaginadas, ou como se não tivessem implicações concretas no mundo físico, material. Isso não é verdade. Você não tem um celular sem lítio, que sai da Bolívia ou da Amazônia, sem o coltan, de onde você extrai columbita e tantalita, usadas no touchscreen e no processamento de bateria. Não há celular sem o ouro que sai ilegal das terras dos ianomami, vai lá pra Itália e depois volta legalmente pelas fábricas da Apple, da Samsung. Não há software sem hardware, esse é o primeiro ponto que a gente não pode perder de vista, porque é em torno do hardware que hoje os grandes embates capitalistas se dão. O maior embate hoje não está nas blusinhas da Shopee, taxadas no Brasil. O maior embate capitalista hoje tem a ver com os semicondutores,



que permitem produzir aparatos tecnológicos, do carro ao telefone, ao computador. A grande fábrica de chips de processadores está em Taiwan. Há todo um debate geopolítico sobre a relação da China com Taiwan, mas essa fabricante tem capital belga e estadunidense. O que os Estados Unidos fazem, desde antes de Trump, é impedir que a China acesse esses semicondutores mais sofisticados para que ela não ultrapasse os Estados Unidos na competição tecnológica. Temos, então, uma guerra protecionista em torno do hardware. Outra linha fundamental de hardware que define a geopolítica mundial são os cabos de fibra óptica. Se observarmos o mapa dos cabos de fibra óptica, ele lembra muito o mapa do telégrafo do século XIX, da época que a Inglaterra dominava o mundo. Temos uma corrida tecnológica também no campo espacial (do espaço sideral). O objetivo da Space X, de Musk, não é só mandar mi-

lionários para passear no espaço. É sobretudo desenvolver tecnologia de comunicação via satélite. Não há software sem hardware. E o próprio software é também um dado material. O software, um programa, só é possível porque você tem processadores que computam a informação, computam frações de eletricidade, então apagado é 0, acesso ou ligado é 1, é em função de zero zero um zero um zero zero um zero um zero um, que você vai criando combinações e formando caracteres “a”, “b”, “c”, “d”, você cria combinações de desenhos, de frequências de áudio, de frequências de luz, tudo é código zero, um, zero e um. Isso vai mudar com a computação quântica, mas a princípio é isso. Se o software é uma combinação algorítmica de códigos, o código só é possível mediante uma certa organização de energia, num certo espaço. Vamos pensar em quem está assistindo pelo YouTube essa entrevista. É a eletricidade que nos permite gravar este vídeo, captar imagens e sons, processar tudo, enviar o conteúdo codificado por fibra óptica, chegar quem sabe a um satélite, para depois chegar no dispositivo da pessoa, ser decodificado e aparecer no dispositivo como imagem. Quer dizer, o software ou os programas só funcionam por meio de processamento de energia e a energia não pode romper as leis da física, sob o risco de deixar de atuar como tal.

■ JJ: A energia é finita, né?

■ DF: Ela é finita. Aliás, se a energia não fosse finita, a gente não precisava recarregar o celular, a gente não precisava descarregar conteúdo do celular de vez em quando para baixar um novo aplicativo. O espaço de armazenamento também é finito. Quem, da classe trabalhadora, não passou pela experiência de ter que baixar um aplicativo por causa do trabalho, da universidade e aí não cabe no celular? O espaço que ele comporta para processar a informação é do tamanho do HD,

que eu preciso inclusive limpar de vez em quando, porque ocupa um espaço no tempo e implica uma certa organização de eletricidade. A ideia do software como algo quase como um significado é um pouco empobrecedora. O software é intangível, porque não dá para eu pegar um programa, e essa é a grande diferença. Se eu produzo um sapato, que é o exemplo clássico nas formações marxistas, a fábrica de sapato produz uma quantidade X de sapato. Quando vendo esses sapatos ou uso um par, eles se desgastam e eu tenho que produzir mais. Diferentemente, se eu produzo um software, essa linha de código que eu usei no software pode ser copiada por outro dispositivo.

■ JJ: Mas ele fica obsoleto também em um dado momento.

■ DF: Ele fica, mas ele em si pode ser replicado infinitamente, então essa natureza é que diferencia o software do sapato. Isso traz grandes questões para a gente pensar em mais valia, para a gente pensar na exploração do trabalho. Talvez a exploração do programador não seja exatamente igual à exploração do sapateiro nesse aspecto. O ponto é que mesmo o software implica uma certa organização da matéria, ou da energia, para operar. Ele não é imaterial nesse sentido, então há uma redução aqui muito problemática quando a gente trata o software ou o intangível como se fosse algo só do mundo do imaginário. Porque, se fosse, bastava eu imaginar outra coisa que as coisas mudariam. Mas não, hoje a gente quase não pega mais em dinheiro para comprar as coisas e, ainda assim, se você não trabalhar, não vender a sua força de trabalho e não tiver uma certa quantidade de dinheiro, você morre de fome, não adianta você só imaginar mais dinheiro. A ideia de software imaterial é frágil, diante da materialidade do próprio virtual e da circulação de mercadorias intangíveis nesse grande shopping que virou a internet.



© Ascannio/shutterstock

▪ **JJ:** *A partir do momento que você clica num produto, que você consome determinadas coisas, oferecendo seus dados em determinados lugares, de alguma maneira você tá produzindo mais valia para o para o grande capital, não?*

▪ **DF:** Este é um debate bem delicado e complexo para resumir numa entrevista. Mas é importante pensar a teoria do valor, voltar ao Marx em 2025, porque para Marx é só na produção que se produz o mais valor. No entanto, ele nunca disse que é só na fábrica que se pode produzir algo. Esse é o ponto. O que pesquisas mais recentes têm mostrado é que o capitalismo se modificou muito nos últimos quarenta, cinquenta anos, especialmente com a crise do fordismo, com a introdução da robótica e da informática no processo produtivo. Essas alterações permitem agora que a produção não se dê estritamente no espaço da fábrica. Às vezes a produção se dá na circulação ou no consumo, mas o que isso significa? Não significa que é no mercado financeiro que eu valorizo o valor. O mercado financeiro capta, rouba e cria pedágios para a circulação de valor. O banco, o banqueiro, enriquecem capturando valor produzido em algum lugar. Mas é fato que a produção nem sempre se dá dentro da fábrica. Terezinha Ferrari, socióloga do trabalho, muito importante nesse ramo, diz que, com a alteração do processo produtivo, as cidades têm sido disputadas pelo capital e se tornaram grandes esteiras produtivas a céu aberto. Se eu clicar em “comprar um produto” no Mercado Livre até as dez da manhã, em São Paulo, ele pode chegar no mesmo dia lá pelas onze horas. Parece que eu cliquei e o produto apareceu do nada, mas isso é possível porque a própria produção saiu do espaço restrito da fábrica e passou a ser pulverizada em diversas unidades produtivas e, mesmo no momento em que o produto é concluído, ele segue circulando. Para a Teresinha Ferrari, essa realidade indica uma

alteração relativa na forma de organização do mercado, da forma que existia antes de produção, circulação e consumo, porque agora aquilo que é produzido, ou aquilo que está em produção, segue nas cidades em circulação de forma que permite uma diminuição do tempo de rotação do capital. Isso tem impacto nas taxas de lucro dos produtores, tem impacto no cálculo do valor. Não é que se produza mais valor na circulação, mas as transformações na circulação permitem que a produção se dê nesse diálogo com a circulação e permitem que o capital ganhe com isso. Voltando à questão tecnológica, as tecnologias digitais permitiram uma certa sincronicidade dos espaços produtivos, mas também da sociedade, para atender essas necessidades produtivas, de tal forma que de fato você ampliou muito as possibilidades de exploração da vida, você não precisa ser um trabalhador assalariado para ser explorado, há momentos em que eu baixo um aplicativo e vou calibrar esse aplicativo colocando informações pessoais, e altero a qualidade daquele aplicativo, logo eu estou trabalhando, sem receber; é trabalho não pago. Estou contribuindo para o mais valor extraído por aquela empresa numa esfera que não é esfera produtiva, nem sou programador, mas estou alterando a qualidade daquele produto, então isso é um traço desse momento do capitalismo e ele coloca novas questões para a gente pensar a exploração do trabalho.

▪ **JJ:** *Vocês falam, no livro *Colonialismo Digital*, em “acumulação primitiva de dados”. A gente está o tempo todo produzindo dados que geram valor. Fala um pouco sobre esse conceito.*

▪ **DF:** Essa expressão “acumulação primitiva de dados” é uma referência a Marx, que fala da acumulação primitiva de capitais, no volume I de *O capital* (capítulo 23). Na verdade ele fala da “assim chamada acumulação primitiva”. Ele faz um

sarcasmo, porque ele está tratando das expropriações de bens que permitiram o deslanchar inicial do sistema capitalista. É a partir da análise daquelas expropriações originárias que Marx vai se referir ao colonialismo ou, como ele chamava, o sistema colonial. Para que o capitalismo chegasse à configuração de um sistema de burgueses e proletários, em que o trabalhador troca sua força de trabalho por um salário, foi necessário antes um processo violento de expropriação dos recursos naturais, das terras camponesas nos países centrais que eram feudais, das terras indígenas nas colônias, para convertê-las nas sesmarias coloniais. Essas expropriações produziram, além do capital inicial, uma massa de trabalhadores que já não tinham mais como sobreviver e que são levados a se empregar como assalariados dos burgueses. Então, a chamada acumulação primitiva é um processo violentíssimo de conversão dos meios de vida em capital.

O que a gente observa, no atual momento da história do capitalismo e da tecnologia, é que o capitalismo nunca parou de expropriar formas de vida ou meios de subsistência, mas com a tecnologia digital surge um novo insumo que antes não era a capital e passa a ser, que são os dados, porque tudo na internet produz dados. Se eu entro num site pornô, por exemplo, isso deixa um rastro e esse rastro está lá pra quem souber localizar. Se eu faço uma ligação, deixo um rastro. Para chegar até aqui nesta entrevista, eu usei o Waze, utilizei dados já existentes de todos os motoristas que estão conectados. O Waze faz uma estimativa, pela velocidade média, de quanto tempo eu vou levar para chegar. A gente está produzindo dados o tempo inteiro, deixando rastros. A grande novidade tecnológica da década passada foi a capacidade de capturar esses dados, sistematizá-los, construir perfis de pessoas para direcionar propagan-



da. A Google foi a grande produtora dessa inovação. Se eu entro num site pornô, mas depois num site de igreja, ah, então, esse é conservador. Se eu entro num site pornô e depois num grupo contra a monogamia, então esse é um liberal de esquerda. Então, ela vai criando perfis que permitem depois sistematizar os dados e revender esses perfis como pacotes de atenção para quem precisar anunciar. Então, se você está vendendo um livro conservador, você não vai perder tempo com um perfil de esquerda. O Google sabe tudo que a gente faz. Uma pessoa de 30 anos hoje tem pelo menos 15 anos de vida registrada na internet. Isso permite ao Google criar um perfil muito sofisticado, com cartões, para revender esses dados para direcionamento de propaganda. Isso explica a riqueza da Google. Essa empresa é um caso emblemático porque, quando começou, havia vários mecanismos de busca, depois ela vira um monopólio. Hoje a gente pensa em buscar qualquer coisa, e diz “vou dar um Google”. Esse monopólio permitiu ao Google

sistematizar os dados de bilhões de pessoas. A revenda de perfis impulsionou o mercado e criou um novo modelo de negócio.

Num segundo momento, percebeu-se que os dados são úteis não só para direcionar propaganda mas também para treinar modelos de inteligência artificial. As pesquisas sobre inteligência artificial têm décadas, são das décadas de 1960 e 1970. Mas a IA vive um boom agora, nos últimos dez anos, porque conta com dois fatores novos. O primeiro é o autodesenvolvimento de capacidade de processamento e armazenamento, o hardware. Hoje, a capacidade de arquivar e processar esses dados é infinitamente maior do que há algumas décadas, arquivavam-se dados de muito mais gente e dados de todo tipo. A segunda inovação é a captura de dados via smartphone. Com o barateamento do smartphone, todo mundo passa a estar conectado e a oferecer dados. A combinação das duas novidades cria as condições perfeitas para treinamento de modelos algorítmicos. Para treinar a IA, é preciso

“Com a tecnologia digital surge um novo insumo que antes não era capital e passa a ser, que são os dados. O capitalismo nunca parou de expropriar formas de vida ou meios de subsistência”

uma quantidade absurda de dados. Eu não posso fazer um Chat GPT usando três ou quatro artigos, eu preciso colocar ali bilhões de artigos, alimentar com dados de perfis de respostas, sistematizar como as pessoas constroem textos. Então eu preciso ter acesso a dados e metadados de todas as naturezas. Quanto mais dados eu tiver, mais potente será meu programa.

A grande novidade é que, se o dado é fundamental para essa tecnologia, superfaturada, especulada, cobiçada, ele vira um insumo, um ativo econômico. O dado é agora uma matéria fundamental, sem a qual eu não consigo fazer nenhum Chat GPT. Agora a coisa mudou, se antes eu precisava de grandes HDs, para arquivar dados das pessoas e levá-las a consumir o meu produto, agora o dado passa a ser o arquivo central. Então há uma busca deses-

“Nossa grande e atual tarefa é estudar inteligência artificial, semicondutores, engenharia genômica, como são empregadas no desenho tecnológico. Tudo isso está alterando as relações sociais, as formas de opressão, de exploração, e a luta de classes”

perada por dados. O Google conseguiu, ao sistematizar e perfilar os dados, direcionar o comportamento das pessoas para fazê-las comprar coisas que não queriam antes. Aí ele vira o grande modelo de negócio de todas as plataformas, todas elas passam a ser redesenhadas em função dessa captura de dados. É por isso que a gente fala numa acumulação primitiva. Porque, se o dado agora é o novo insumo, vale tudo pra ter dado, vale redesenhar todo o template, toda a interface das redes para as pessoas ficarem cada vez mais tempo nelas. Ainda que isso produza adoecimento psíquico, burnout e todo tipo de questões, as plataformas precisam cada vez mais de dados das pessoas. Quanto mais dados têm, maior é o controle sobre o consumo. A busca por dados começa a influenciar a forma como as pessoas se relacionam, porque vivemos uma época em que cada vez mais gente se relaciona pelas redes sociais, por processos mediados por algoritmos. O cardápio da Netflix, o do Tinder, as postagens que aparecem para mim no X, no Instagram, no TikTok, até as recomendações de produtos financeiros no banco, tudo é cada vez mais mobilizado por dados que eu mesmo ofereço durante minha permanência nas redes. Então, nós estamos sendo de certa forma explorados, esfolados por um processo que nos vigia para obter dados. Esse processo de captura de dados para fins de lucro é violento, porque reorganiza, bagunça as relações sociais, prejudica a saúde mental, tem efeito sobre as formas de organização política, sobre as formas de afeto. E ainda assim as empresas de tecnologia insistem nessa captura porque dados dão lucro. Isso é a acumulação primitiva de dados. Depois que o Trump voltou ao poder, a Meta revogou a cláusula de direitos humanos de sua política de tratamento dos dados. Agora você entra no Facebook, por exemplo, escreve o nome de alguém que quer localizar, e aparece pornografia. An-



© Núcleo de tecnologia MTST

tes não aparecia porque havia uma barreira ética. Mas agora, para o público masculino de determinada idade, a pornografia vai fazê-lo ficar mais tempo. Isso é acumulação primitiva de dados.

▪ **JJ:** *E o que vocês chamam de Colonialismo Digital?*

▪ **DF:** O colonialismo digital é um conceito criado pelo sociólogo sul-africano Michael Kwet, para tentar explicar a alta concentração de poder das Big Techs do Vale do Silício. Para Kwet, essa concentração de poder econômico, de capitais, dessas empresas é ainda maior do que aquela dos monopólios estudados por Lênin no início do século XX. As Big Techs têm mais faturamento do que o PIB da maioria dos países do mundo. O valor de mercado das seis maiores empresas de tecnologia – Alphabet (do Google), Amazon, Apple, Meta, Microsoft e Nvidia – é muito superior ao PIB da Alemanha, o país mais rico da Europa (4,5 trilhões de dólares em 2024). Mas o poder que elas têm não é só um poder econômico, é um poder geopolítico que permite influenciar na organização dos países periféricos para a finalidade de exploração. Kwet dá o exemplo dos cabos de fibra óptica, que reproduzem o mapa dos cabos do telégrafo de antigamente, que elas controlam. O benefício desse processo não é distribuído igualmente, aliás, ele é garantido pela superexploração de territórios fora dos centros de produção. Veja o caso do coltan, do qual se tira os metais nióbio e o tântalo. O coltan é extraído na República Democrática do Congo com trabalho semiescravo. O capitalismo superexplora com trabalho semiescravo para garantir uma tecnologia, a IA, que faz poesia no lugar de seres humanos. É a combinação de high tech (alta tecnologia) com low life (vida ruim), entre o que há de mais sofisticado com o que há de mais atrasado. Para se ter Uber autônomo, sem motorista, em países centrais, dá-se

golpe na Bolívia, se incentiva guerra civil na RDC, garimpo ilegal nas terras dos ianomâmis. Os países da periferia são meros compradores e consumidores de alta tecnologia enquanto exportam ferro, ouro, lítio, coltan. É o velho imperialismo, que impõe uma divisão mundial do trabalho injusta.

O colonialismo digital teve implicações concretas durante a pandemia. O sistema de ensino brasileiro só se sustentou porque a gente utilizou tecnologia da Google e da Microsoft para funcionar, ou o Meets, o Teams, das universidades até o ensino básico. Hoje num país como o Brasil o ápice do ápice da pesquisa está nas universidades públicas e essas pesquisas estão na mão da Google, uma vez que todos os nossos arquivos hoje funcionam via Google Drive.

▪ **JJ:** *Agora você entrou num debate sobre a relação das plataformas com os Estados-nação, uma discussão sobre soberania. O atrelamento dos dados que produzimos a essas grandes empresas coloca em risco a soberania dos Estados?*

▪ **DF:** O que a gente chama colonialismo digital é uma ameaça real à soberania nacional de todos os países do globo terrestres, da Europa até a América Latina, a África, a Ásia. Alguns países perceberam isso. A China, o Japão e a Rússia têm buscado alternativas ao Vale do Silício, mas isso implica grandes investimentos estatais em desenvolvimento tecnológico próprio, porque de fato, se o país tem conhecimento de todos os dados de educação, saúde, previdência de um outro país, o país que oferece os dados fica nas mãos do dono da tecnologia. O problema da acumulação primitiva de dados – e por isso que a gente trata isso como colonialismo – é o poder de barganha diante da capacidade de acesso a informações sigilosas e preciosas inimagináveis para quem detém a tecnologia. Não é à toa que os Estados Unidos recusam usar tecnologia chinesa, até onde é possível, porque

quem domina a tecnologia pode usá-la a seu favor. Então a tecnologia entra como um elemento geopolítico imprescindível e os países que não conseguem, ou não tentam desenvolver tecnologia própria, ficam nas mãos de quem tem essa tecnologia para oferecer. O colonialismo digital tem como base uma divisão internacional do trabalho desigual que se reflete no desenvolvimento tecnológico desigual e essa desigualdade é explorada como nicho de mercado. Os Estados Unidos oferecem o Google drive e um conjunto de tecnologias que permitem processar dados para treinar ferramentas. Falei da Nvidia, da Google, mas podemos falar da Intel, da Siemens, do conjunto de empresas que têm sido contratadas por governos brasileiros (federal, estaduais e municipais), que vão das câmeras de reconhecimento facial, aos servidores que rodam os dados da saúde, do DataSUS, todos os programas são estadunidense. Isso oferece para os Estados Unidos uma vantagem e uma capacidade de minerar esses dados para os fins mais diversos, desde treinar programa de inteligência artificial até utilizar esse dado geopoliticamente contra o país, ou mesmo direcioná-los para propaganda, revendendo esses dados para empresas naquilo que a gente chama de economia da atenção. Então nos preocupa, quando a gente fala de câmera de reconhecimento facial, não só a dimensão de vigilância, eugenista, que há por trás dessa saída para segurança pública, mas nos preocupa também quem gere esses dados. Em geral são empresas estadunidense ou israelenses, sem nenhum debate mais profundo sobre responsabilidade e proteção de dados dos usuários. Nos preocupam os processos de digitalização da saúde, que apostam no uso de equipamentos vestíveis, que aposta na internet das coisas, na possibilidade de você utilizar dados para saúde sem uma discussão sobre quem controla esses dados, porque quem controla esses dados

passa a ter poder sobre o indivíduo. Imagina se você foi à farmácia, forneceu seu CPF, então tudo que você compra ali está registrado, do tamanho do preservativo até o remédio, se é para diabetes, pressão alta, ansiedade, e a farmácia revende esses dados para o convênio. E aí, quando você contrata o convênio, e precisa fazer um procedimento caro, o convênio nega, alegando que você tem uma doença pré-existente que você não revelou. Muito se fala do roubo de dados, o roubo de dados é o menor dos problemas diante desse mercado que abre-se para o capital e que desenha cenários assustadores para a vida concreta das pessoas.

■ **JJ:** *O Brasil tem exemplos de tecnologia com soberania: o PIX e as urnas eletrônicas. Soberania significa ter um controle público sobre essas tecnologias e dados. Pensar em democracia real passa por isso também, não acha?*

■ **DF:** Perfeito. O Brasil é referência em várias áreas de desenvolvimento tecnológico, mas ele não conta com um projeto político. É óbvio que, com esse Congresso, com a composição política atual, é muito difícil pensar num projeto de sociedade. A saída para o colonialismo digital não é queimar as máquinas. É uma outra sociedade, é um projeto de sociedade em que a vida esteja no centro do desenvolvimento tecnológico, e não o capital. Mas isso implica uma disputa que está para além da tecnologia, implica uma disputa política de projeto. Um projeto que não inclua tecnologia como elemento central está fadado ao fracasso, porque as regras do jogo estão sendo alteradas pela interação algoritmizada, a favor da extrema direita. Outro ponto é que o Brasil tem as universidades a seu favor, com centros de desenvolvimento tecnológico muito preciosos, só que elas não contam com investimentos necessários para produzir tecnologia e colocar essa tecnologia a serviço das necessidades locais. Tem um plano que surgiu no gover-



no Lula que é louvável, que é o plano nacional para inteligência artificial no Brasil. Uma das disputas em jogo é ter um financiamento governamental para o desenvolvimento tecnológico e sobretudo que desenvolvimento é esse. Porque também a gente não quer copiar os Estados Unidos. Se não se investe nas universidades para produzir tecnologia que dê conta das necessidades sociais também não adianta. Então, a questão é como colocar diferentes populações como participantes desse desenvolvimento tecnológico, não só como consumidores que avaliam. As desigualdades geradas pela tecnologia não são só resultado



do problema do acesso, mas também resultantes do design tecnológico. Na maioria das vezes, o design não é pensado para o bem estar social, ele é pensado para o capital e o resultado é ampliação de barreiras de acesso. Tem exemplos lindos como o PIX, mas tem exemplos catastróficos, como a terceirização do acesso à assistência social pelo “sou gov”, programa para uma população idosa ou com analfabetismo funcional que, mesmo tendo um celular, às vezes não consegue acessar um benefício. Então, a tecnologia também pode ampliar barreiras. Assim, se o debate sobre tecnologia digital não envolver as pessoas que

Faustino, na entrevista: “Brasil é referência em várias áreas tecnológicas, mas o país não tem um projeto político. A saída para o colonialismo digital é um projeto de outra sociedade, em que a vida esteja no centro do desenvolvimento, e não o capital”

serão as mais afetadas, corre o risco de ser o suquinho de Brasil: grandes passos feito sem a periferia, sem a favela, sem os quilombos, sem a população ribeirinha, sem as populações indígenas.

■ **JJ:** *Você está dizendo que a esquerda tem a tarefa de se apropriar dessa discussão e lutar pela educação tecnológica. Quais são os desafios e caminhos que a esquerda deve trilhar no próximo período para se apropriar de fato e interferir nesse debate da tecnologia?*

■ **DF:** O primeiro passo é se apropriar do debate, entender o curso das coisas para também poder separar o que é transformação concreta e o que é propaganda do vendedor da geladeira. Nem tudo que aparece como promessa se concretiza de fato. Para poder diferenciar uma coisa da outra, é preciso fazer o que o Marx fez lá no capítulo 13 do *O capital* que foi entender a maquinaria, para entender como funciona a indústria. Então temos a tarefa de entender as máquinas. Tem dois intelectuais, dois filósofos da tecnologia do século XX. Um influencia muito o debate, o outro, menos. Esse que influencia menos é o de quem gosto mais. Um é o Heidegger, que diz que a técnica é uma forma de dominação, então a técnica é política. Mas a saída do Heidegger, que infelizmente parece a que a esquerda mais gosta, porque é mais fácil, é quebrar a máquina ou demonizar a máquina e propor um retorno no tempo. Heidegger era um playboyzão nazista que criticava a modernidade para depois ir jogar golfe ou respirar nos Alpes suíços. Essa saída não serve pra classe trabalhadora. Outro

pensador muito mais interessante e infelizmente menos conhecido é o Simondon. Este dizia que, para acabar com a alienação tecnológica, era preciso se apropriar da máquina. Em aulas e grupos de pesquisa sobre filosofia da técnica, ele desmontava satélite, levava o computador e desmontava para mostrar como funcionava. Este foi um desafio que foi encampado pelo movimento hacker ativista no começo dos anos 2000, ignorado pela esquerda. Eram os caras chatos que aconselhavam a não usar o Windows, a usar o Linux. Eles traziam algo importante, que é encerrar a tecnologia como um elemento numa guerra, na guerra de classes. Elemento ou arma do qual, se a gente não lançar mão, a gente já entra perdendo. Veja o exemplo da guerra tecnológica na Palestina, na Síria e no Líbano. Num determinado momento, Israel utilizou uma tecnologia de vigilância sobre a dinâmica dos militantes nas redes sociais, para criar uma geolocalização de onde moravam e decidir qual prédio seria bombardeado. A escolha do prédio a bombardear tinha a ver com o rastreamento de atividade no Facebook, com a Meta dando esses dados para Israel. Ao saber disso, o Hezbollah voltou a usar o bip, o antigo pager. Ao perceber isso, Israel intercepta a produção de pagers e instala programas-bombas para explodir os pagers. A guerra passou também pela tecnologia. Dou um exemplo extremo para destacar que querer ser subversivo hoje, sem olhar para a dimensão tecnológica, sem pensar uma comunicação segura, sem pensar alternativas de interação e mobilização nas redes sociais, é pecar por inocência ou ineficácia. Essa é uma tarefa fundamental que a gente tem. ■

Confira a entrevista na íntegra no canal do Youtube da Fundação:
<https://www.youtube.com/watch?v=nx2hJlb-tI>

DA LEI DA VADIAGEM À LEI ANTI-ORUAM



Joselicio Junior

Jornalista, doutorando em Mudança Social e Participação Política na EACH- USP, Diretor Editorial da Dandara Editora. Editor da Revista Socialismo e Liberdade.

Anova polêmica protagonizada pelo MBL em torno da chamada Lei Anti Oruam, que ganhou bastante repercussão nas redes e nas mídias, traz reflexões importantes para pensarmos os desafios para a batalha de ideias contra a extrema direita e também da necessidade de a esquerda se conectar com as culturas urbanas extremamente populares em nosso país. O nosso ponto de partida para essa análise é buscar compreender o método de ação desse grupo.

O início da polêmica se deu com a apresentação de um Projeto de Lei pela vereadora Amanda Vettorazzo (União Brasil/MBL), recém eleita para a Câmara Municipal de São Paulo, que propõe a proibição da contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantil que envolvam, no decorrer da apresentação, apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas. Para fugir de armadilhas jurídicas a redação da proposta de lei não cita nenhum gênero musical, porém, é no discurso nas redes sociais que a vereadora define um alvo para polarizar e gerar engajamento.

A escolha do alvo segue uma lógica. Primeiro, para gerar polêmica é necessário ter um inimigo, preferencialmente maior do que você, pois se ele entrar no conflito a briga ganha uma proporção muito rápida; segundo, a narrativa contra o inimigo, mesmo que distorcida, precisa ter um lastro na realidade com elementos verdadeiros, de fácil assimilação e que gere uma certa comoção.

Nesse sentido, o MC Oruam é a tempestade perfeita, pois é um artista de grande repercussão com números enormes de seguidores nas redes sociais, grandes números de visualizações e reproduções nas plataformas digitais de música, além disso é filho de um famoso traficante do Rio de Janeiro e em suas músicas, assim como outros artistas do seu estilo, trazem relatos do cotidiano das comunidades, favelas, onde o crime organizado tem um papel relevante.

No caso de São Paulo, onde foi proposto originalmente o projeto de lei, há um outro elemento que gera comoção que são os Pancadões: festas realizadas nas ruas das periferias que reúnem muitos jovens com um som



muito alto, onde a trilha sonora é o Funk/Trap, sem limites de horário, gerando um incômodo no restante da comunidade e uma ausência de mediação do Estado, que reage apenas com violência e repressão, sem oferecer nenhuma alternativa.

Portanto, a narrativa de Amanda/MBL tem lastro na realidade e um certo apelo que permite um diálogo e uma disputa ideológica com setores sociais e aponta para uma perspectiva conservadora. Em seu vídeo, onde anuncia o projeto de lei, a vereadora é categórica em dizer que sua prioridade é combater o crime e afirma “afinal, tornar São Paulo uma cidade segura é tornar São Paulo uma cidade melhor. O combate ao crime não é só na bala, é também na nossa cultura e no nosso imaginário”.

A estratégia desse setor da extrema direita está muito nítida, utilizar da criminalização do funk, pautada na cultura do medo, do combate à vio-

lência para organizar e ampliar o seu campo de influência na sociedade e ampliando a sua base social. A utilização da lei para criminalizar manifestações culturais e formas de organização da população negra não é uma novidade no Brasil. A vadiagem foi um crime previsto no Código Criminal de 1830, o único do Império, e no Código Penal de 1890, o primeiro da República, incluindo a prática da capoeira como crime em seu artigo 402 e desde 1941 foi incluída na Lei de Contravenções Penais.

O uso do crime de vadiagem tinha endereço certo, controlar e disciplinar corpos negros libertos, criminalizando a capoeira, as religiões de matriz africana, mais à frente o samba e outras expressões culturais negras e populares, ou seja, tudo aquilo que pudesse ameaçar aquela estrutura social altamente excludente. Essa dinâmica de criminalização e repressão vai se renovando e se reelaborando de tempos em tempos.

“Nos anos 1990, houve forte repressão ao Hip Hop, que expressou o grito da juventude negra e periférica sufocada por uma sociedade excludente e violenta”

Nos anos 1990 tivemos uma forte repressão ao Hip Hop, que através da música rap expressou o grito de uma juventude negra e periférica sufocada por uma sociedade excludente e violenta. O funk desde sua origem sempre foi criminalizado, seja pelo erotismo das músicas, pelas letras que relatam a vida do crime e das facções, seja pelos bailes que atravessam madrugadas, criando um estereótipo de música proibida, música de bandido, de vagabundo.

Se de um lado não é novidade o processo de criminalização das culturas negras, também é necessário ressaltar que com o avanço e desenvolvimento das comunicações e da

indústria cultural no Brasil, somado a um projeto de setores da elite de construção de uma identidade nacional se buscou ao longo do tempo assimilar, cooptar e até mesmo domesticar essas expressões culturais. Não conseguiremos aprofundar essa discussão, que rende um novo texto, mas vale o registro para ajudar a entender a complexidade do cenário.

Essa própria indústria cultural vem se transformando bastante nos últimos anos. Os avanços tecnológicos ampliaram as possibilidades de produção e gravação musical, diminuindo a dependência das grandes gravadoras. Tivemos a migração dos discos físicos para as plataformas digitais de música e redes sociais, cada vez mais acessíveis, possibilitando o surgimento de novos artistas, celebridades

e influenciadores, sem depender da TV aberta, por exemplo.

Dentro dessa nova configuração, quem mais conseguiu avançar e se adaptar foi a chamada cultura urbana, encabeçada pelo Funk e o Trap, formando de alguma maneira uma indústria paralela de produtoras com grande repercussão nas redes sociais que fomenta carreiras artísticas com bastante sucesso e a cada dia mais integrada às estruturas tradicionais da indústria cultural. Uma expressão disso é a participação cada vez mais frequente desses artistas em grandes festivais como Rock In Rio, Lollapalooza, AfroPunk, entre outros. O próprio Mc Oruam esteve em fevereiro de 2025 participando do Festival Mainstreet em Portugal e foi ovacionado pelo público.

Oruam expressa uma onda: hoje o Funk/Trap só perde para a música sertaneja em reprodução nas plataformas digitais de música. O gênero dialoga com a busca pela superação, pela prosperidade, por uma mudança da realidade



© Oruam/Mainstreetrecords

Hoje o Funk/Trap só perde para a música sertaneja em reprodução nas plataformas digitais de música. No geral, além de trazer nas letras o erotismo, a vida do crime, problemas sociais, dilemas dos relacionamentos, muitas músicas também trazem uma perspectiva de superação da condição de pobreza, onde os MCs fazem questão de ostentar uma vida extravagante com carros de luxo, cordões e anéis de ouro. Ou seja, a música e o estilo proposto dialogam diretamente com a ideia da busca pela superação, pela prosperidade, por uma mudança da realidade.

Em meio a toda essa polêmica, Oruam lançou um álbum novo chamado “Liberdade”. Valeria uma análise do disco como um todo, desde a capa com a família vestindo camisetas pedindo a liberdade do Marcinho VP, até uma análise de todas as letras das 15 faixas do disco, mas neste momento quero destacar alguns trechos da faixa “Lei Anti O.R.U.A.M”.

Já no começo da letra Oruam diz “O tráfico tá virando esporte / Formou foi mó complexão/ Mas o que falta é educação/ Um dia que o fuzil e a pistola/ Valer mais que um livro/ Aí tem algo errado” e na sequência ele afirma “Eles dão arma pra nós, depois pergunta por que sou bandido/ (Trem do ódio, porra, vai tomar só na cara)/ Terror do Estado”.

Na estrofe seguinte o MC traz o seu trauma de infância e a ausência do pai “Tudo na vida são fases/ Por isso, ódio nas frases/ Explica pra uma criança por que seu herói vive dentro das grades”. Na passagem seguinte traz uma reflexão sobre dinheiro e poder “Julga, mas não vê o mundo que eu vejo/ Hoje ninguém me coloca medo/ Aprendi o segredo da vida, o dinheiro e o poder que impõe o respeito”, ou seja o sucesso de uma alguma maneira é a busca pela superação da sua condição social.

Diante de todo esse cenário vale destacar algumas reflexões. A primeira delas é que o funk é um gênero musical e uma cultura extremamente difundida entre a juventude e

de alguma maneira expressa as subjetividades de milhares de jovens, sobretudo oriundos das periferias dos grandes centros urbanos, com seus dilemas, desejos e contradições inseridas na realidade concreta contemporânea, de uma vida cada vez mais corrida, fragmentada, individualizada, pressionada por resultados, onde o baile é um dos poucos espaço de sociabilidade.

A segunda reflexão é que além da indústria que tratamos um pouco aqui, a chamada cultura urbana se materializa principalmente em uma ocupação cotidiana das ruas e praças, além dos pancadões, que já citamos, tem as rodas de passinho, as batalhas de rima, as batalhas de poesia (slam), os saraus, entre outras expressões, que ajudam a solidificar uma cultura popular. Agora, o que chama muito a atenção é a baixíssima presença de setores organizados da esquerda dialogando com essas expressões.

Enquanto a extrema direita constrói estratégias para fomentar o campo conservador e a lei Anti Oruam é uma expressão disso, outros setores da burguesia buscam por meio da assimilação disputar uma parcela dessa cultura popular. Na esquerda tem setores no alto da sua arrogância e elitismo que simplesmente desconsideram essas manifestações como cultura, quase fazendo coro com a extrema direita, os setores mais populares da esquerda tiveram dificuldade de renovar suas lideranças nas últimas décadas, tornando distante o diálogo com os mais jovens.

Esse quadro traz enormes desafios para a esquerda, pois a disputa do cotidiano é um elemento central para o acúmulo de força e disputa de projeto na sociedade. As culturas urbanas são expressões atualizadas das culturas de resistência organizadas pela classe trabalhadora negra que forjou esse país, portanto, devem ser encaradas também como a nossa cultura, com suas contradições, dilemas e desafios. O distanciamento facilita o trabalho da extrema direita e torna o da esquerda ainda mais difícil. ■

“A estratégia do MBL é criminalizar o funk, baseando-se na cultura do medo, para ampliar sua influência na sociedade, sua base social. A utilização da lei para criminalizar manifestações culturais e formas de organização da população negra não é uma novidade no Brasil.”

Nesta edição da revista *Socialismo e Liberdade*, nós, da redação, preparamos quatro dicas bacanas: três livros e um documentário. Esperamos que gostem.

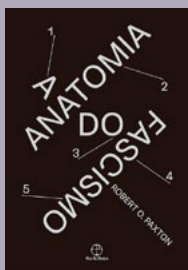
LITERATURA



A HISTÓRIA DA POLÍCIA NO BRASIL: Estado de exceção permanente?

Das polícias como garantidoras dos interesses de oligarcas escravistas, passando pelo acelerado desenvolvimento policial à medida que a classe trabalhadora ganhava

corpo com a abolição e a imigração; das polícias políticas de Vargas ao auge do anticomunismo no golpe de 1964; da redemocratização problemática ao superencarceramento e à guerra às drogas, este livro tenta realizar o difícil trabalho de compilar e contextualizar a história das polícias no Brasil.



ANATOMIA DO FASCISMO

Robert Paxton, tradução de Patrícia Zimbres Paz & Terra, 2023

Depois de *Fascismo eterno*, do semiólogo e romancista italiano Umberto Eco, o clássico do acadêmico estadunidense Paxton talvez seja o mais informativo estudo sobre o fe-

nômeno da extrema direita na Europa dos anos 20 e 30 do século XX. Ao contrário do opúsculo generalizante (embora certo) de Eco, Paxton nos traz uma pesquisa historiográfica detalhada e rigorosa sobre as características, origens, peculiaridades do movimento, além das condições econômicas, sociais e políticas que permitiram a ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha – em tempos em que movimentos do mesmo tipo grassavam por todos os países do velho continente. Fundamental para a reflexão sobre o que há de similar e o que há de diferente entre as extremas direitas de 100 anos atrás e as de hoje. Em tempo: Paxton foi pioneiro no apontamento do governo francês de Vichy como fascista e colaborador com o nazismo, num tempo (décadas de 50 e 60) em que a academia francesa tentava dourar a pílula buscando supostas contradições entre “seus” nazistas e os alemães. A duras penas, Paxton ganhou a batalha, sua tese tornou-se a hegemônica na Europa e o historiador ganhou a medalha de Legião Estrangeira, suprema honraria da República da França.



COLONIALISMO DIGITAL: Por uma crítica hacker-fanoniana

Em *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, Deivison Faustino e Walter Lippold entrelaçam tecnologia e ciências humanas,

apresentando um debate provocador sobre diferentes assuntos de nossa era. Inteligência artificial, internet das coisas, soberania digital, racismo algorítmico, big Data, indústrias 4.0 e 5.0, segurança digital, software livre e valor da informação são alguns dos temas abordados.

CINEMA



SEM CHÃO (NO OTHER LAND)

Yuval Abraham, Basel Adra e Hamdan Ballal

Co-roteirizado, codirigido com parceiros e protagonizado pela inusitada dupla formada por um cineasta israelense (Abraham) e um ativista palestino da Cisjordânia (Ballal),

No Other Land (literalmente, Nenhuma Outra Terra), traduzido para *Sem Chão* no Brasil, foi o vencedor do Oscar na categoria de documentário. Mas não é por isso que é imperdível. Retrato realista das atrocidades israelenses numa pequena vila da Cisjordânia, território natal de Ballal, o doc é o mais recente, fortíssimo e comovente relato das condições de sobrevivência e dor dos palestinos sob a ofensiva expansionista de Israel sobre suas terras, construções, memórias e História. A vitória no Oscar, conferida pela maioria dos votantes de uma “academia” de tradição pró-Israel, comprova o impacto do atual genocídio do povo palestino sobre intelectuais e artistas dos EUA. O discurso emocionado dos diretores na cerimônia do prêmio politizou o Oscar 2025. A prisão e tortura de Ballal por forças israelenses depois do Oscar e sua posterior soltura, conquistada por campanha internacional em que Abraham teve papel fundamental, completa uma história de dor, mas também de resistência e de aliança além-fronteiras, único caminho para uma paz duradoura em território há tantas décadas conflagrado.

JATOBÁ

Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



Leia as edições anteriores gratuitamente

Reflexão e ação sobre questões urgentes!

A Revista Jatobá pauta e aprofunda debates socioambientais com perspectiva popular e multidisciplinar



Acesse agora!

Acesse o link ou escaneie o QR Code para se conectar ao ecossocialismo onde você estiver

flcmf.org.br/revistas

Revista **Socialismo
& Liberdade**



Revista
S&L

Esta edição da Revista *Socialismo e Liberdade* traz análises importantes sobre o impacto do novo governo de Trump e o papel da China no cenário geopolítico. Também trata do genocídio dos palestinos em Gaza e dos conflitos e vitórias na região do Sahel na África. Sobre o Brasil, este número destaca a luta contra extrema direita, a mobilização pelo fim da escala 6x1 e o processo de milicianização das polícias. Um dossiê sobre as tecnologias digitais discute colonialismo de dados, inteligência artificial e a necessária soberania nacional na área. Boa Leitura!



FLCMF

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

